

CARTÓRIO EM NÚMEROS

Atos Eletrônicos, Desburocratização, Capilaridade, Cidadania e Confiança. Serviços Públicos que nada custam ao Estado e que beneficiam o cidadão em todos os municípios do País.

3ª EDIÇÃO 2021



Associação dos Notários e
Registradores do Brasil



ANOREG/BR

Associação dos Notários e Registradores do Brasil

CONFIANÇA

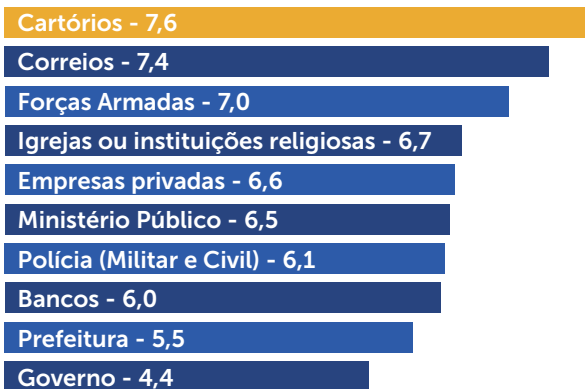


dos pesquisados pelo Instituto Datafolha consideram os cartórios as instituições mais confiáveis do Brasil.

Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em dezembro de 2015 constatou que os Cartórios são as instituições mais confiáveis do País, dentre todas as instituições públicas e privadas avaliadas. A pesquisa foi realizada com a população de cinco capitais brasileiras: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte. Os cartórios extrajudiciais também são diretamente fiscalizados pelo Poder Judiciário, respondendo objetivamente de forma administrativa, civil, criminal e penalmente por todos os atos praticados.

Confiança nas instituições

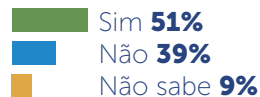
(Notas 0-10)



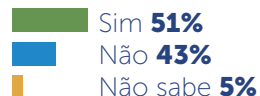
Fonte: Datafolha

Quais serviços a população gostaria que fossem feitos em Cartórios

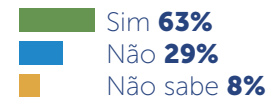
Emissão de passaportes



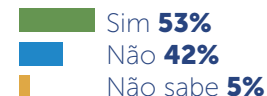
Emissão do Documento Único de Identidade



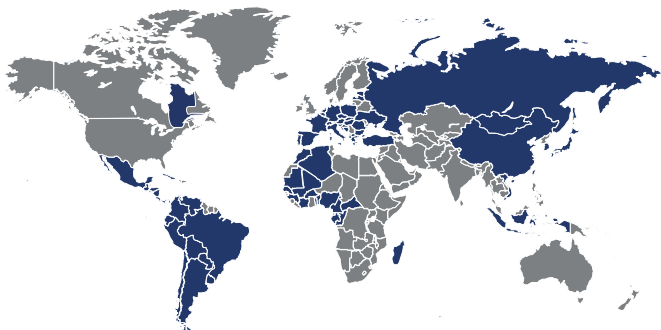
Registro de Empresas



Emissão de CPF



PRESENÇA GLOBAL



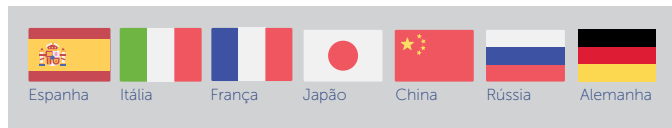
91 países

possuem Cartórios, que atuam no mesmo sistema jurídico vigente no Brasil, chamado de Direito Latino - e atendem:

- a) **7 entre as 10** maiores economias do mundo (Alemanha, França, Japão, China, Rússia, Indonésia e Brasil);
- b) **22 dos 27** países que compõem a União Europeia;
- c) **15 dos 20** países componentes do **G 20**;
- d) Modelo que atende 2/3 da população mundial.

Direito Latino

(países que praticam o mesmo modelo do Brasil)



Direito Anglo Saxão

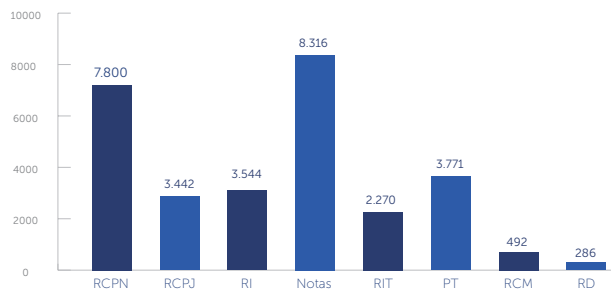
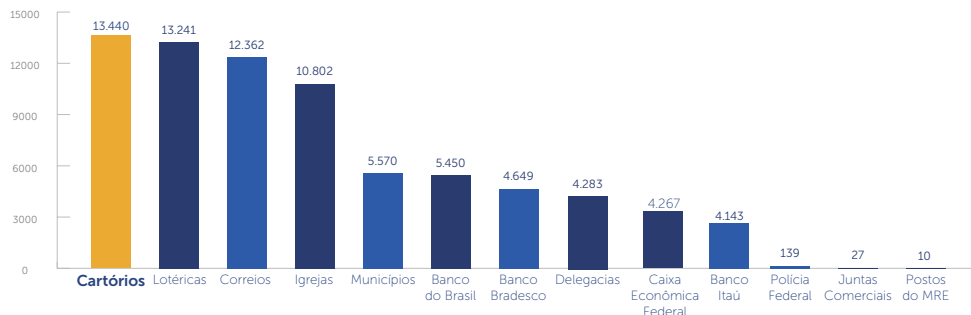
(regime jurídico diferenciado)



CAPILARIDADE

13.440

é o número de Cartórios distribuídos pelos 5.570 municípios brasileiros que, obrigatoriamente, conforme determina a **Lei nº 6.015/1973**, devem ter ao menos uma unidade de Registro Civil instalada para a execução dos atos de nascimentos, casamentos e óbitos.



GERAÇÃO DE EMPREGO

125.764

é o número de pessoas empregadas direta ou indiretamente pelos Cartórios de Notas e de Registro em todo o Brasil.

A categoria emprega

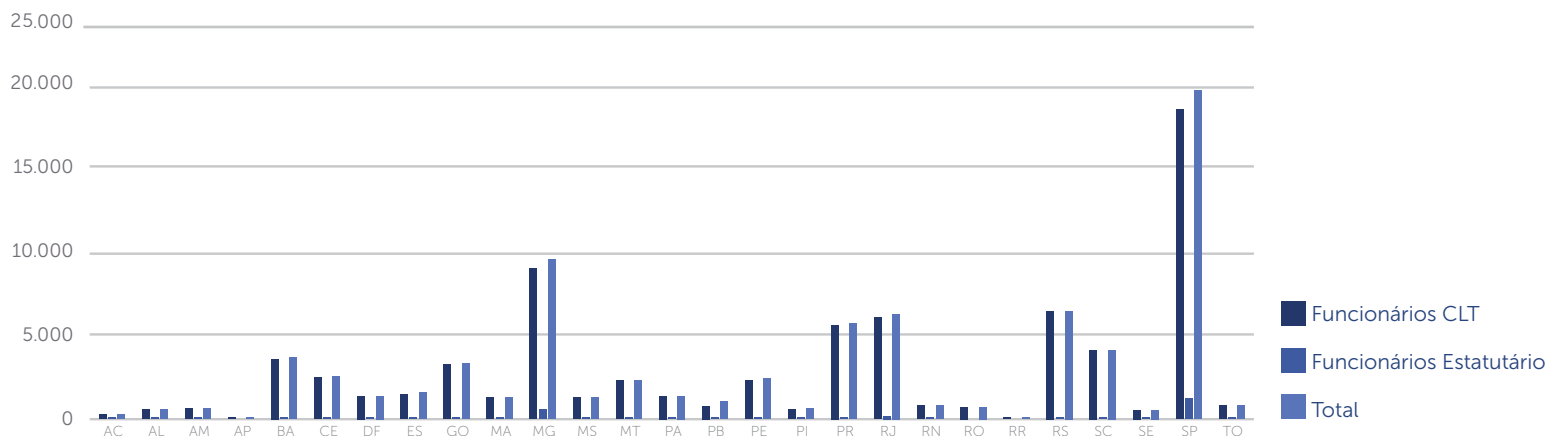
88.026

funcionários diretos, sem qualquer custo para o Estado.

Além de ser responsável pela criação de

45.403

postos de trabalho de forma indireta.



Total Geral: 88.026 | **CLT:** 85465 | **Estatutário:** 2561

Fonte - Dados fornecidos pelos cartórios para o site Justiça Aberta do CNJ

COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

2.672.364

foi o total de atos suspeitos comunicados pelos Cartórios brasileiros ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Economia, dando efetividade ao Provimento nº 88/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que incluiu os notários e registradores no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Os atos enviados ao Coaf são divididos em duas categorias, as Comunicações Suspeitas (COS) e as Comunicações em Espécie (COE), que envolvem transações com dinheiro físico, entre outras.

Comunicações Suspeitas (COS) - 2019/20/21

Entidade	2019	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Parcial 2021	Total
Cartorios	n/a	n/a	37.462	54.137	43.112	53.229	69.786	105.325	91.328	108.945	122.239	116.435	135.847	1.442.032	2.379.877
Bancos	118.507	11.946	14.003	15.468	16.582	16.848	20.003	22.965	21.267	25.524	23.959	28.466	31.926	391.592	759.056
Cooperativas de crédito	45.290	4.500	3.383	4.270	2.882	4.194	3.575	5.834	3.571	3.661	4.760	4.417	5.743	49.546	145.626
Mercado segurador	85.093	6.431	6.421	5.894	6.028	5.316	7.140	7.688	8.358	7.519	7.470	6.946	10.339	46.233	216.876
Mercado de valores mobiliários	17.240	1.991	2.256	1.881	3.451	2.914	2.726	3.851	3.389	3.534	3.428	3.036	3.348	49.848	102.893
Bens de luxo ou de alto valor	3.183	244	337	223	108	280	183	178	281	304	283	315	257	3.930	10.106
Sociedade corretora de câmbio	1.584	179	143	196	238	108	132	205	203	324	283	347	296	8.254	12.483

Comunicações em Espécie (COE) - 2019/20/21

Entidade	2019	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Parcial 2021	Total
Cartorios	n/a	n/a	5.821	9.258	6.366	7.657	10.947	15.637	12.713	14.132	15.496	14.976	15.624	163.860	292.487
Bancos	2.849.911	211.797	183.308	184.591	270.167	678.890	494.758	511.456	309.704	338.297	248.272	333.269	409.236	3.929.152	10.952.808
Cooperativas de crédito	260.760	23.843	21.390	22.702	21.555	23.372	26.390	27.349	28.718	31.920	32.835	33.383	41.619	380.782	976.618
Transporte e guarda de valores	160.275	9.189	5.065	5.202	10.419	5.679	5.398	9.474	7.154	6.957	9.191	9.126	13.814	100.397	357.340
Bens de luxo ou de alto valor	4.234	509	291	182	117	216	350	458	472	504	568	461	614	5.553	14.529
Sociedade corretora de câmbio	351	30	31	23	8	2	6	6	2	4	4	4	6	56	533
Mercado segurador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	615	615
Mercado de valores mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

IGUALDADE DE GÊNERO

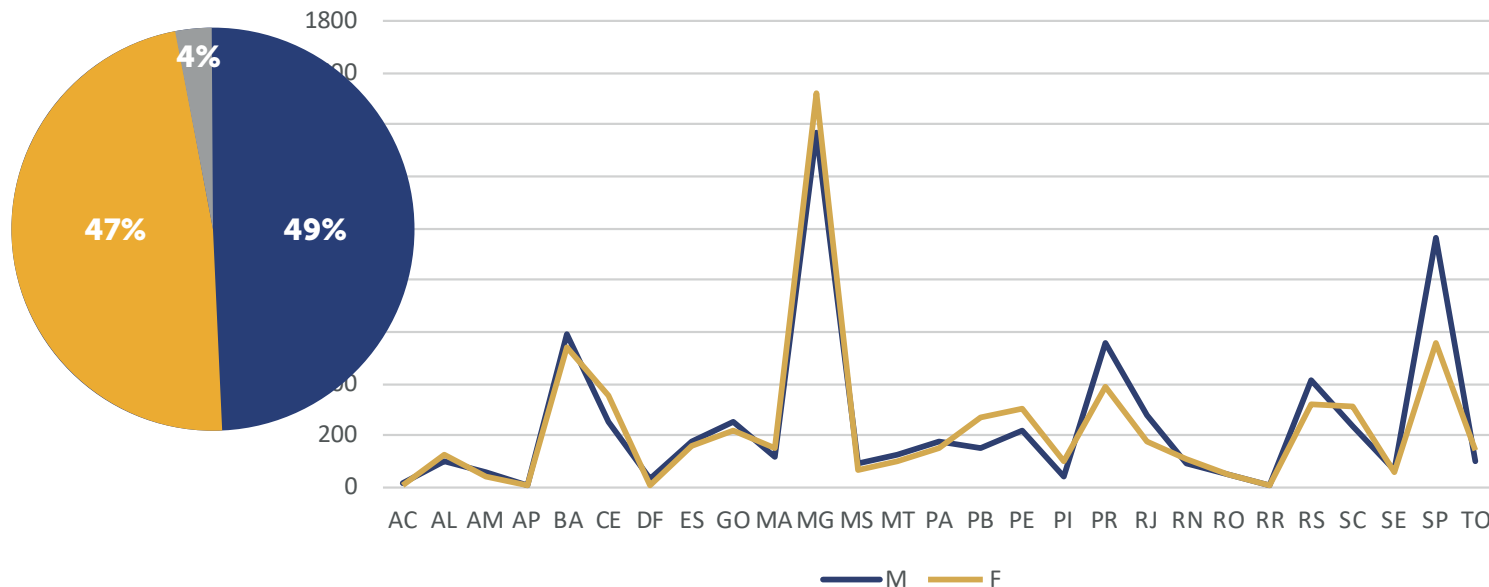
6.368

titulares mulheres estão à frente de Cartórios de Notas e de Registro no Brasil, segundo levantamento realizado no sistema Justiça Aberta, administrado pelo Conselho Nacional de Justiça, mostrando que a igualdade de gênero está presente na Administração dos Cartórios Extrajudiciais privados no País.

6.613 titulares homens

6.368 titulares mulheres

459 não declararam informação



ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA

636 bilhões em 12 anos

68 bilhões em 2021

Valores foram arrecadados pelos Cartórios brasileiros sem custo algum ao Poder Público, auxiliando na aferição de receitas para o desenvolvimento social e econômico do País.

Arrecadação de impostos (fiscalizadores)	De janeiro 2010 Até 30 de novembro de 2021
ITR	R\$ 13.574.621.106,64
ITCMD	R\$ 70.539.615.417,24
ITBI	R\$ 128.877.038.374,94
IPTU	R\$ 423.861.746.932,06
Todos os impostos	R\$ 636.853.021.830,88

Arrecadação de impostos (contribuintes)	De janeiro 2010 Até 30 de novembro de 2021
ISS	R\$ 692.720.456.153
IR	R\$ 10.030.000.000



Arrecadação anual total de impostos por notários e registradores

Ano	Arrecadação
2010	R\$ 25.147.714.288,57
2011	R\$ 28.857.735.863,94
2012	R\$ 32.472.311.981,3
2013	R\$ 37.266.980.379,86
2014	R\$ 41.427.225.876,66
2015	R\$ 51.033.296.509,99
2016	R\$ 51.380.831.668,23
2017	R\$ 55.746.941.593,64
2018	R\$ 74.120.911.895,68
2019	R\$ 70.822.684.953,43
2020	R\$ 79.893.227.538,25
2021 (até 30 de novembro)	R\$ 68.110.780.453,45
Todos os anos	R\$ 616.280.643.003



Arrecadação anual do Imposto de Transmissão de Bens de Imóveis (ITBI) de 2010 a 30 de novembro de 2021

Ano	Arrecadação
2010	R\$ 5.586.091.263,01
2011	R\$ 6.903.662.836,21
2012	R\$ 7.980.688.982,22
2013	R\$ 9.427.027.309,88
2014	R\$ 10.031.506.882,24
2015	R\$ 10.268.812.857,25
2016	R\$ 9.453.467.849,84
2017	R\$ 10.221.514.527,71
2018	R\$ 13.774.125.658,31
2019	R\$ 12.641.645.470,24
2020	R\$ 20.572.378.787,88
2021 (até 30 de novembro)	R\$ 12.016.115.950,15
Todos os anos	R\$ 128.877.038.374,94



Arrecadação anual do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 2010 a 30 de novembro de 2021

Ano	Arrecadação
2010	R\$ 16.469.470.366,40
2011	R\$ 18.500.122.160,12
2012	R\$ 20.350.773.598,82
2013	R\$ 22.817.192.566,01
2014	R\$ 25.711.773.877,04
2015	R\$ 33.051.903.967,37
2016	R\$ 34.213.883.560,27
2017	R\$ 37.081.425.853,88
2018	R\$ 50.086.156.836,84
2019	R\$ 47.135.870.417,69
2020	R\$ 72.647.929.245,16
2021 (até 30 de novembro)	R\$ 45.795.244.482,46
Todos os anos	R\$ 423.861.746.932,06

ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA



Arrecadação anual do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) de 2010 a 30 de novembro de 2021

Ano	Arrecadação
2010	R\$ 528.829.747,88
2011	R\$ 605.625.995,09
2012	R\$ 677.431.732,54
2013	R\$ 847.603.581,16
2014	R\$ 985.068.182,55
2015	R\$ 1.189.063.139,32
2016	R\$ 1.162.919.630,11
2017	R\$ 1.330.612.029,81
2018	R\$ 1.681.660.251,40
2019	R\$ 1.731.381.915,02
2020	R\$ 1.203.902.730,53
2021 (até 30 de novembro)	R\$ 1.630.522.171,23
Todos os anos	R\$ 13.574.621.106,64



Arrecadação anual do Imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD) de 2010 a 30 de novembro de 2021

Ano	Arrecadação
2010	R\$ 2.563.322.911,28
2011	R\$ 2.848.324.912,52
2012	R\$ 3.463.417.667,72
2013	R\$ 4.175.156.922,81
2014	R\$ 4.698.876.934,83
2015	R\$ 6.523.516.546,05
2016	R\$ 6.550.560.628,01
2017	R\$ 7.113.389.182,24
2018	R\$ 8.578.969.149,13
2019	R\$ 9.313.787.150,48
2020	R\$ 6.041.395.562,56
2021 (até 30 de novembro)	R\$ 8.668.897.849,61
Todos os anos	R\$ 70.539.615.417,24



Arrecadação anual do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de 2010 a 30 de novembro de 2021

Ano	Arrecadação
2010	R\$ 31.614.595.204,41
2011	R\$ 36.982.868.161,89
2012	R\$ 42.749.103.386,05
2013	R\$ 46.411.161.929,27
2014	R\$ 52.054.791.915,09
2015	R\$ 54.506.843.817,92
2016	R\$ 51.744.839.634,05
2017	R\$ 60.201.184.871,94
2018	R\$ 73.708.974.288,37
2019	R\$ 67.722.608.755,30
2020	R\$ 110.579.142.055,23
2021 (até 30 de novembro)	R\$ 64.444.342.133,48
Todos os anos	R\$ 692.720.456.153



Arrecadação anual do Imposto de Renda (IR)*

Ano	Arrecadação	Valor
2010	9.169	R\$ 470 milhões
2011	9.217	R\$ 540 milhões
2012	9.270	R\$ 650 milhões
2013	9.259	R\$ 800 milhões
2014	9.340	R\$ 960 milhões
2015	9.409	R\$ 1,05 bilhão
2016	9.964	R\$ 1,05 bilhão
2017	9.671	R\$ 1,06 bilhão
2018	10.511	R\$ 1,15 bilhão
2019	10.511	R\$ 1,15 bilhão
2020*	10.511	R\$ 1,15 bilhão
2021 (até 30 de novembro)	10.511	R\$ 64.444.342.133,48
Total		R\$ 692.720.456.153

Fontes: Impostômetro e Receita Federal

*valor estimado igual ao de 2019

REGISTRO CIVIL



REGISTRO CIVIL

BASE DE DADOS DA NAÇÃO

Os Cartórios de Registro Civil são responsáveis por registrar os atos mais importantes da vida civil dos brasileiros. São neles que os cidadãos comemoram a alegria do nascimento, celebram a emoção do casamento e encontram apoio na hora da perda. É também nele que o indivíduo pode solicitar mudança de nome e gênero em sua certidão de nascimento, realizar o reconhecimento de paternidade ou, ainda, registrar emancipação, interdição ou tutela. Presentes em todos os municípios do país, os 7.800 Cartórios de Registro Civil em atividade no país caminham para ser o maior balcão de serviços públicos à população, estabelecendo a cada dia mais parcerias e convênios em prol dos cidadãos brasileiros.

BASE DE DADOS DA NAÇÃO

14

órgãos públicos oficiais recebem as informações remetidas pelos Cartórios brasileiros para a elaboração de diversas políticas públicas nas áreas de Saúde, Educação, Habitação, Planejamento e Saneamento.



Secretaria da Segurança

Lei Federal 13.114/2015
Comunicação de óbitos para fins de cancelamento do documento de identidade e elaboração de políticas de segurança e na defesa da soberania do país.



IBGE

Lei Federal 6.015/1973
Comunicação de nascimentos, casamentos e óbitos para elaboração das estatísticas vitais da população brasileira.



Polícia Federal

Lei Federal 6.815/1980
Comunicação dos casamentos e óbitos de estrangeiros para atualização dos registros e elaboração de políticas de segurança e na defesa da soberania do país.

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Fundação Seade

Lei Federal 6.015/1973
Comunicação de nascimentos, casamentos e óbitos para elaboração das estatísticas vitais da população brasileira.



INSS

Lei Federal 8.212/1991
Comunicação de óbitos para fins de cancelamento de benefícios previdenciários à pessoa falecida.



Receita Federal

Receita Federal do Brasil

Lei Federal 13.114/2015
Comunicação de óbitos para fins de cancelamento do número do CPF e da declaração da existência ou não de bens a inventariar.



MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

Ministério das Relações Exteriores

Lei Federal 6.815/1980

Comunicação dos casamentos e óbitos de estrangeiros para atualização dos registros no órgão e elaboração de políticas de segurança e na defesa da soberania do país.



Ministério da Justiça

Ministério da Justiça

Lei Federal 6.815/1980

Comunicação dos casamentos e óbitos para atualização dos registros no órgão e elaboração de políticas de segurança e na defesa da soberania do país.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Ministério da Saúde

Lei Federal 6.815/1980

Informações remetidas pelo IBGE/Fundação Seade (SP). Comunicação para o desenvolvimento de políticas públicas na área, assim como a manutenção do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc).



Exército

Lei Federal 13.114/2015

Comunicação de óbitos para fins de cancelamento do documento de identidade.



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA

Prefeitura de São Paulo

Lei Federal 6.815/1980

Comunicação dos nascimentos, casamentos e óbitos para atualização dos registros e elaboração de políticas de diversas áreas.



Funai

Lei Federal 6.815/1980

Resolução Conjunta 03/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça. Comunicação imediata de nascimento do indígena para providências necessárias ao registro administrativo.



Tribunal
Superior
Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Lei Federal 4.737/1965

Comunicação de óbitos dos cidadãos alistáveis, ocorridos no mês anterior, para cancelamento de suas inscrições eleitorais.



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Ministério da Defesa

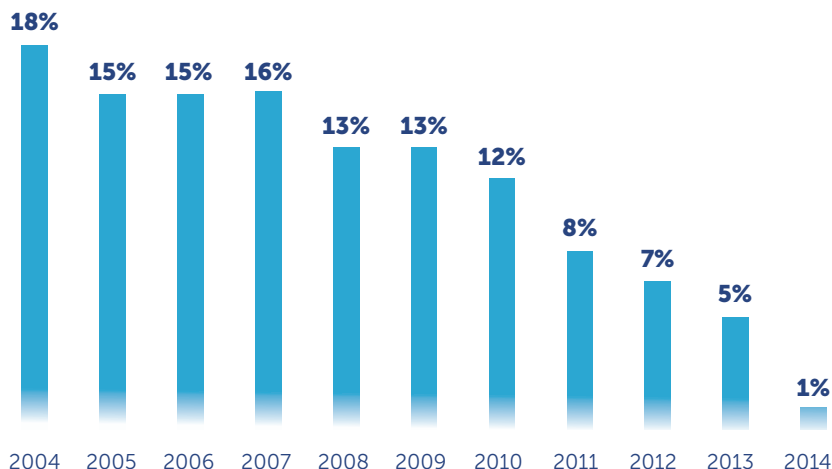
Decreto-Lei 9.500/1946

Comunicação dos indivíduos do sexo masculino que completaram 17 anos para fins de alistamento militar, assim como os óbitos do sexo masculino de 17 a 45 anos de idade para atualização do cadastro de reservistas.

1%

é o índice de crianças sem a certidão de nascimento no Brasil – percentual considerado pela ONU como erradicação da falta da certidão de nascimento.

O Brasil erradicou o índice de crianças sem registro de nascimento, tendo atingido a marca histórica de 1% de sub-registro no ano do nascimento ou até o fim do terceiro mês do ano seguinte, de acordo com o estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro de 2015. Este índice supera em larga escala a marca de 5% estipulada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como percentual aceitável para a erradicação do número de crianças sem certidão de nascimento, uma das metas do milênio da entidade internacional.

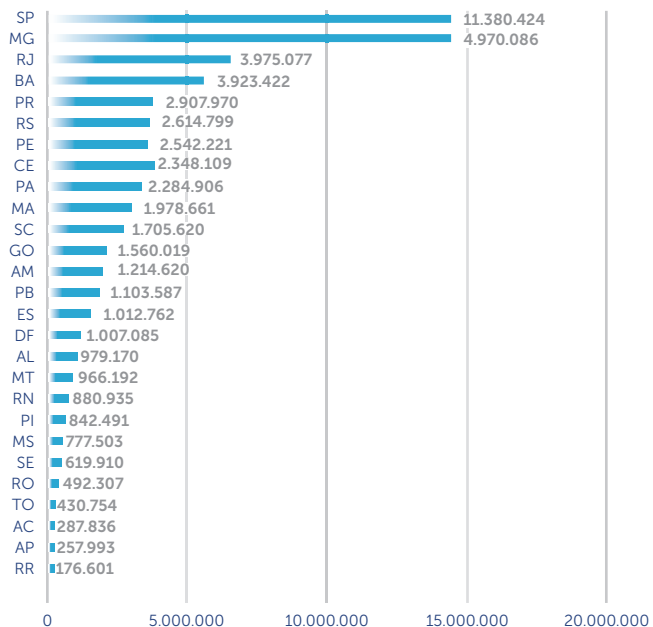


GRATUIDADE

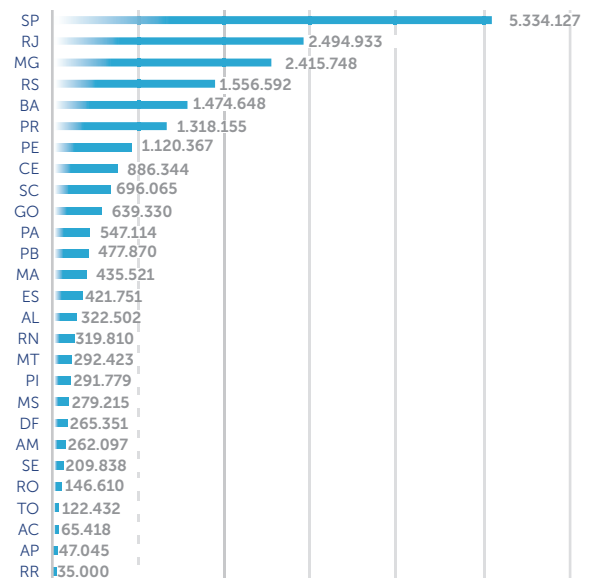
75.719.145 milhões

de atos gratuitos de nascimentos e óbitos e suas respectivas certidões foram emitidas pelos Cartórios brasileiros desde 1998, quando entrou em vigor a Lei Federal nº 9.534/1997.

Registros de nascimentos realizados no Brasil de 2003 até 2021* separados por unidade federativa



Registros de óbitos realizados no Brasil de 2003 a 2021* separados por unidade federativa



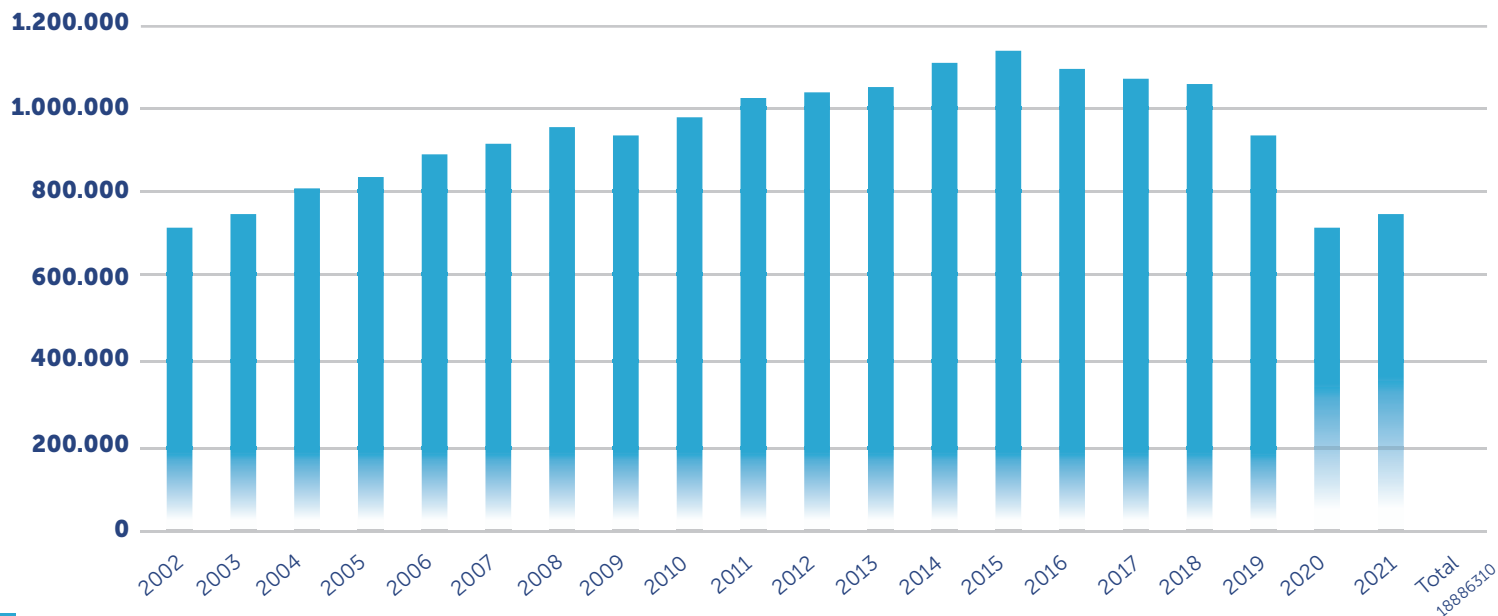
*Dados coletados até 30 de novembro de 2021

CASAMENTOS



+ de 18 milhões

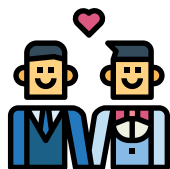
De 2002 a 2021 os Cartórios brasileiros realizaram **18.886.310** celebrações de casamentos, de acordo com dados do Registro Civil contabilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002 a 2019, e pela Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), em 2020 e 2021 (até 30 de novembro).



CASAMENTOS HOMOAFETIVOS

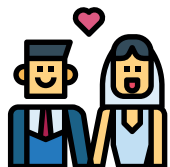
66 mil

Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução nº 175, permitindo que os Cartórios de Registro Civil realizassem casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Desde a publicação da normativa, já foram realizadas **66.514 mil** celebrações de matrimônios pelas unidades cartorárias de todo o País.



8.572

Casamentos
homoafetivos
em 2020 no Brasil



720.820

Casamentos
heteroafetivos em
2020 no Brasil

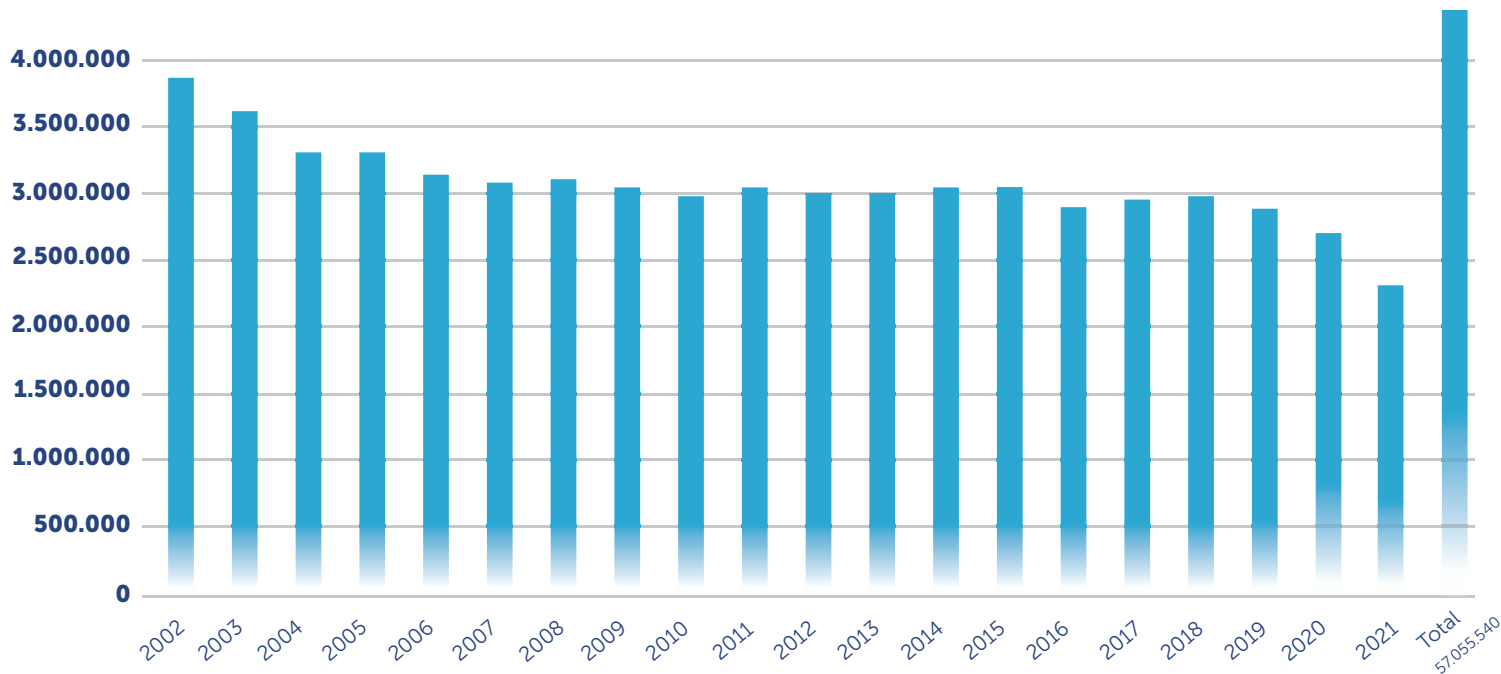


NASCIMENTOS



+ de 57 milhões

O registro de nascimento é o primeiro passo para o exercício da cidadania. É por meio dele que o cidadão adquire nome, sobrenome, nacionalidade e cidadania, tendo acesso a diversos benefícios e direitos. De janeiro de 2002 a 30 de novembro de 2021, um total de **57.055.540** recém-nascidos tiveram a certidão de nascimento emitida em Cartórios de Registro Civil do país, de acordo com o IBGE (2002 a 2019) e a CRC Nacional (2020 a 2021).

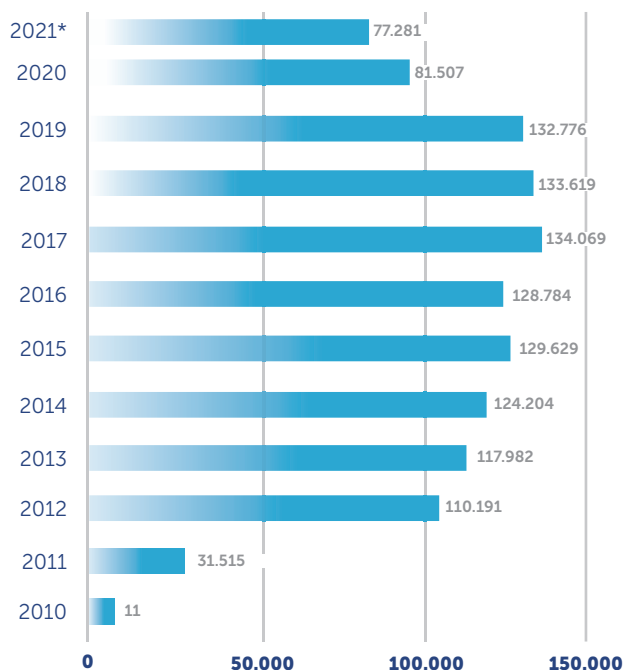


NASCIMENTOS EM MATERNIDADES



+ de 1.2 milhão

um total de **1.201.568** registros de nascimentos foram feitos diretamente em maternidades desde a publicação, em outubro de 2010, do Provimento nº 13 do Conselho Nacional de Justiça, regulamentando a emissão de certidões em maternidades brasileiras, contribuindo assim para a erradicação do sub-registro no País.



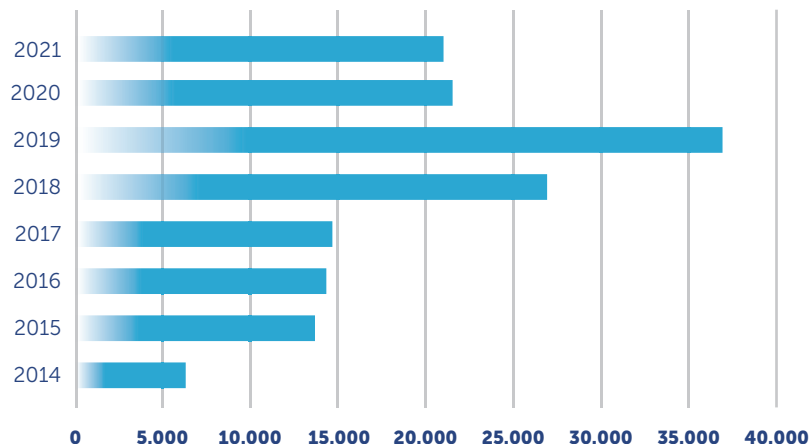
Ano	Registros
2010	11
2011	31.515
2012	110.191
2013	117.982
2014	124.204
2015	129.629
2016	128.784
2017	134.069
2018	133.619
2019	132.776
2020	81.507
2021	77.281
TOTAL	1.201.568

*dados coletados até 30 de novembro de 2021

RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE

158.348

reconhecimentos de paternidade já foram realizados desde a publicação do Provimento nº 16/2012 do Conselho Nacional de Justiça, que permitiu que este ato fosse realizado diretamente nos Cartórios de Registro Civil.



PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

44.942 paternidades socioafetivas reconhecidas no País.



AC	3.042	PB	1.692
AL	41	PE	1.483
AM	126	PI	3
AP	381	PR	995
BA	1.694	RJ	299
CE	1.086	RN	8
DF	745	RO	586
ES	2.668	RR	177
GO	2.911	RS	25
MA	830	SC	3.171
MG	1.047	SE	392
MS	378	SP	19.541
MT	889	TO	169
PA	563	TOTAL	44.942

ALTERAÇÃO DE GÊNERO E NOME

Em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em março de 2018 que os transgêneros, independentemente da cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, têm o direito à substituição de prenome e gênero diretamente no Cartório de Registro Civil. Com a manifestação do STF, a Corregedoria Nacional de Justiça publicou o Provimento nº 73/2018, padronizando a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero e transexuais no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).

5.949 Mudanças de nome e gênero em Cartórios desde junho de 2018.



UF	Nome Alterado	Nome s/ alteração	UF	Nome Alterado	Nome s/ alteração
AC	1	1	PB	53	0
AL	29	0	PR	355	0
AP			PE	158	2
AM	3	0	PI		
BA	239	1	RJ	182	1
CE	56	0	RN	15	0
DF	162	8	RS	299	0
ES	36	1	RO	17	0
GO	119	0	RR	6	0
MA	67	0	SC	108	0
MT	9	0	SP	3419	27
MS	10	0	SE	115	1
MG	413	5	TO	11	0
PA	20	0	Total	5902	47

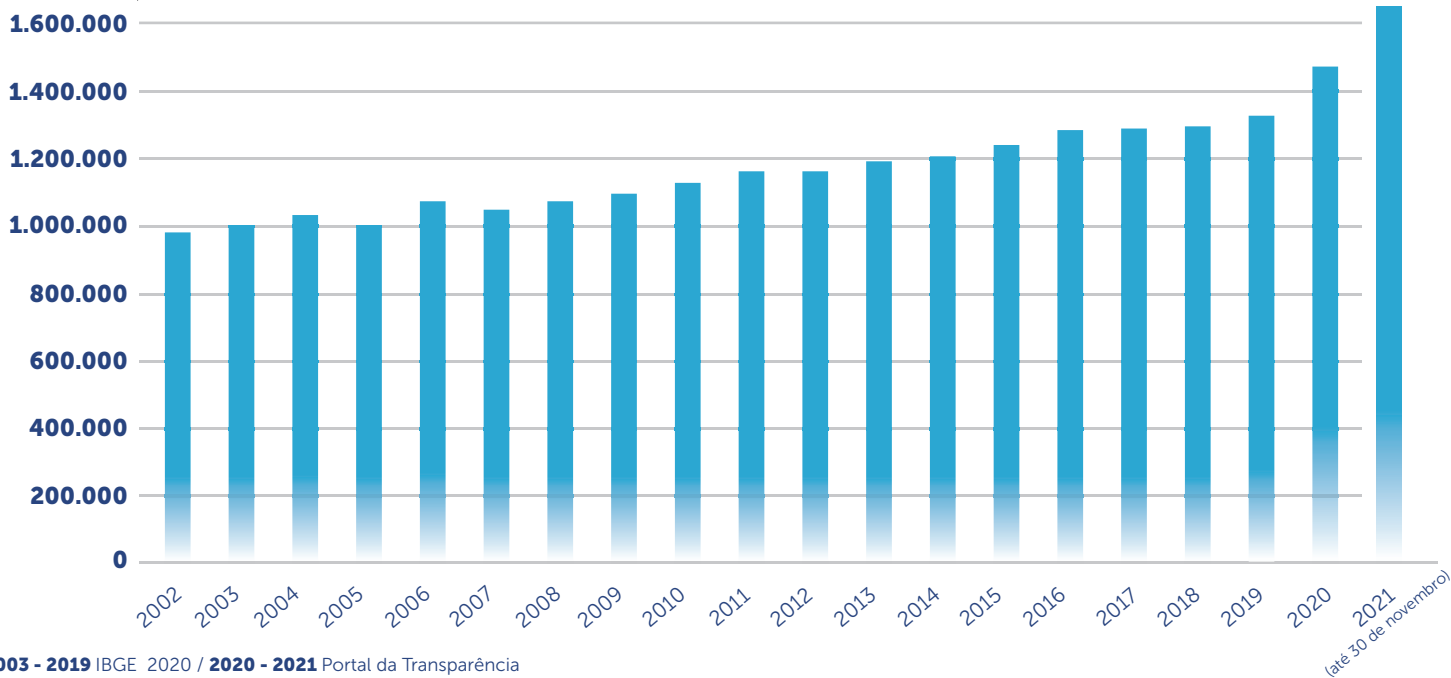
Mudança de gênero em cartório: 5949

ÓBITOS



+ de 22 milhões

O Registro Civil é essencial para efetuar o registro de óbitos, assim como fornecer informações em tempo real para as políticas públicas do Governo brasileiro. Os Cartórios do país registraram **22.478.085** óbitos, de 2002 a 2021, segundo dados catalogados pelo IBGE e pelo Portal da Transparência. No último ano, o mês de março bateu recorde de mortes entre todos os meses do período, com **190.642** certidões de óbitos emitidas.



2003 - 2019 IBGE 2020 / 2020 - 2021 Portal da Transparência

REGISTRO CIVIL

SERVIÇOS ELETRÔNICOS

CRC EM NÚMEROS



57.055.540
é o total de registros de nascimentos

18.886.310
é o total de registros de casamentos

22.478.085
é o total de registros de óbitos

13.467.218
CPFs emitidos no ato do
registro de nascimento

5.428.095
é o número de certidões eletrônicas
emitidas entre Cartórios desde 2015

1.201.568
de registros de nascimentos
feitos diretamente em
maternidades

842.427
é o número de certidões digitais
emitidas por e-mail aos usuários do
portal registrocivil.org.br desde 2015

382.433
é o número de certidões em
papel emitidas por meio do portal
registrocivil.org.br de 2015 a 2020

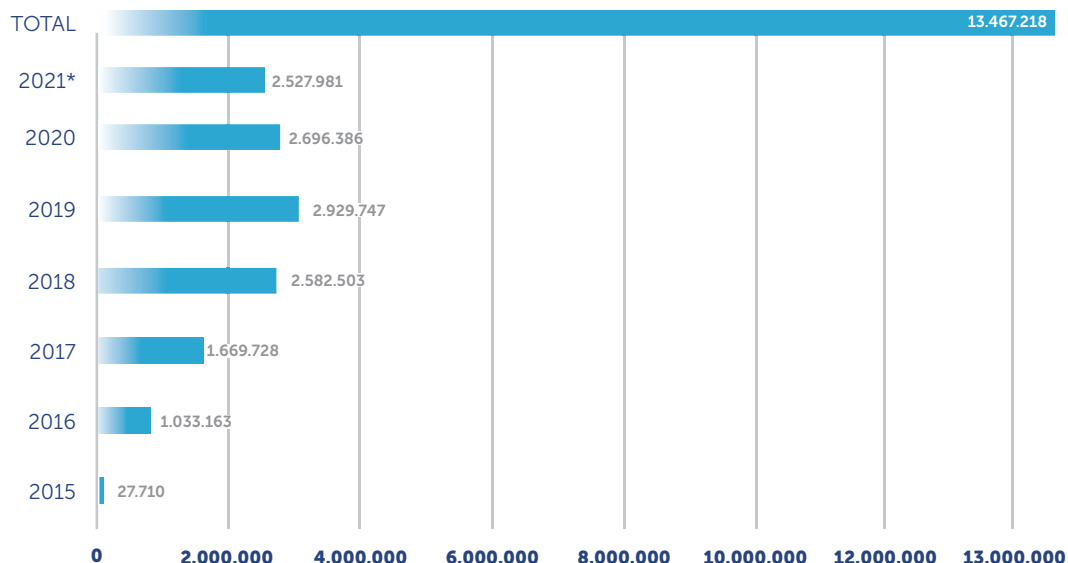
756.334
é o número de consultas do
Poder Judiciário à Central de
Informações do Registro Civil

*dados coletados até 30 de novembro de 2021

OFÍCIOS DA CIDADANIA

+ de 13 milhões

um total de **13.467.218** CPFs já foram emitidos gratuitamente junto às certidões de nascimento pelos Cartórios de Registro Civil do País desde o convênio celebrado pela Arpen/Brasil com a Receita Federal, iniciativa que deu origem aos Ofícios da Cidadania.



Ano	CPF's
2015	27.710
2016	1.033.163
2017	1.669.728
2018	2.582.503
2019	2.929.747
2020	2.696.386
2021*	2.527.981
TOTAL	13.467.218

Fonte: CRC Nacional
*dados coletados até 30 de novembro de 2021

+ de 2 mil

um total de **2.948** Cartórios de Registro Civil de todo o País já aderiram ao convênio com a Receita Federal para a prática de novos atos oriundos da Lei Federal nº 13.484/17, que transformou estas unidades em **Ofícios da Cidadania**.

AC	82.928	PB	243.633
AL	235.517	PE	728.047
AM	278.039	PI	191.152
AP	65.304	PR	828.626
BA	776.029	RJ	1.123.518
CE	531.837	RN	218.551
DF	283.132	RO	148.673
ES	248.668	RR	49.040
GO	394.961	RS	530.875
MA	417.454	SC	516.469
MG	1.044.994	SE	152.860
MS	239.371	SP	3.208.976
MT	273.828	TO	95.053
PA	559.683	TOTAL	13.467.218

*dados coletados até 31 de novembro de 2021

Convênio com a Receita Federal



Inscrição de CPFs



Alteração de CPFs



Consulta de CPFs

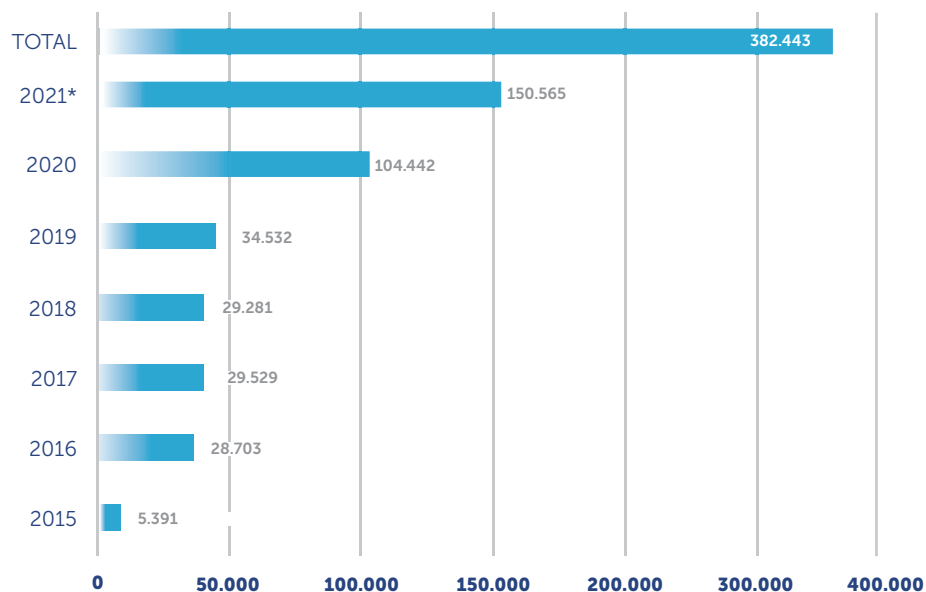


2ª Via de CPFs

CERTIDÕES EM PAPEL

+ de 382 mil

um total de **382.433** certidões em papel foram emitidas por meio do portal de serviços eletrônicos www.registrocivil.org.br desde 2015.



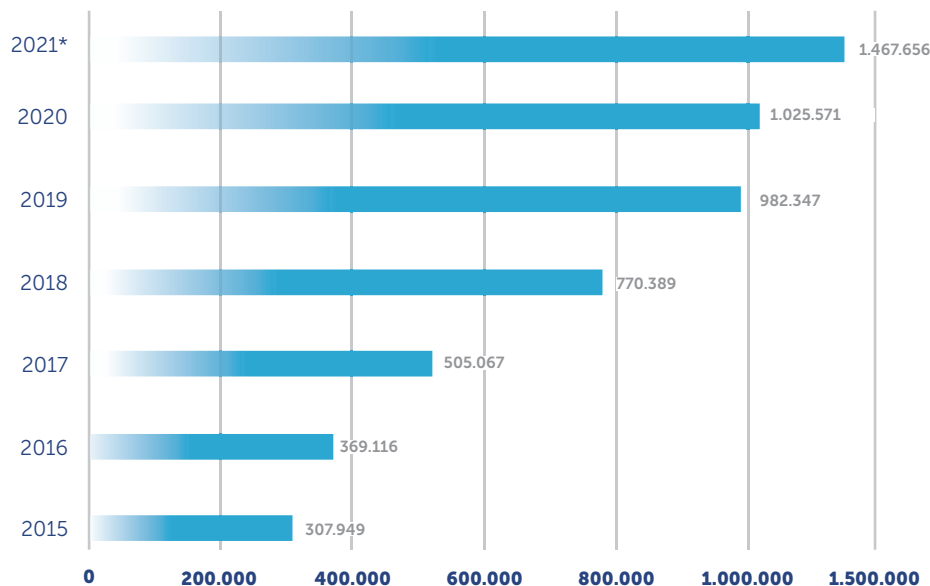
Ano	Certidões
2015	5.391
2016	28.703
2017	29.529
2018	29.281
2019	34.532
2020	104.442
2021*	150.565
TOTAL	382.443

*dados coletados até 30 de novembro de 2021

CERTIDÕES ELETRÔNICAS

+ de 5.4 milhões

um total de **5.428.095** certidões eletrônicas entre Cartórios foram emitidas por meio do serviço disponibilizado pela Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), que permite ao usuário solicitar certidões de qualquer local do País no Cartório mais próximo de sua residência ou local de trabalho.



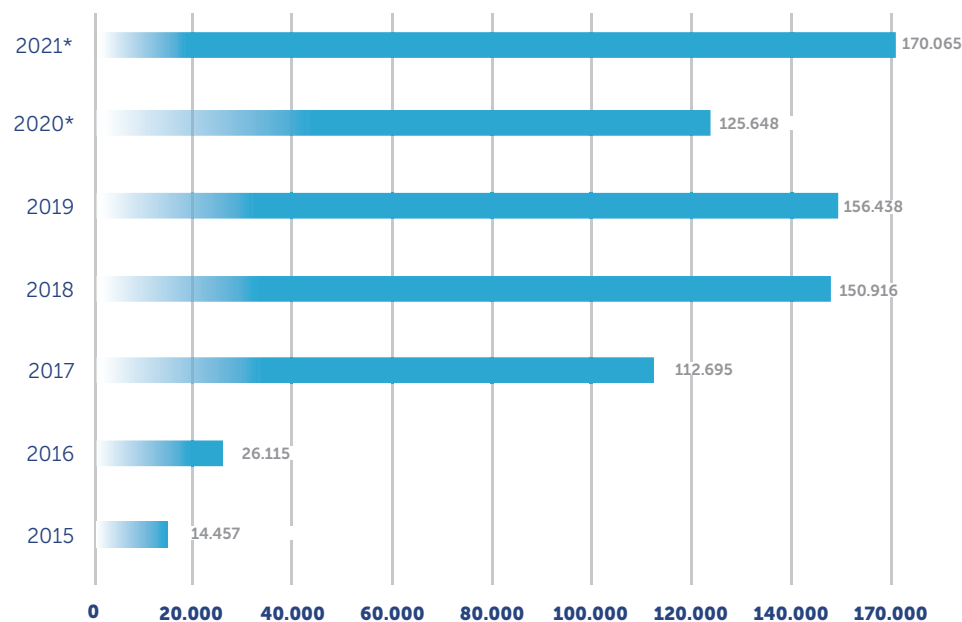
Ano	Certidões
2015	307.949
2016	369.116
2017	505.067
2018	770.389
2019	982.347
2020	1.025.571
2021*	1.467.656
TOTAL	5.428.095

*dados coletados até 30 de novembro de 2021

CONSULTAS DO PODER JUDICIÁRIO

+ de 756 mil

um total de **756.334** solicitações de certidões de nascimento, casamento e óbito já foram solicitadas por magistrados brasileiros diretamente na Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional) pela plataforma CRC Jud.



Ano	Consultas
2015	14.457
2016	26.115
2017	112.695
2018	150.916
2019	156.438
2020	125.648
2021*	170.065
TOTAL	756.334

*dados coletados até 30 de novembro de 2021

CENTRAL NACIONAL DE ÓBITOS DE PESSOAS NÃO IDENTIFICADAS

O Portal da Transparência do Registro Civil conta com a Central Nacional de Óbitos de Pessoas Não Identificadas, que auxilia parentes, órgãos públicos e o Poder Judiciário na busca por pessoas desaparecidas em todo o Brasil. A Central foi criada em 2015 após a publicação da Recomendação nº 19 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

98.241

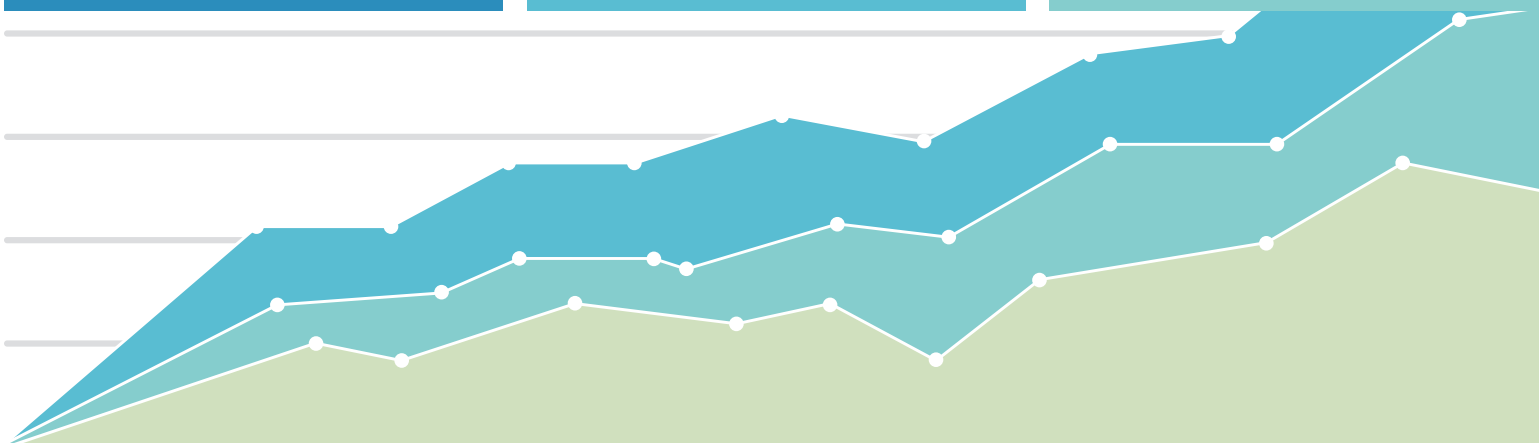
Óbitos desconhecidos

2.891

Óbitos foram reconhecidos

36.702.430

Óbitos desconhecidos foram cadastrados no sistema desde a criação da Central, em 2015



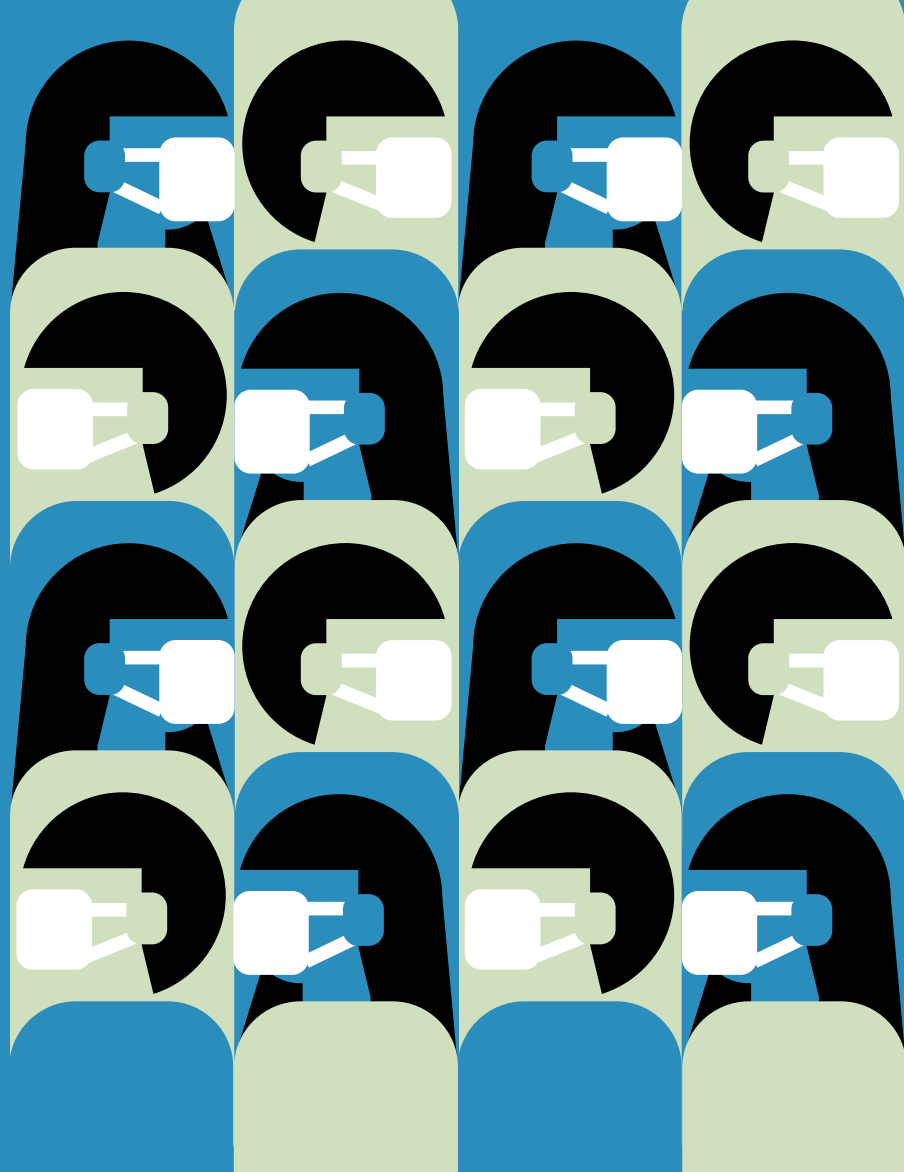
ESPECIAL COVID-19

Em razão da pandemia de Covid-19 em 2020, a Arpen-Brasil criou uma área especial no Portal da Transparência com as informações disponibilizadas pelos Cartórios de Registro Civil do Brasil sobre as causas de mortes constantes nos registros de óbitos lavrados pelos Cartórios de todo o País.

601.609

Óbitos por Covid-19 constavam no Portal da Transparência até 30 de novembro de 2021

A atualização permanente do número de registros de óbitos em meio à pandemia de Covid-19 é uma iniciativa dos Cartórios de Registro Civil do Brasil, que desta forma reforçam seu compromisso de transparência com a sociedade, em cumprimento à Portaria nº 57/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também incluiu a pandemia pelo novo coronavírus no Observatório Nacional de Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, de Grande Impacto e Repercussão, formado conjuntamente pelo CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



Publicado em 2018 e mantido pela Arpen-Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais), o Portal da Transparência do Registro Civil é um site de livre acesso, que disponibiliza informações e dados estatísticos sobre nascimentos, casamentos e óbitos, entre outros conteúdos relacionados.

Administração:

Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil)

URL: transparencia.registrocivil.org.br

Marco Legal: Provimento nº 48/2016 do CNJ

Cartórios por UF

O painel Cartórios Consolidados possibilita a busca por todos os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais do Brasil. O banco de dados apresenta o nome, endereço e telefone de cada unidade, dividido por estado e por município.

Cartórios Integrados

Acre	24
Alagoas	135
Amapá	19
Amazonas	90
Bahia	691
Ceará	492
Distrito Federal	14
Espírito Santo	219
Goiás	284
Maranhão	220
Mato Grosso	159
Mato Grosso do Sul	95
Minas Gerais	1455
Paraná	515
Paraíba	298
Pará	286
Pernambuco	298
Piauí	127
Rio Grande do Norte	171
Rio Grande do Sul	421
Rio de Janeiro	175
Rondônia	67
Roraima	9
Santa Catarina	331
Sergipe	85
São Paulo	816
Tocantins	145
Total	7641

ESPECIAL COVID-19 – GERAL

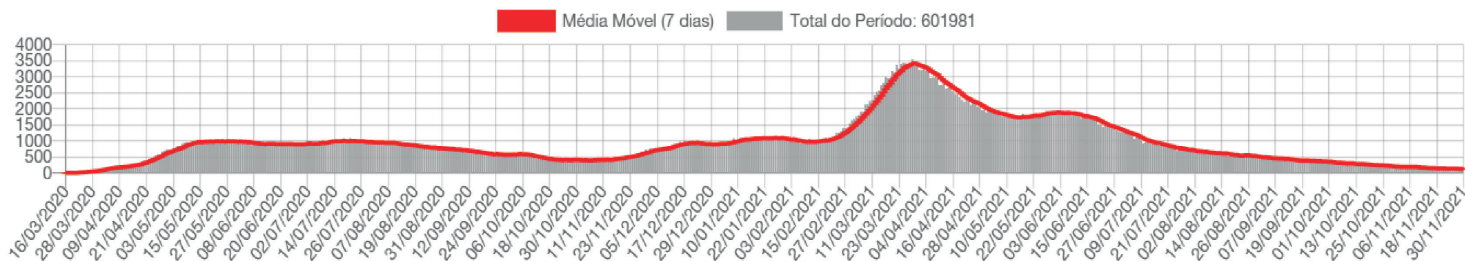
O painel Especial Covid-19 é dividido em três módulos. No primeiro deles, chamado Covid-19, é possível visualizar a evolução dos óbitos por suspeita ou confirmação da doença no país desde o dia 16 de março, data em que o Brasil registrou a primeira morte pelo novo coronavírus.

Óbitos com suspeita ou confirmação de COVID-19

Última atualização 14/12/2021 17:35

O gráfico apresenta o crescimento do número de registros de óbitos com suspeita ou confirmação de COVID-19, em todo o Brasil, desde o início de 2020.

16/MARÇO/2020 até 30 DE NOVEMBRO DE 2021



Fonte: Central de Informações do Registro Civil - CRC Nacional

ESPECIAL COVID-19 – CAUSAS RESPIRATÓRIAS

No segundo módulo do painel, estão disponíveis dados de óbitos por doenças respiratórias no País, em 2019, 2020 e 2021 (até 30 de novembro).

Causas:

Insuficiência respiratória

Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)

Pneumonia

Septicemia

Demais óbitos

Covid-19

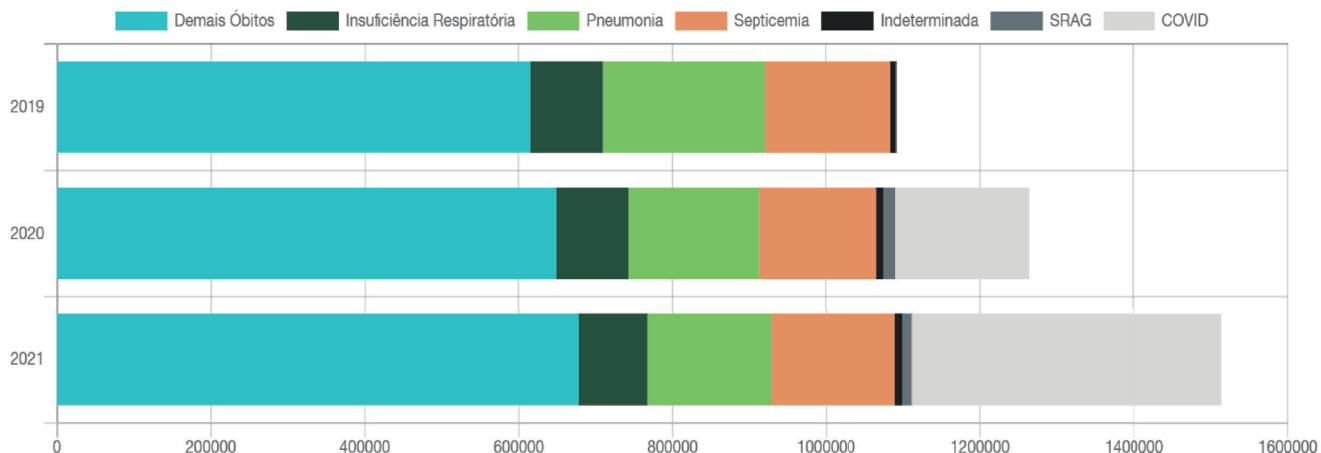
Causas respiratórias indeterminadas

Óbitos por doenças respiratórias

Última atualização 14/12/2021 16:02

O gráfico apresenta registros de óbitos por doenças respiratórias no período de 2019 até 2021 em todo o Brasil.

16/MARÇO/2020 até 30/NOVEMBRO/2021



ESPECIAL COVID-19 – CAUSAS CARDÍACAS

Com o decorrer dos meses, verificou-se uma possível ligação entre o novo coronavírus e mortes ocorridas por causas ligadas ao coração. Por essa razão, o painel Especial Covid-19 passou a contar com o módulo Causas Cardíacas, desenvolvido em parceria com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), no qual estão disponíveis informações sobre registros de óbitos por causas desta natureza, 2019, 2020 e 2021 (até 30 de novembro), para efeitos de comparação.

Causas:

Insuficiência respiratória	Pneumonia	Covid-19
Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)	Septicemia	Causas respiratórias indeterminadas
Acidente Vascular Cerebral (AVC)	Infarto	Demais óbitos
	Causas cardiovasculares inespecíficas	

Óbitos por doenças cardiovasculares

Última atualização 14/12/2021 16:03



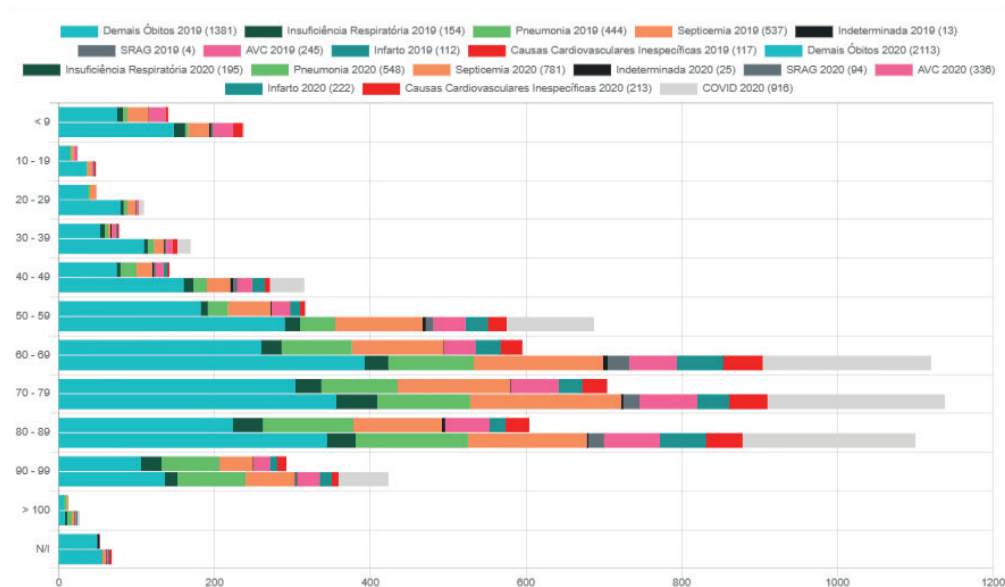
O gráfico apresenta a curva de crescimento diário de registros de óbitos por doenças cardiovasculares em todo o Brasil desde o início da pandemia até o ano de 2021

16/MARÇO/2020 até 30/NOVEMBRO/2021

ESPECIAL COVID-19 - OUTROS MÓDULOS

Com o objetivo de aprimorar os dados fornecidos ao Poder Público e à população, o Portal da Transparência desenvolveu novas funcionalidades para a segmentação dos óbitos, possibilitando uma maior riqueza de detalhes nas buscas e estudos sobre o impacto da doença no País.

Sexo e faixa etária



Local de falecimento

Local de Óbito ²

- Hospital
- Domicílio
- Via Pública
- Outros

Cor da pele

Cor da pele

Selecione uma Cor de Pele ▲

- Indiferente
- Amarela
- Branca
- Ignorada
- Indígena
- Parda
- Preta**

Não residentes no município

Somente óbitos de não residentes da cidade ²

TABELIONATO DE NOTAS



TABELIONATO DE NOTAS

No Tabelionato de Notas, as demandas dos cidadãos são atendidas de forma mais simples, rápida e barata do que quando levadas ao Poder Judiciário que, em razão do acúmulo de processos, e dos gastos adicionais com o pagamento de advogados, custas e peças, promove um serviço mais demorado e caro ao usuário. Diante deste contexto, cada vez mais novos serviços têm sido delegados à atividade notarial.



DESJUDICIALIZAÇÃO - LEI 11.441/2007



4,5 milhões

Desde 2007, quando foi instituída a Lei nº 11.441/07, que autorizou a lavratura de inventários, partilhas, separações e divórcios consensuais em Tabelionato, mediante escritura pública, os Cartórios de Notas de todo o Brasil já realizaram mais de 4,5 milhões de atos dessa natureza, gerando uma economia histórica ao Estado.



10,6 bilhões

Segundo o estudo Justiça em Números, conduzido em 2020, pelo Conselho Nacional de Justiça, cada processo que entra no Judiciário custa em média R\$ 2.369,73 para o contribuinte. Isso significa dizer, que multiplicado por 4,5 milhões, o erário brasileiro economizou cerca de 10,6 bilhões de reais com a delegação deste serviço aos Cartórios de Notas.



1 ano para 1 dia

A população deixou de levar um ano para se divorciar na Justiça, para fazer o ato no mesmo dia em um cartório.



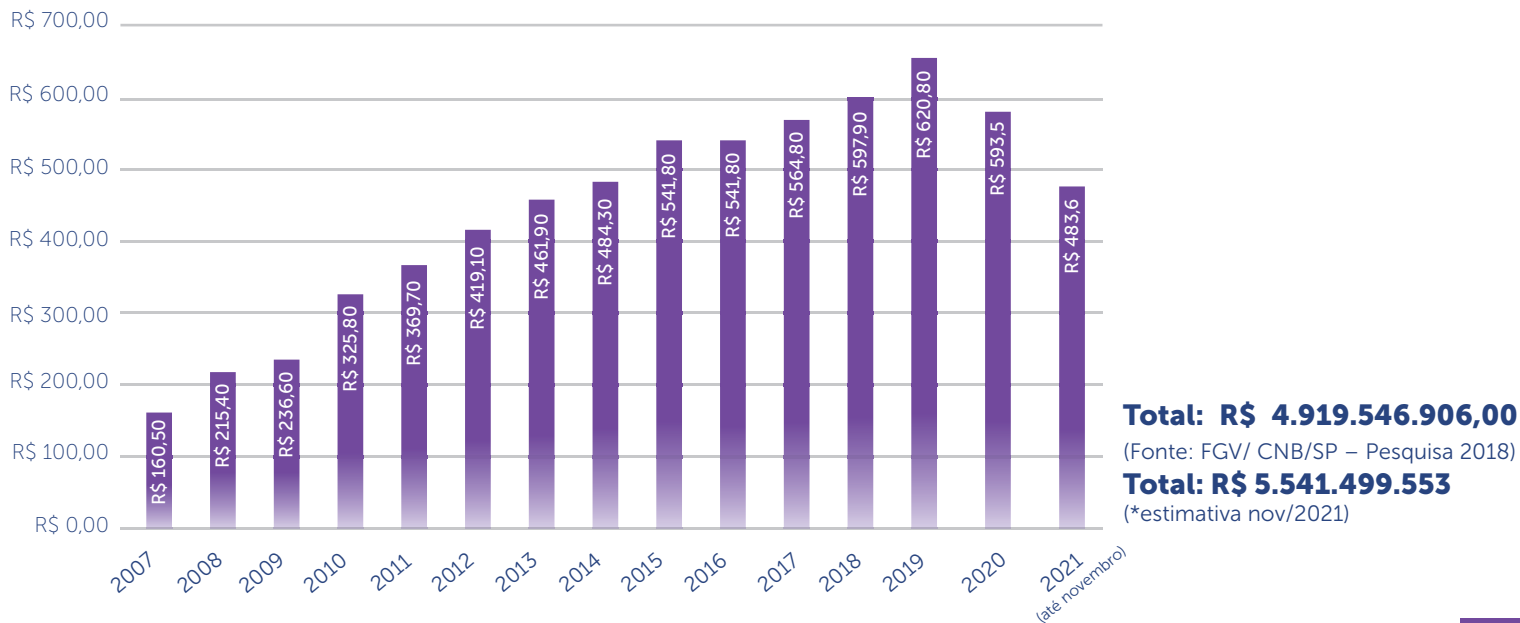
10 anos para 15 dias

A população deixou de levar 15 anos para fazer o Inventário na Justiça, para fazer o ato em 15 dias em um cartório.

ECONOMIA AOS COFRES PÚBLICOS

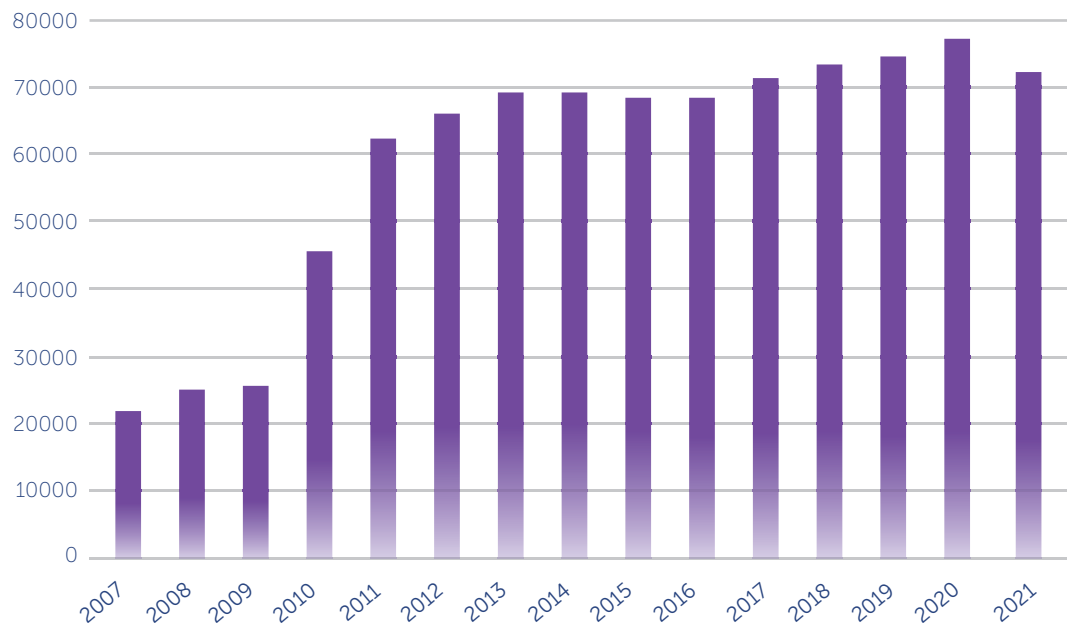
A atuação notarial nos atos da Lei 11.441/2007 resultou na facilitação e otimização de tempo para o cidadão e para o Poder Judiciário, além de gerar uma economia de quase **R\$ 5 bilhões** para os cofres públicos (até 2018), beneficiando mais de 8 milhões de pessoas.

Valor economizado em milhões de reais pelo Judiciário entre 2007 e 2018



DIVÓRCIO DIRETO NO BRASIL

882.207 atos de divórcio direto foram realizados de 2007 a novembro de 2021 nos cartórios do Brasil.

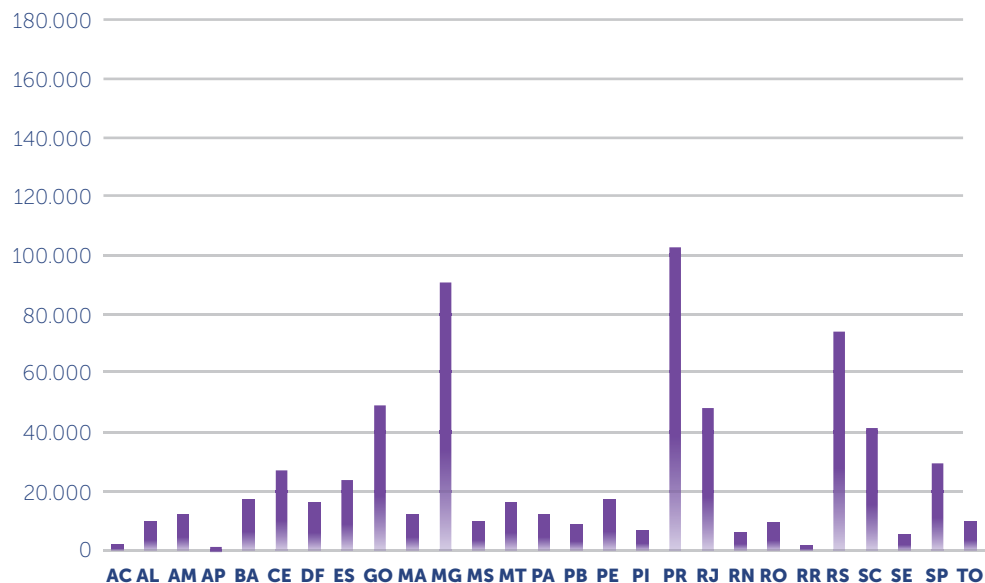


Ano	Divórcios
2007	21957
2008	24633
2009	25728
2010	45518
2011	62411
2012	66157
2013	69152
2014	69408
2015	68351
2016	68378
2017	71338
2018	73495
2019	74347
2020	70708
2021	70626
Total	882207

DIVÓRCIO DIRETO POR ESTADO

De 2007 a novembro de 2021, os três estados que mais realizaram atos de divórcio direto foram

São Paulo (**238.443**), Paraná (**105.252**) e Minas Gerais (**92.107**).

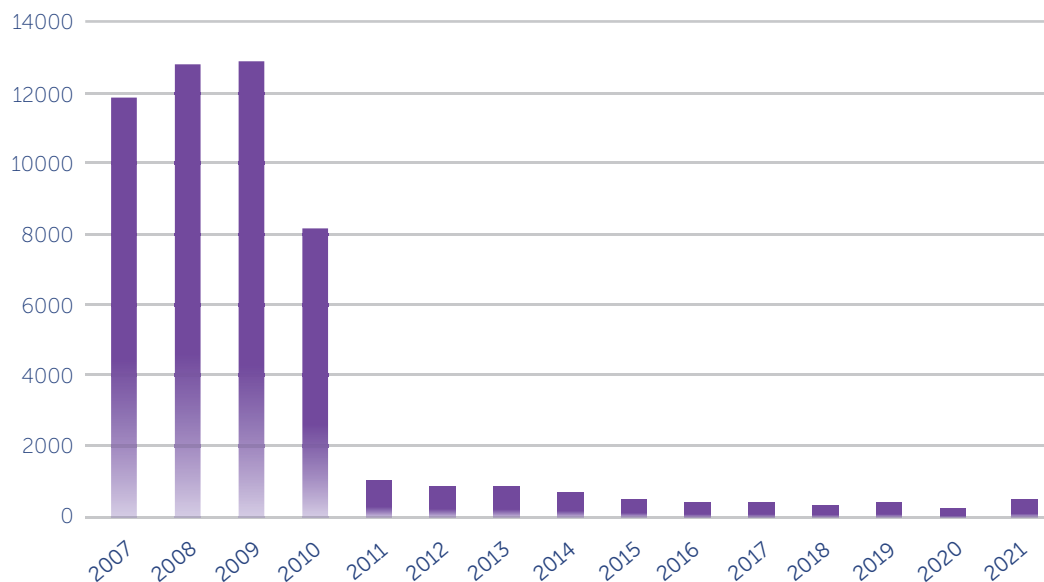


AC	1942	PB	8472
AL	4110	PE	17535
AM	7511	PI	6557
AP	807	PR	105252
BA	16978	RJ	52269
CE	32062	RN	6063
DF	17273	RO	9874
ES	25189	RR	1016
GO	51556	RS	75077
MA	13085	SC	43927
MG	92107	SE	5278
MS	9846	SP	238443
MT	16681	TO	9277
PA	14020	TOTAL	882207

SEPARAÇÃO NO BRASIL

52.168

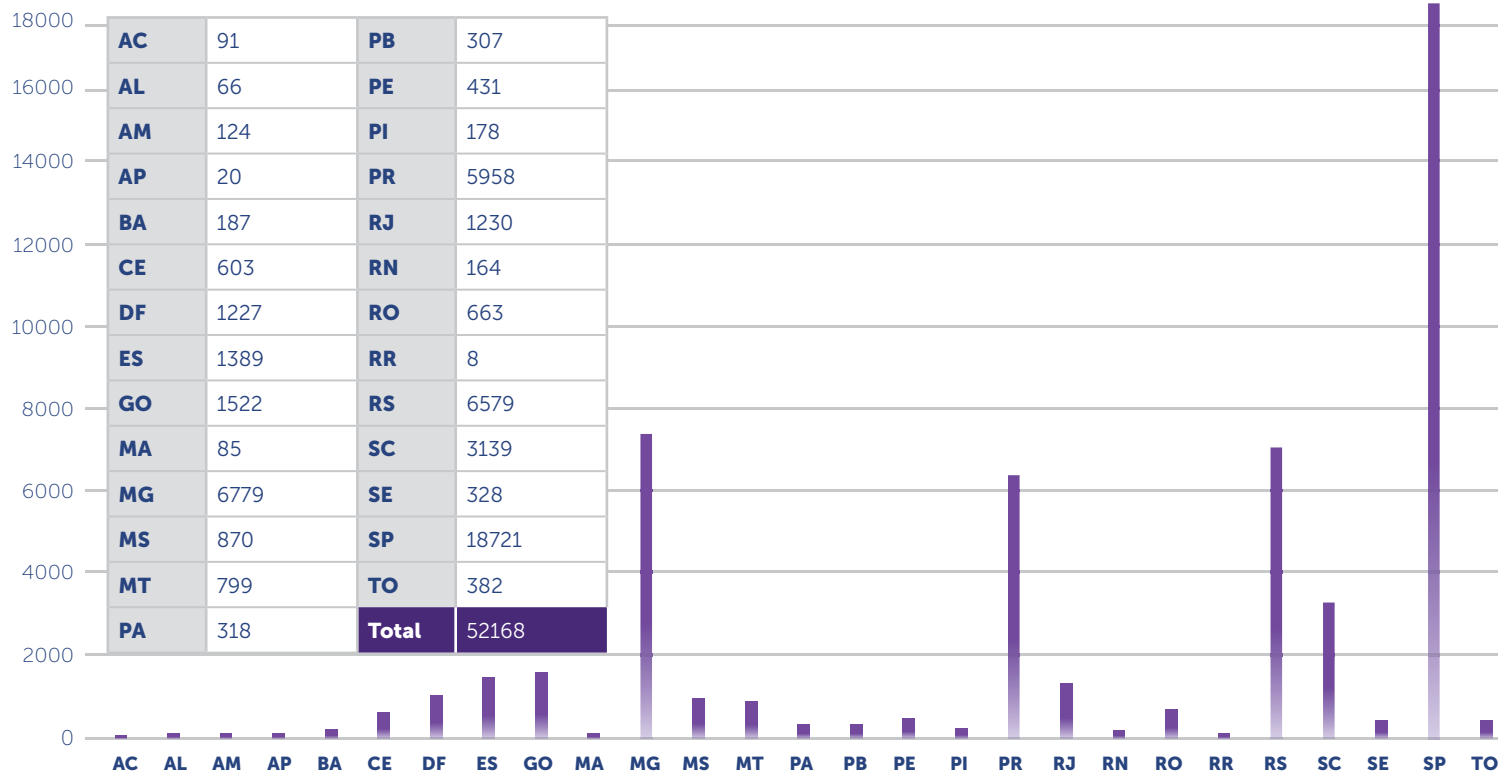
atos de separações extrajudiciais foram realizadas em Tabelionatos de Notas do Brasil no período de 2007 a novembro de 2021.



Ano	Separação
2007	11893
2008	12819
2009	12936
2010	8212
2011	1051
2012	805
2013	809
2014	635
2015	482
2016	361
2017	350
2018	301
2019	429
2020	420
2021	665
Total	52168

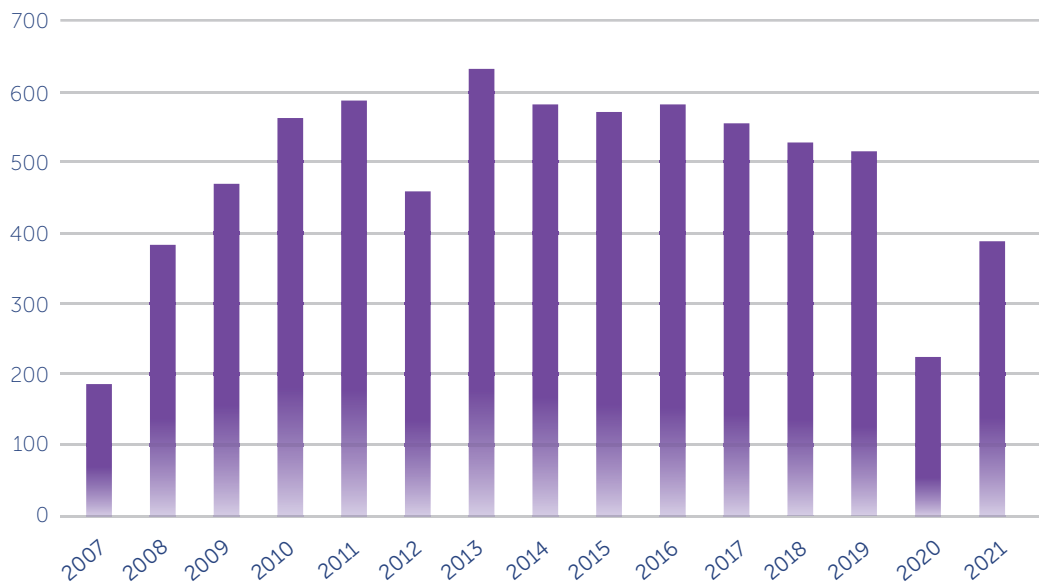
SEPARAÇÃO POR ESTADO

Os Cartórios de Notas do Estado de São Paulo foram os que mais realizaram atos de separação de 2007 a 2021, com **18.721** rompimentos. Em seguida, Minas Gerais (**6.779**) e Rio Grande do Sul (**6.579**).



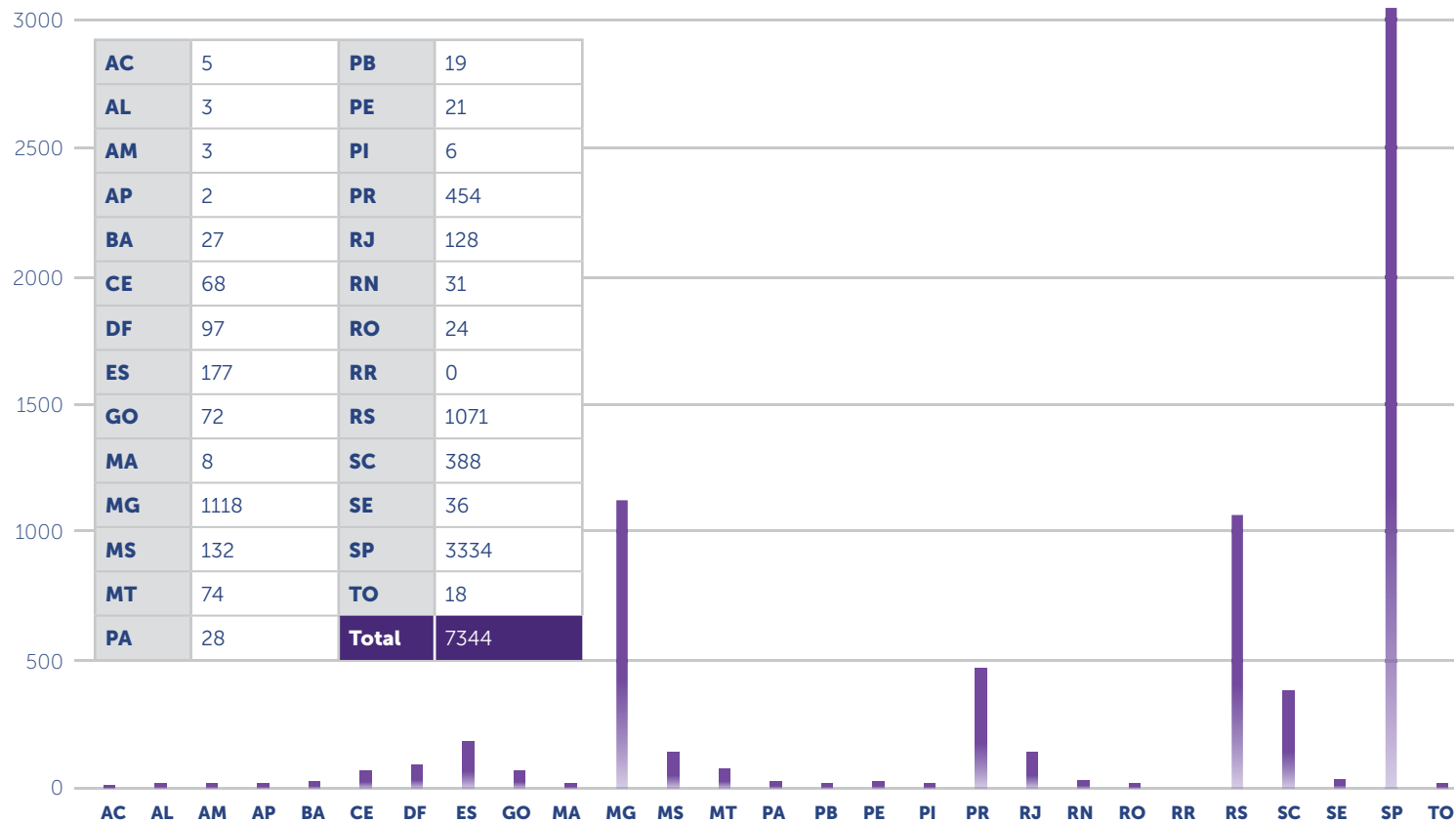
RECONCILIAÇÃO NO BRASIL

7.344 mil atos de reconciliação foram realizados no Brasil entre os anos de 2007 e novembro de 2021.



Ano	Reconciliação
2007	183
2008	392
2009	469
2010	564
2011	587
2012	458
2013	632
2014	580
2015	568
2016	581
2017	554
2018	528
2019	514
2020	339
2021	395
Total	7344

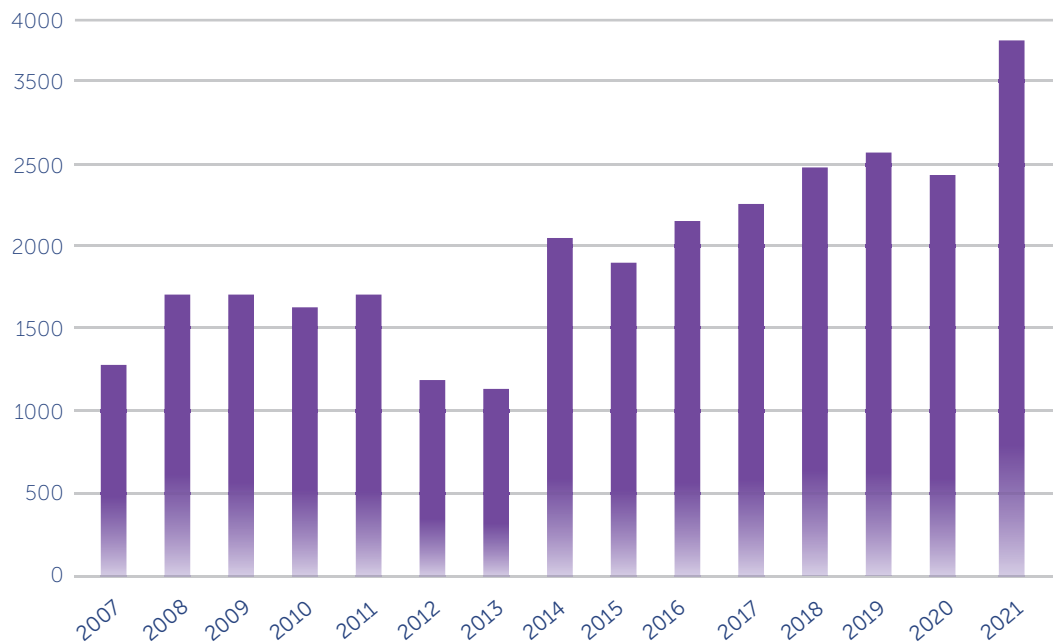
RECONCILIAÇÃO POR ESTADO



PARTILHA NO BRASIL

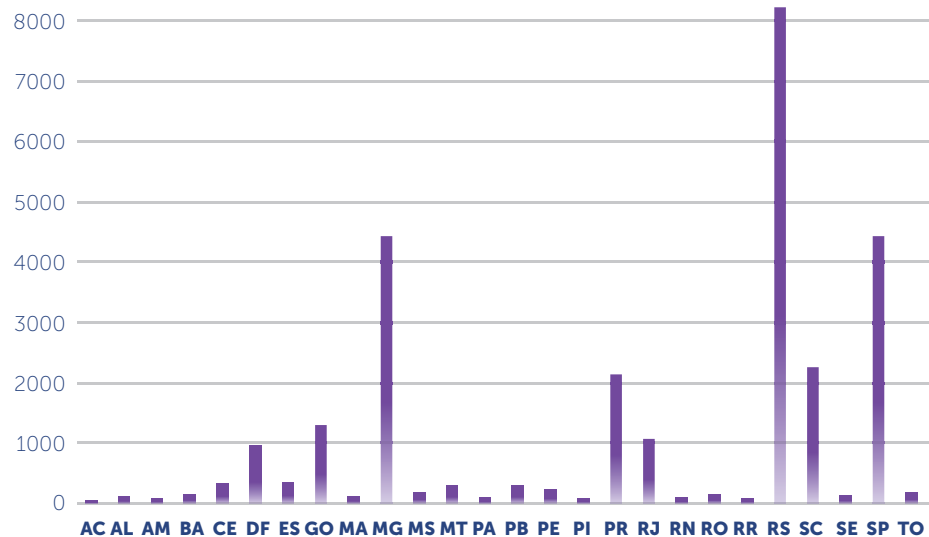
30.012 partilhas foram realizadas pelos Cartórios de Notas de todo Brasil entre os anos de 2007 e novembro de 2021.

Ano	Partilhas
2007	1290
2008	1720
2009	1719
2010	1630
2011	1704
2012	1196
2013	1122
2014	2032
2015	1890
2016	2226
2017	2250
2018	2476
2019	2570
2020	2475
2021	3712
Total	30012



PARTILHA POR ESTADO

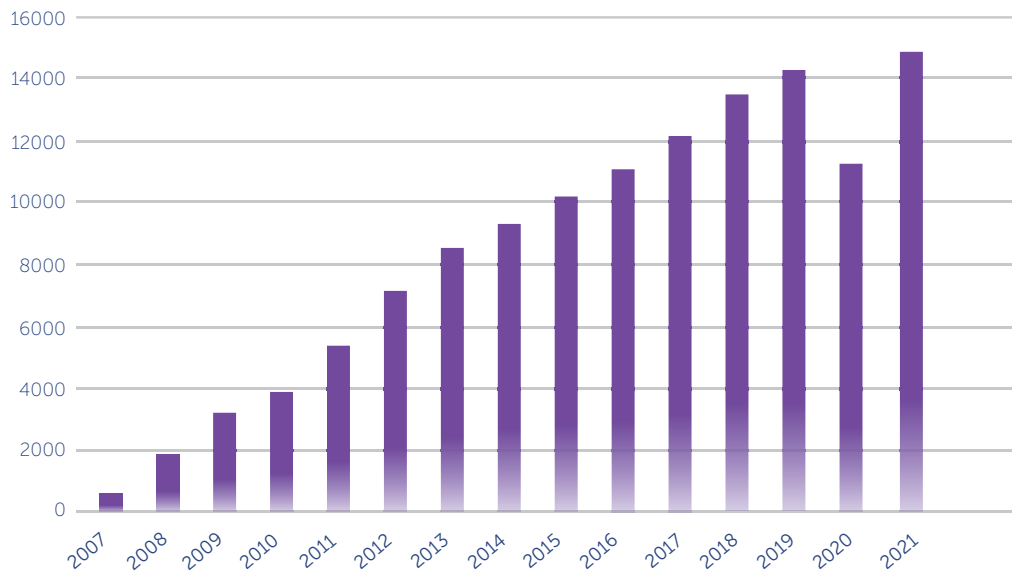
Os estados que mais realizaram atos de partilha foram Rio Grande do Sul (**8.478**), São Paulo (**4.562**) e Minas Gerais (**4.529**).



AC	23	PB	320
AL	98	PE	329
AM	20	PI	64
AP	4	PR	2486
BA	172	RJ	1505
CE	357	RN	123
DF	1161	RO	241
ES	374	RR	3
GO	1498	RS	8478
MA	109	SC	2656
MG	4529	SE	135
MS	186	SP	4562
MT	376	TO	130
PA	73	TOTAL	30012

SOBREPARTILHA NO BRASIL

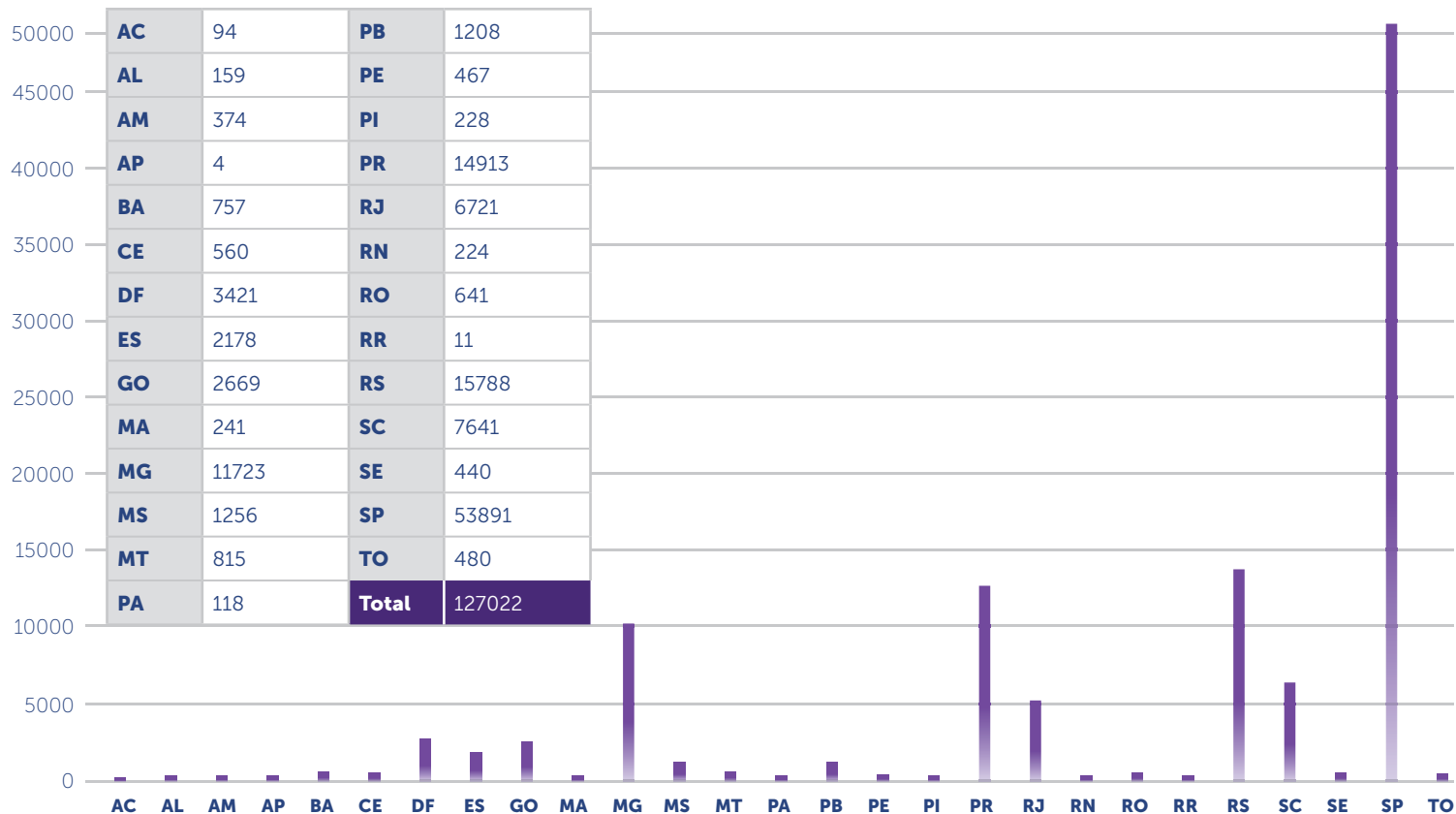
127.022 mil sobrepartilhas foram realizadas em todo o país entre 2007 e novembro de 2021.



Ano	Sobrepartilhas
2007	616
2008	1918
2009	3213
2010	3888
2011	5309
2012	7187
2013	8560
2014	9430
2015	10173
2016	11103
2017	12122
2018	13526
2019	14178
2020	10857
2021	14942
Total	127022

SOBREPARTILHA POR ESTADO

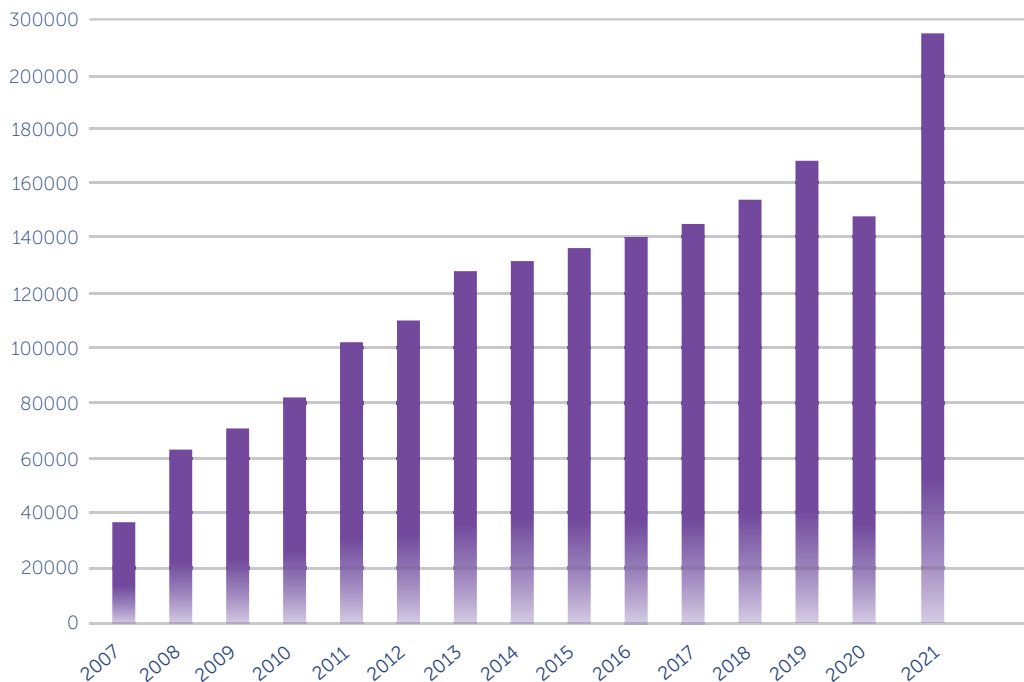
São Paulo é responsável por mais de **42%** dos atos de sobrepartilha no país, com **53.891**.



INVENTÁRIO NO BRASIL

1.8 milhão

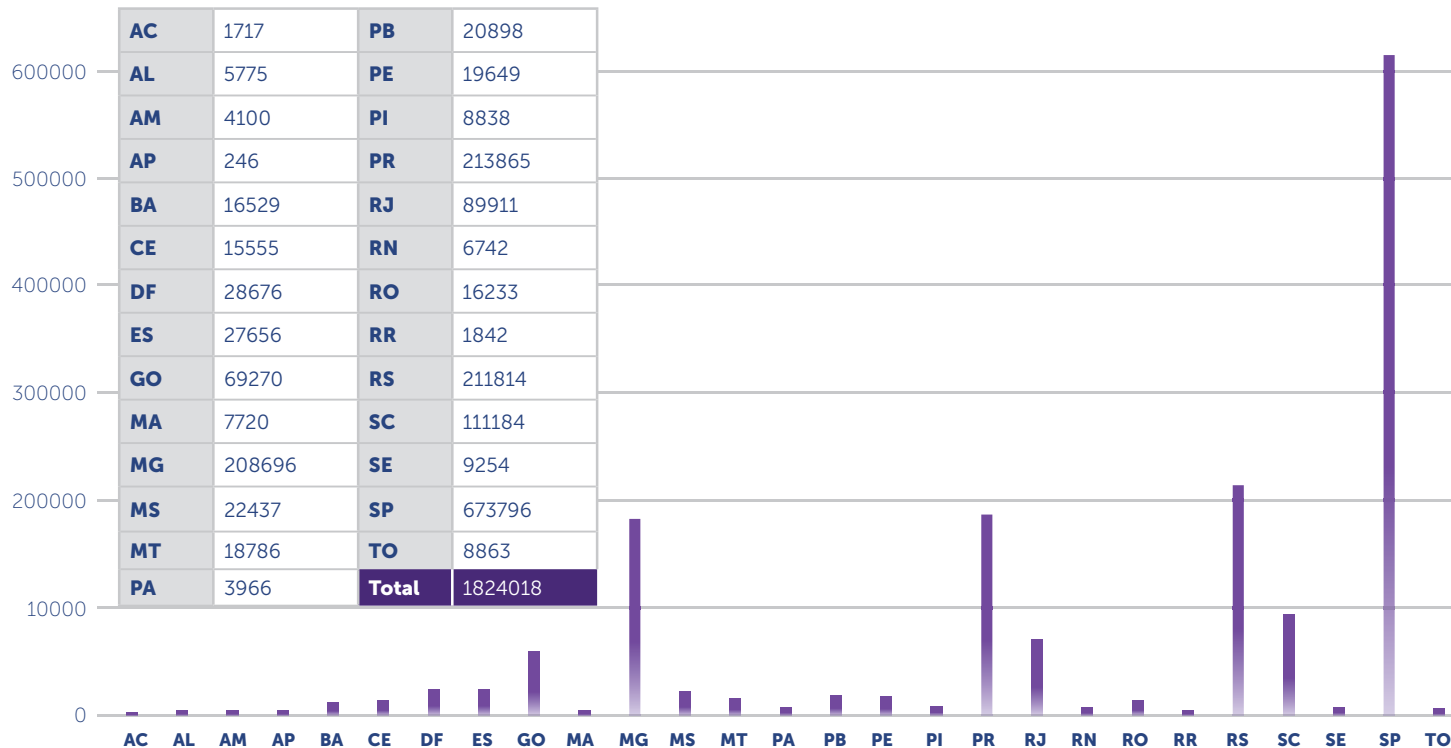
de atos de Inventários foram realizados pelos Tabelionatos de Notas do Brasil no período de janeiro de 2007 a novembro de 2021.



Ano	Inventários
2007	36251
2008	62854
2009	70637
2010	81785
2011	102550
2012	109662
2013	127502
2014	131256
2015	136866
2016	140489
2017	144625
2018	157021
2019	168114
2020	146936
2021	207470
Total	1824018

INVENTÁRIO POR ESTADO

Os Estados que mais realizaram inventários no período de 2007 a novembro de 2021 São Paulo (**673.796**), Paraná (**213.865**) e Rio Grande do Sul (**211.814**).



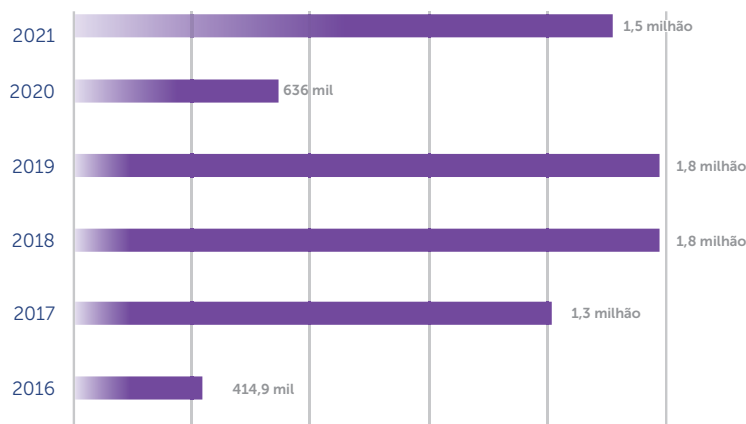
APOSTILAMENTO

7,5 milhões

de apostilamentos - documentos legalizados para ter validade no exterior - foram realizados diretamente em Cartórios de 2017 a novembro de 2021. Em agosto de 2016, a pedido do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 228/2016, transferindo este ato aos cartórios das capitais e posteriormente aos do interior dos Estados. A delegação deste serviço possibilitou que um processo que envolvia três etapas, deslocamentos e alto custo, fosse simplificado e resolvido em um único dia em qualquer cartório brasileiro.

Por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 122/2021, a gestão do sistema Apostil passou a ser realizada pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal. O Termo foi firmado entre a entidade e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil (Arpen/BR), o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-BR), a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), sob supervisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Total de documentos Apostilados

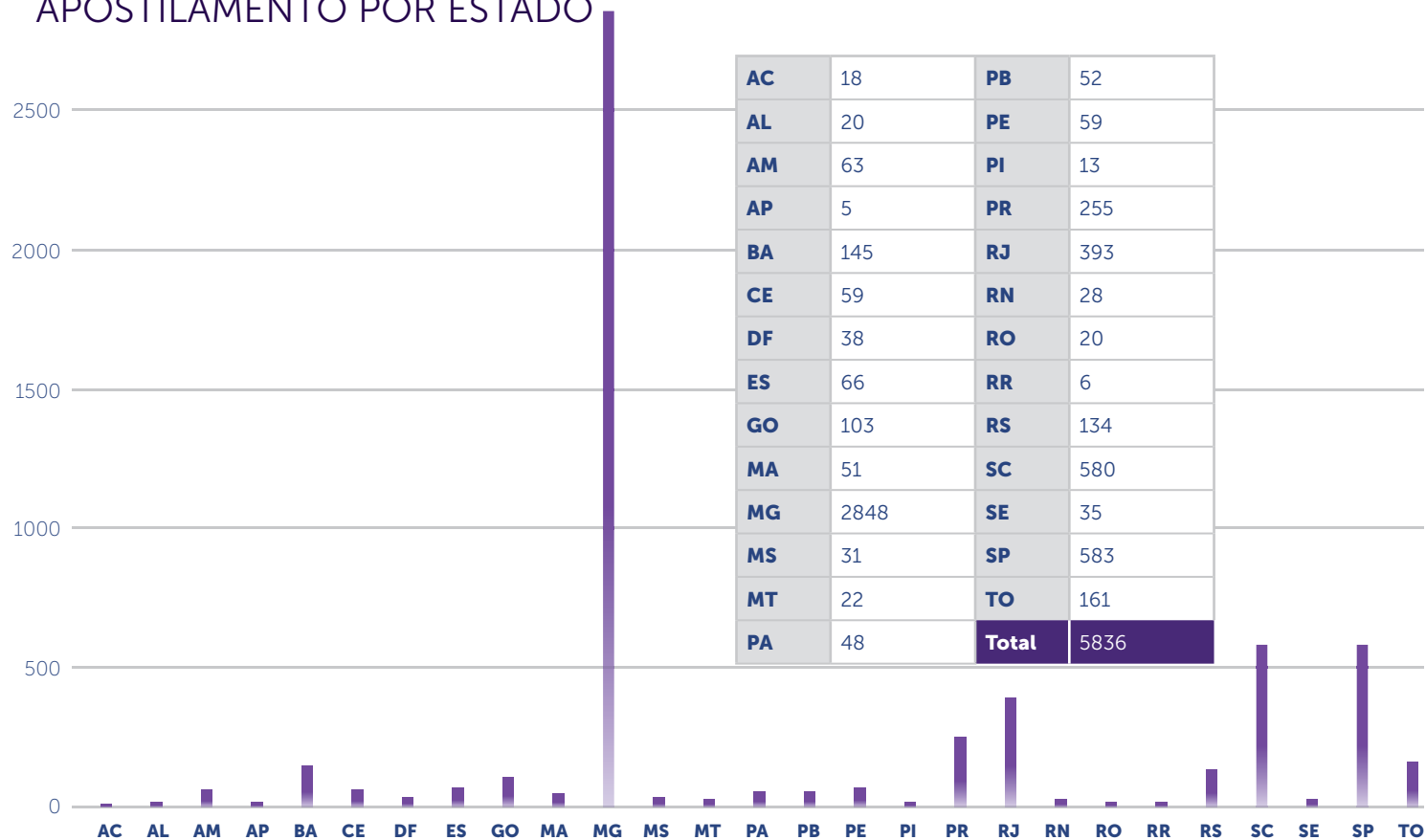


APOSTILAMENTO POR ESTADOS

	2017	2018	2019	2020	2021
AC	860	4774	6472	3467	3135
AL	3884	5886	4762	2121	2012
AM	7814	11396	13309	6081	8379
AP	932	1653	2209	1306	1670
BA	19916	30571	35745	15072	26224
CE	17025	28244	32675	13046	24988
DF	187432	359684	453616	87593	418340
ES	27512	37494	39129	14642	26456
GO	21193	33068	35579	14777	22657
MA	2936	5940	6240	2612	4956
MG	145857	107652	64787	25089	51910
MS	9662	16040	16443	7628	14493
MT	2478	4738	6106	2612	4980
PA	7321	11622	11454	5295	9888

	2017	2018	2019	2020	2021
PB	3881	6444	7681	3435	7333
PE	21129	30766	33323	12820	24514
PI	1168	2111	2693	1088	1800
PR	67792	99339	95514	43090	93900
RJ	213630	285439	256729	100312	213782
RN	5207	7109	9189	4081	8200
RO	3241	8483	11829	6110	7672
RR	0	1288	2209	887	1240
RS	104148	121298	116238	39312	80550
SC	111735	180244	198553	74084	137231
SE	2236	3521	4166	1676	2476
SP	321759	396220	376026	146280	303495
TO	1714	3397	4302	1858	2121

CARTÓRIOS HABILITADOS PARA FAZER APOSTILAMENTO POR ESTADO



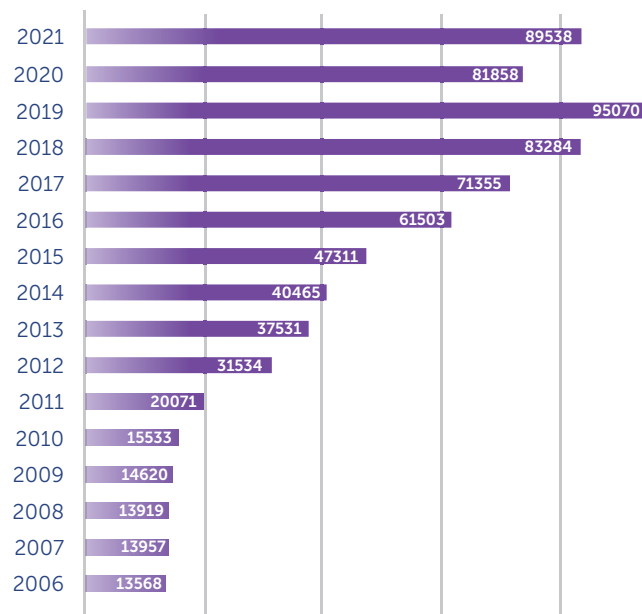
ATAS NOTARIAIS

731.117

Ano	Atas notariais
2006	13568
2007	13957
2008	13919
2009	14620
2010	15533
2011	20071
2012	31534
2013	37531
2014	40465
2015	47311
2016	61503
2017	71355
2018	83284
2019	95070
2020	81858
2021	89538
Total	731117

Atas notariais já foram feitas por Tabelionatos de Notas do Brasil. Este documento comprova a existência de um fato ou situação para uso como prova plena em juízo. Entre os atos comprovados por meio da Ata Notarial está o início do procedimento de Usucapião Extrajudicial, para comprovar a posse prolongada e ininterrupta de bens imóveis, além de comprovação de crimes virtuais, entre outros exemplos.

Total de atas notariais

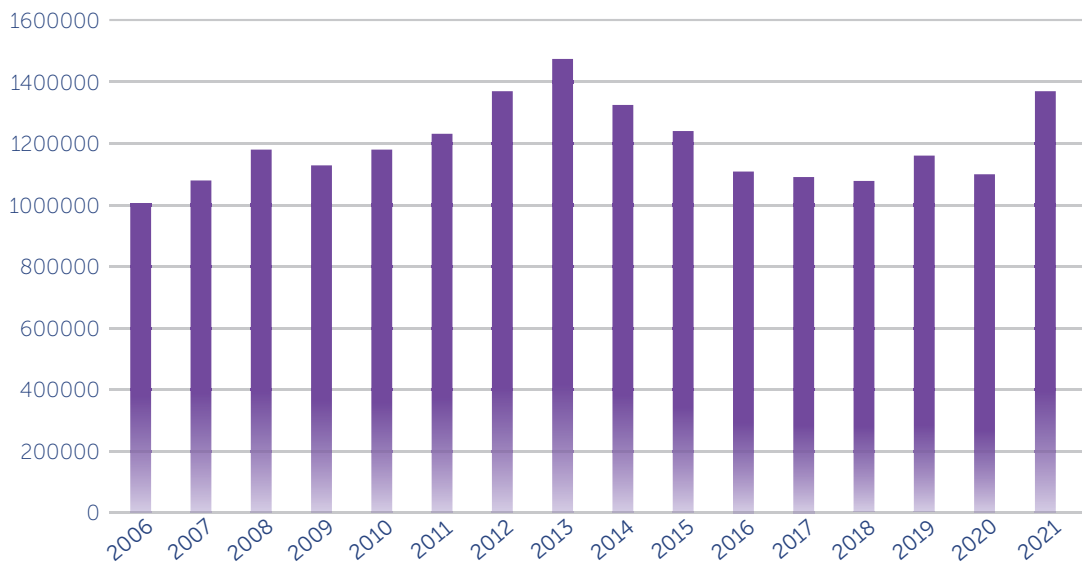


AC	658	PB	2652
AL	1629	PE	13003
AM	3101	PI	1661
AP	874	PR	160729
BA	12226	RJ	16307
CE	3229	RN	2106
DF	6944	RO	7429
ES	8933	RR	885
GO	83806	RS	77531
MA	4402	SC	79342
MG	77591	SE	6143
MS	4529	SP	139590
MT	9977	TO	2748
PA	3092	Total	731117

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA

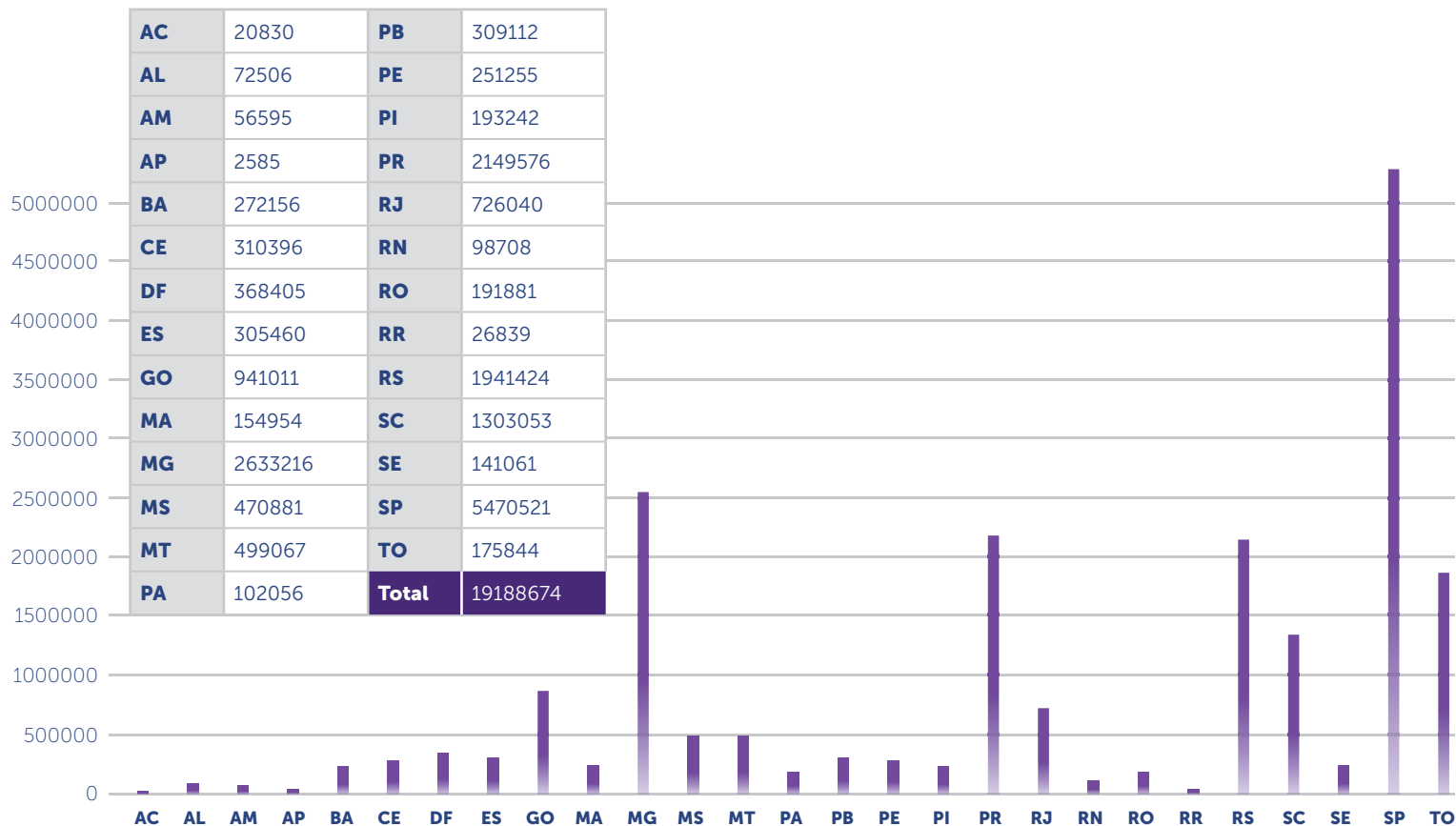
19,1 milhões

de escrituras de Compra e Venda de bens móveis e imóveis foram realizadas diretamente em Cartórios de Notas de 2006 a novembro de 2021, proporcionando segurança jurídica e eficácia a compradores e vendedores.



Ano	Compra e venda
2006	1003091
2007	1074850
2008	1167928
2009	1130811
2010	1182797
2011	1235524
2012	1371857
2013	1476546
2014	1326355
2015	1240267
2016	1114078
2017	1089946
2018	1128358
2019	1152495
2020	1114752
2021	1379019
Total	19188674

ESCRITURA DE COMPRA E VENDA POR ESTADO



PROCURAÇÃO

42 milhões

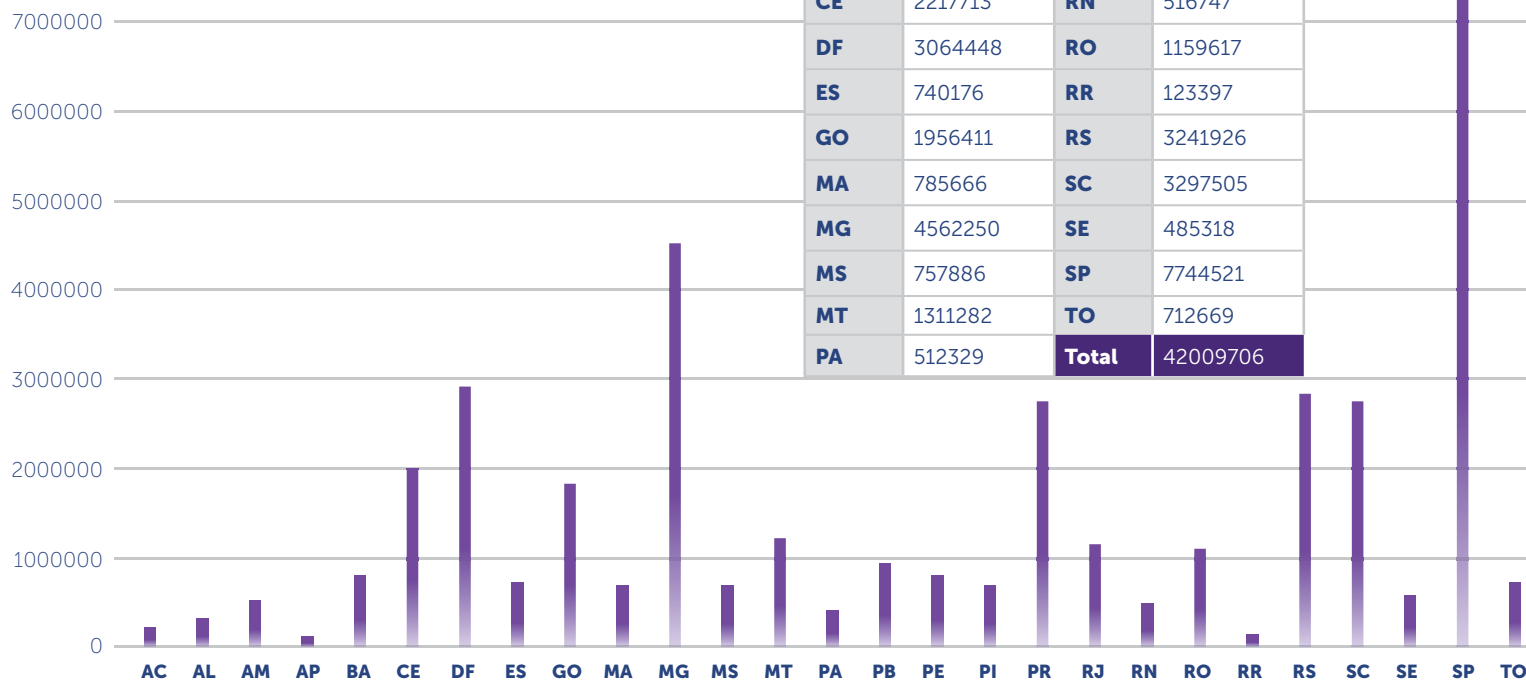
de procurações públicas foram realizadas de 2006 a novembro de 2021 em todo o Brasil, garantindo a correta delegação de poderes para a prática de atos por meio de representação.



Ano	Procurações
2006	2005673
2007	2120010
2008	2217942
2009	2286390
2010	2582576
2011	2829156
2012	2779592
2013	2979702
2014	2788774
2015	2682723
2016	2663986
2017	2750057
2018	2870950
2019	3203128
2020	2500932
2021	2748115
Total	42009706

PROCURAÇÃO POR ESTADO

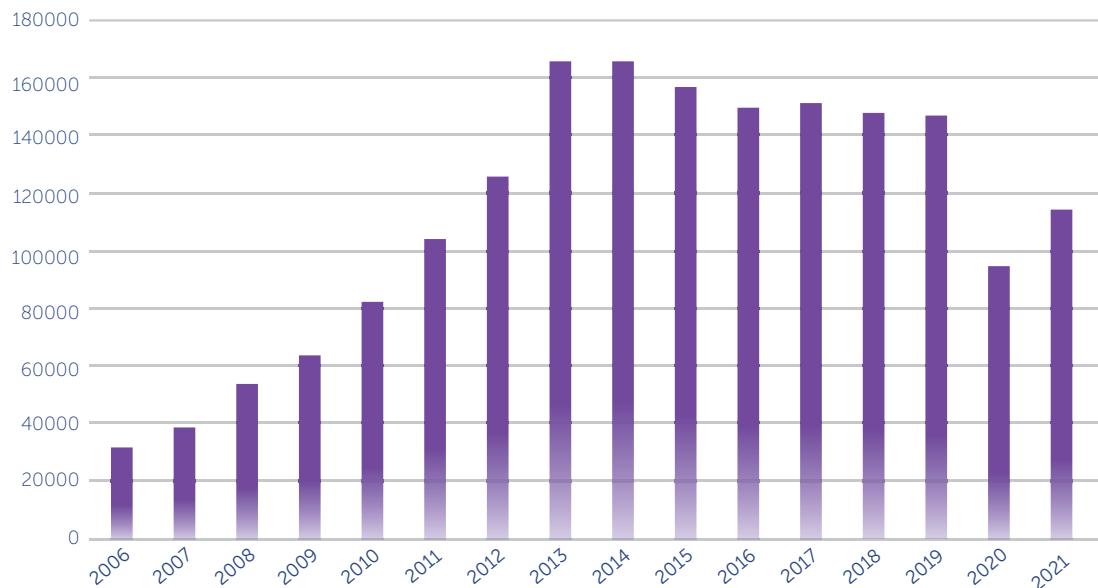
AC	251913	PB	944711
AL	322190	PE	864764
AM	577295	PI	760224
AP	122522	PR	2792928
BA	970768	RJ	1212530
CE	2217713	RN	516747
DF	3064448	RO	1159617
ES	740176	RR	123397
GO	1956411	RS	3241926
MA	785666	SC	3297505
MG	4562250	SE	485318
MS	757886	SP	7744521
MT	1311282	TO	712669
PA	512329	Total	42009706



ESCRITURA DE UNIÃO ESTÁVEL

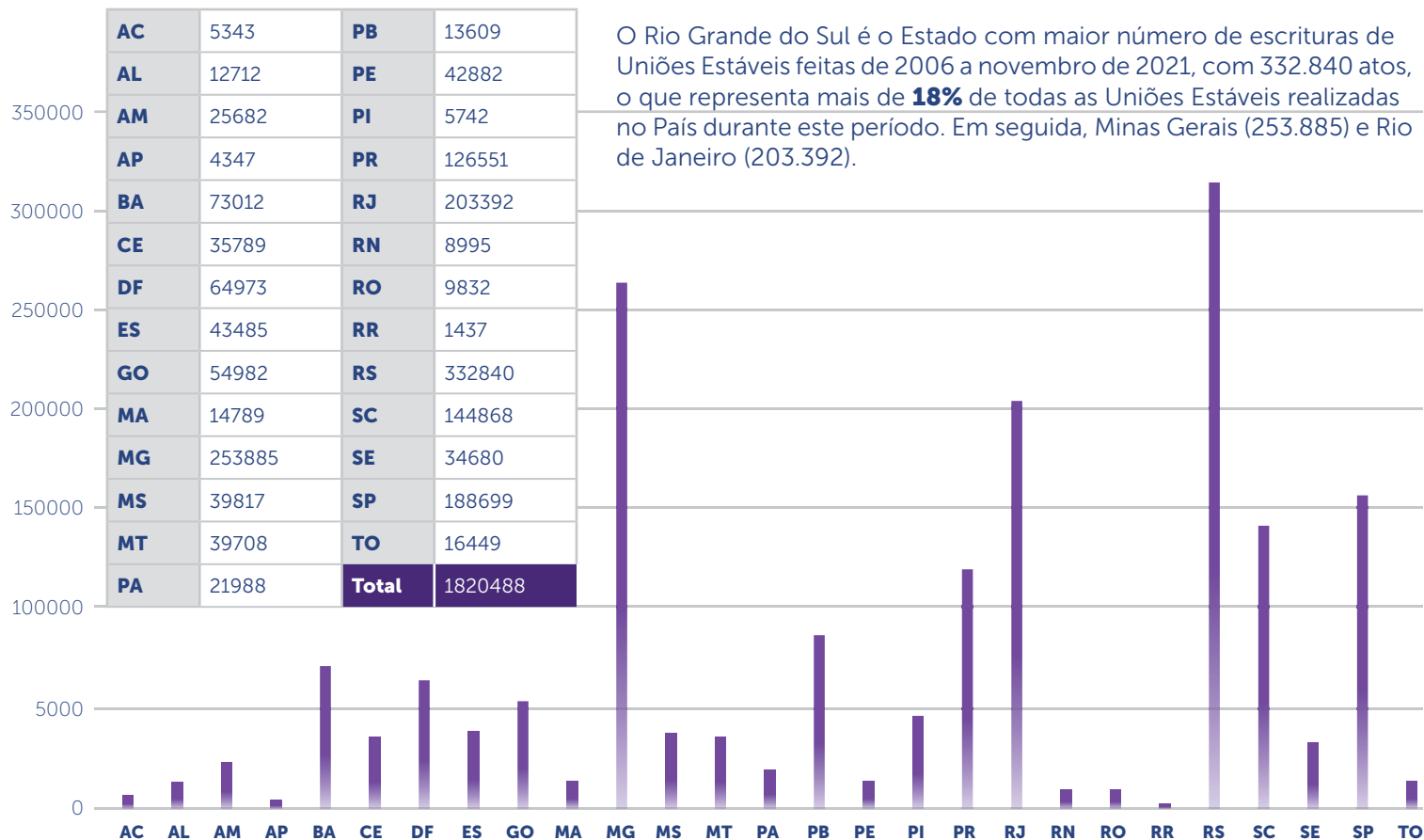
1,8 milhão

de escrituras de Uniões Estáveis foram realizadas em todo o território nacional entre 2006 e novembro de 2021, comprovando assim a existência do relacionamento entre duas pessoas e as resguardando como entidades familiares.



Ano	União Estável
2006	31586
2007	38352
2008	53666
2009	63610
2010	81894
2011	103500
2012	125620
2013	165737
2014	166006
2015	156660
2016	149431
2017	151270
2018	148194
2019	146779
2020	114041
2021	124142
Total	1820488

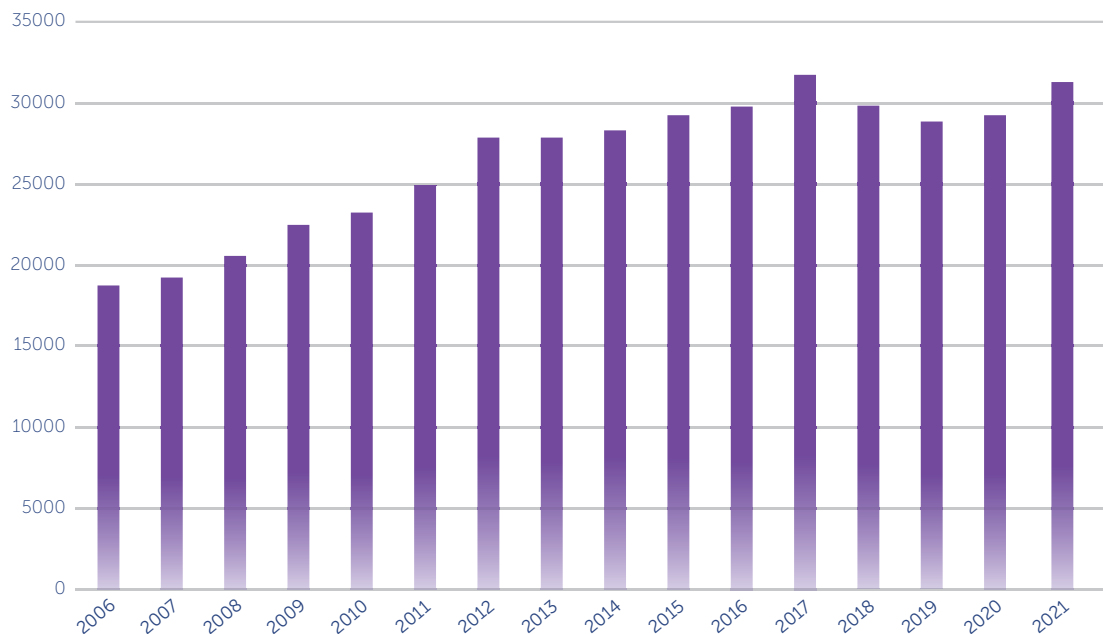
ESCRITURA DE UNIÃO ESTÁVEL POR ESTADO



TESTAMENTO PÚBLICO

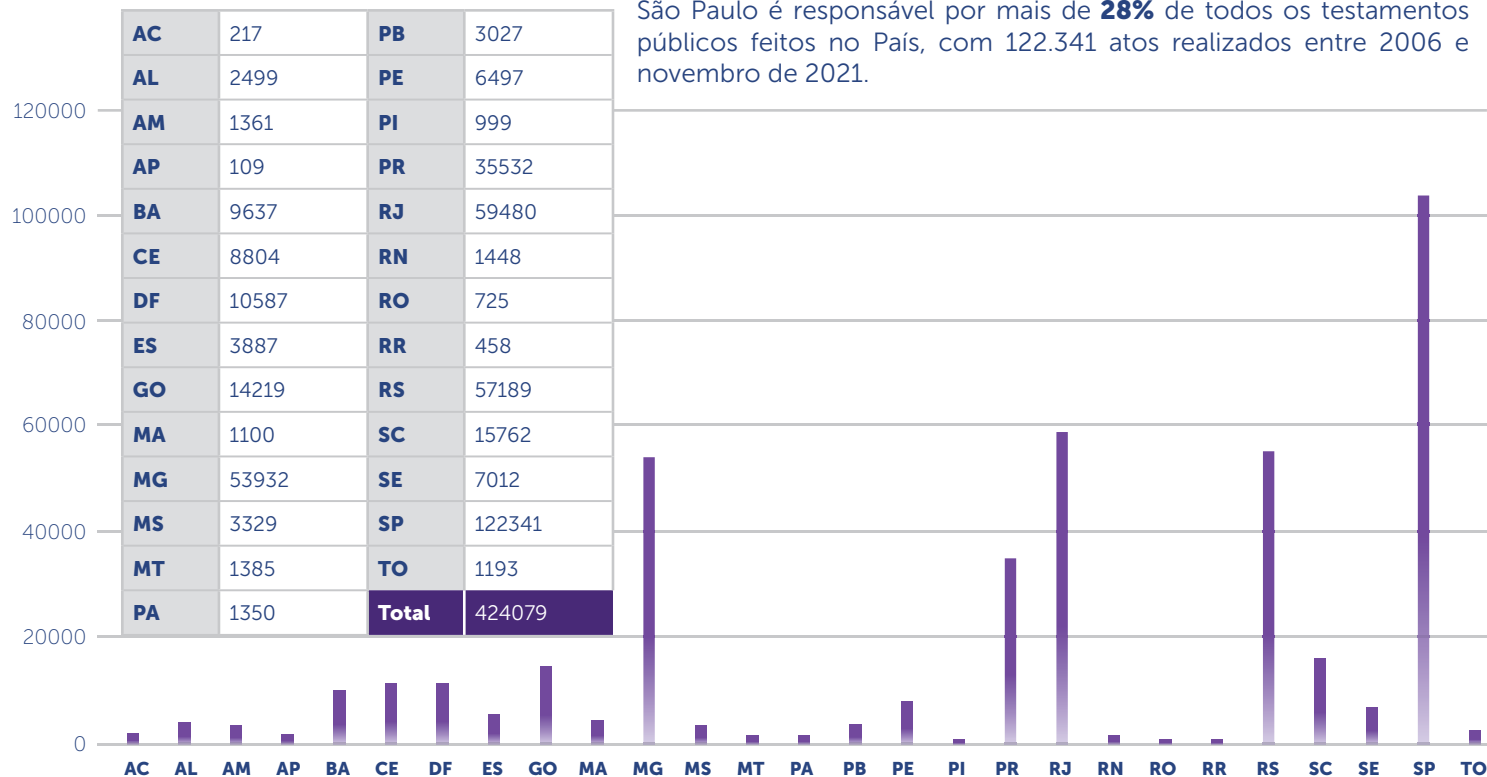
424 mil

testamentos públicos já foram realizados nos Cartórios de Notas do Brasil de 2006 a novembro de 2021, garantindo assim o fiel cumprimento da vontade do testador em relação às suas disposições pessoais e patrimoniais.



Ano	Testamentos
2006	18705
2007	19261
2008	20513
2009	22396
2010	23204
2011	24874
2012	27764
2013	27887
2014	28239
2015	29257
2016	29748
2017	31672
2018	29806
2019	28867
2020	29004
2021	32882
Total	424079

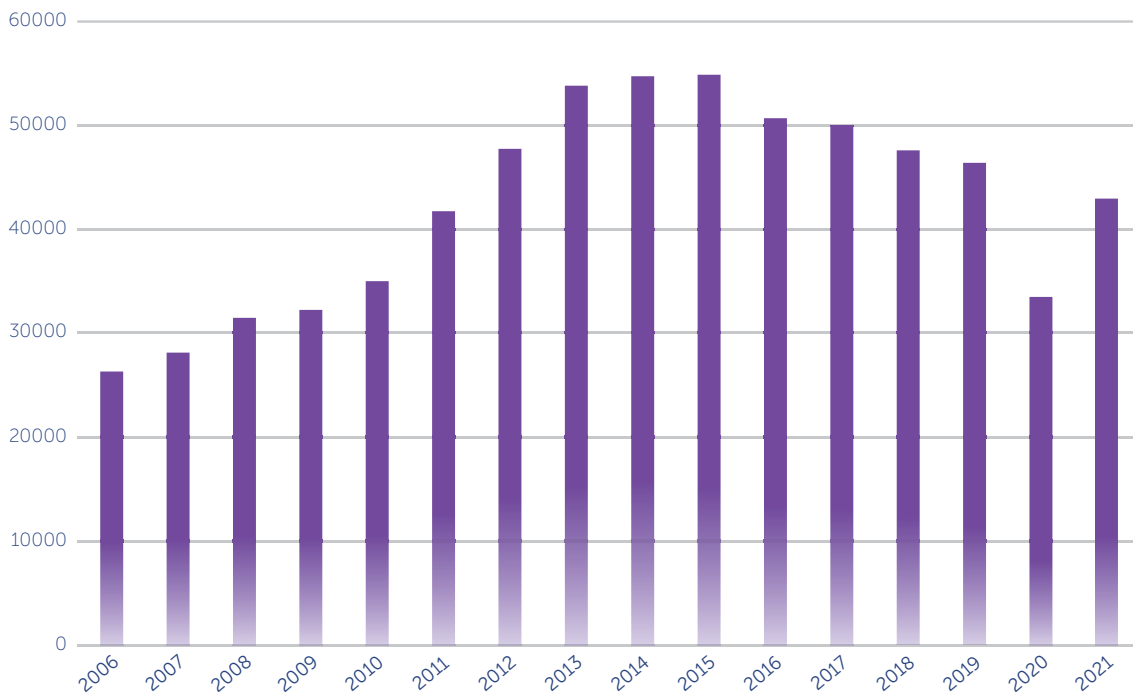
TESTAMENTO PÚBLICO POR ESTADO



PACTO ANTENUPCIAL

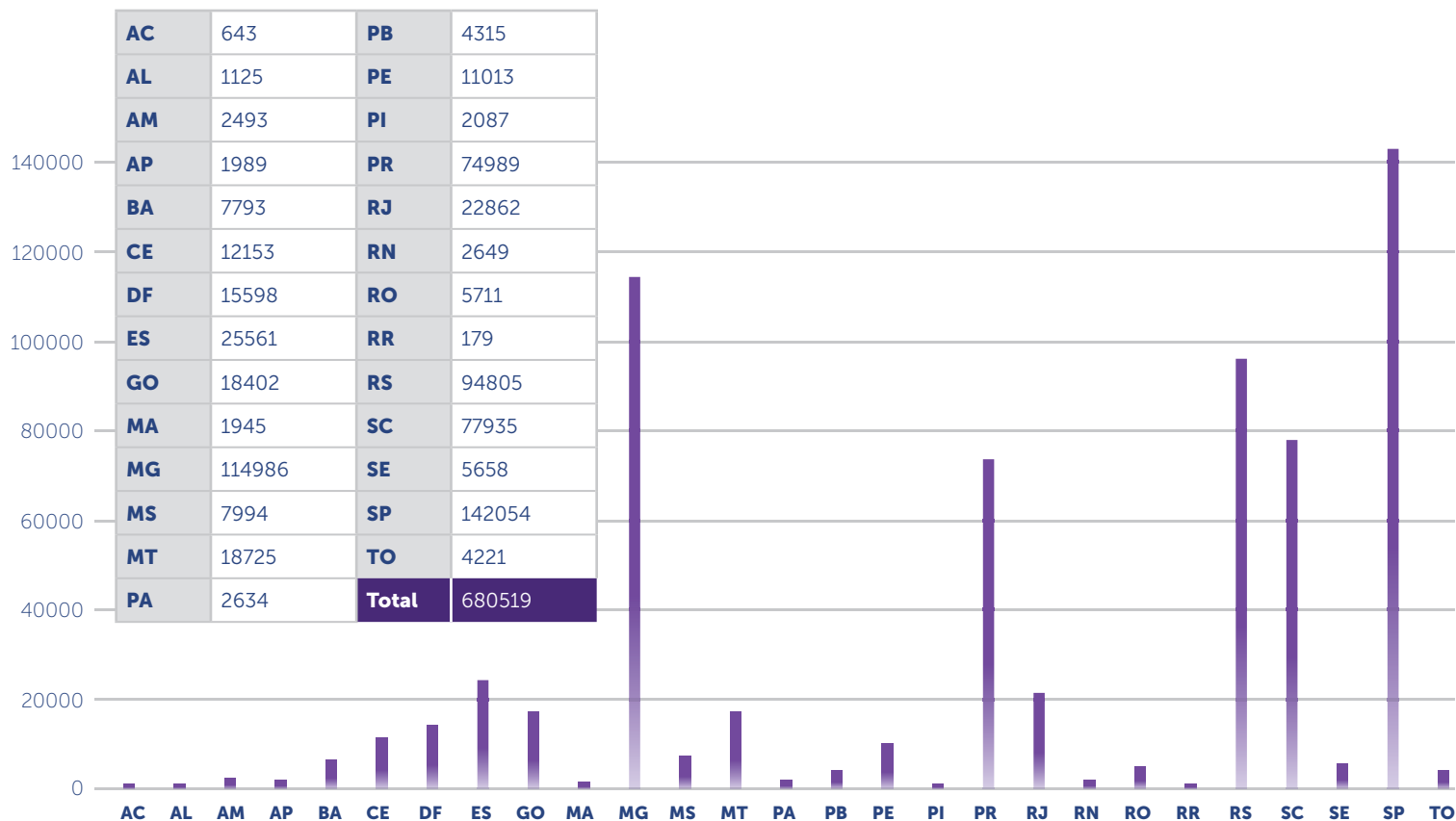
680 mil

pactos antenupciais foram realizados no Brasil entre 2006 e novembro de 2021, efetivando-se assim a vontade do casal com relação à disposição de seus bens pessoais e patrimoniais que deverá vigorar durante a relação entre ambos.



Ano	Pacto Antenupcial
2006	26363
2007	28047
2008	31462
2009	32228
2010	35085
2011	41719
2012	47845
2013	53890
2014	54714
2015	54942
2016	50757
2017	50035
2018	47573
2019	46388
2020	34536
2021	44935
Total	680519

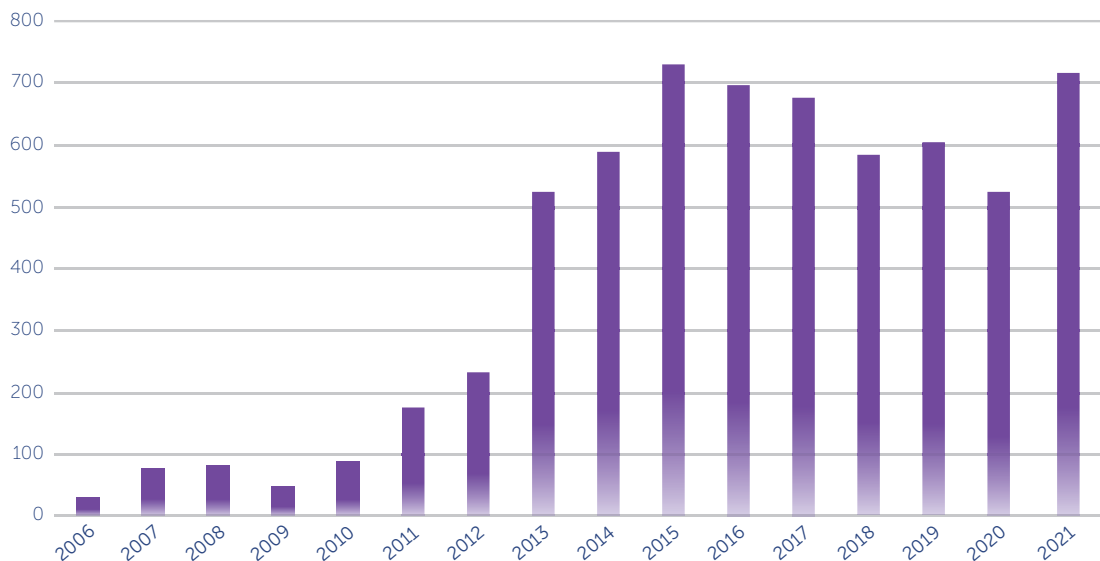
PACTO ANTENUPCIAL POR ESTADO



DIRETIVA ANTECIPADA DE VONTADE

6,3 mil

Diretivas Antecipadas de Vontade - DAVs - ou Testamentos Vitais, foram feitos em Cartórios de Notas de todo o País, discorrendo sobre o conjunto de vontades, prévia e expressamente manifestadas pela pessoa sobre certas situações que envolvem disposições pessoais, caso fique incapacitada de expressar sua vontade.

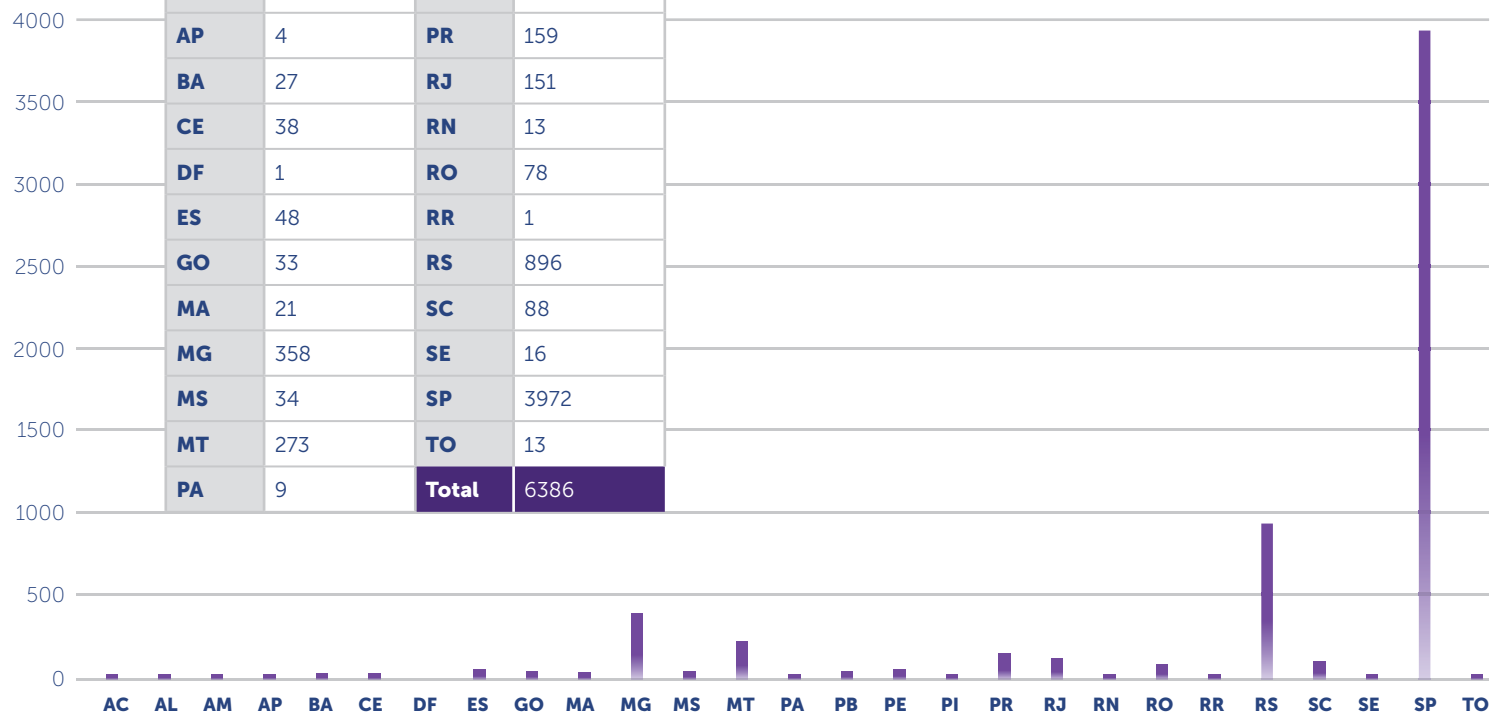


Ano	DAVs
2006	33
2007	79
2008	82
2009	49
2010	91
2011	178
2012	232
2013	524
2014	588
2015	731
2016	697
2017	676
2018	580
2019	604
2020	531
2021	711
Total	6386

DIRETIVA ANTECIPADA DE VONTADE POR ESTADO

AC	3	PB	36
AL	13	PE	58
AM	7	PI	36
AP	4	PR	159
BA	27	RJ	151
CE	38	RN	13
DF	1	RO	78
ES	48	RR	1
GO	33	RS	896
MA	21	SC	88
MG	358	SE	16
MS	34	SP	3972
MT	273	TO	13
PA	9	Total	6386

São Paulo é responsável por 62% de todas as DAVs realizadas entre 2006 e novembro de 2021, com **3.972 atos realizados**.



TABELIONATO DE NOTAS

SERVIÇOS ELETRÔNICOS



CENTRAL NOTARIAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS (CENSEC)

Administração: **Colégio Notarial do Brasil**

URL: **www.censec.org.br**

Marco Legal: **Provimento nº 18/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**

Finalidades:

- Gerenciar informações sobre a existência de testamentos, procurações e escrituras públicas incluindo as de separações, divórcios, partilhas e inventários;
- Combater a corrupção, a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo;
- Dinamizar o acesso do Poder Judiciário à sua base de dados.

Usuários:

77.263



pessoas, entre tabeliães, prepostos e autoridades do Poder Judiciário, acessam a base de dados da Censec. Desde a sua criação, a base de usuários da Censec vem crescendo em uma média de oito mil novos usuários por ano. Quando o sistema atendia somente o Estado de São Paulo (2012), já possuía 2.050 usuários.

Quantidade de usuários	
2012	2050
2013	14840
2014	24453
2015	32045
2016	40027
2017	52631
2018	69139
2019	71125
2020	72620
2021	77.263

AUTORIDADES E USUÁRIOS DA CENTRAL

48,4 Mil

é a quantidade de tabeliães e prepostos da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec). Os usuários das serventias de notas estão divididos em tabeliães de notas e prepostos. Um crescimento de mais de 2.260% desde 2012.

AUTORIDADES

A partir de 2013, a Censec passou a cadastrar autoridades para que utilizem o sistema como base de pesquisa e investigação.

28.8 Mil

autoridades do Poder Judiciário têm acesso à Censec atualmente, entre representantes de mais de 50 órgãos, tais como Advocacia-Geral da União - (AGU/PGU), Alfândega da Receita Federal do Brasil, Banco Central do Brasil - Procuradoria-Geral, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), entre outros órgãos públicos.



MÓDULOS DA CENTRAL NOTARIAL

a) Central de Escrituras e Procurações (CEP)

Composta por informações de escrituras de diversas naturezas e procurações, que podem ser consultadas pelos tabeliães, escreventes e membros dos órgãos públicos gratuitamente, através do site da Censec.

Números:

65,8 Milhões
de atos cadastrados*

1.4 Milhão
de consultas realizadas*

*até novembro de 2021

b) Registro Central de Testamentos Online (RCTO)

Apresenta informações acerca da existência ou não de testamento para lavratura de inventários e partilhas, mediante a apresentação da certidão de óbito do pesquisado ou requisição judicial, pelo site <https://buscatestamento.org.br/>

Números:

+ de
747 Mil
testamentos

+ de
1.3 Milhão
de buscas de testamentos
expedidas

c) Central Notarial de Sinal Público (CNSIP)

Disponibiliza fichas de firma de tabeliães e escreventes de todo o Brasil e é acessível somente por Unidades Extrajudiciais cadastradas.

Números:

+ de
56,4 Mil
fichas de assinaturas

MÓDULOS DA CENTRAL NOTARIAL

d) Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI)

Congrega as escrituras dos atos de separações, divórcios, inventários e partilhas lavradas pelos Cartórios de Notas de todo o País, que podem ser consultadas gratuitamente pelos interessados mediante o nome da parte ou número dos documentos, através do endereço www.centraldetestamento.com.br.

Números:

+ **3** Milhões
de atos informados



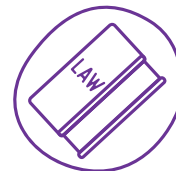
e) Central de Testamento Vital (DAV)

Permite consulta gratuita das Diretivas Antecipadas de Vontade lavradas nos Cartórios de Notas brasileiros.

Números:

6,3 Mil

de Davs entre 2006 e 2021



f) Central de Mediação e Conciliação

Permite a consulta gratuita dos Atos de mediação e conciliação lavrados nos Cartórios de Notas brasileiros.



E-NOTARIADO

184 mil Atos Notariais Eletrônicos



140,6 mil
Escrituras



44,1 mil
Procurações

via plataforma e-Notariado, regulamentada em maio de 2020 por meio do Provimento nº 100/2020 da Corregedoria Nacional de Justiça, que possibilitou a lavratura de atos notariais de forma eletrônica, por meio de videoconferência entre requerente e tabelião.

Certificado Notarizado

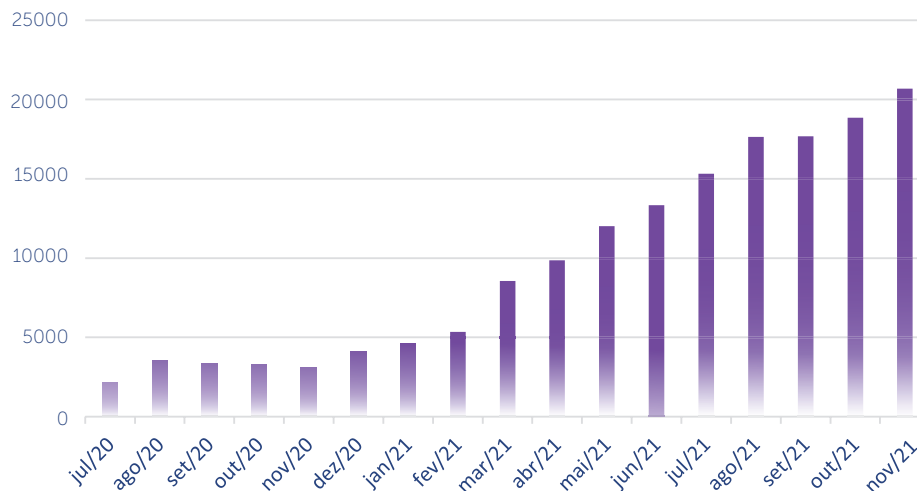
Certificado Digital emitido gratuitamente por cartórios cadastrados na plataforma e-Notariado como Autoridades Notariais, sendo porta de entrada para novos usuários dos atos digitais



2,5 mil
Autoridades Notariais



172,8 mil
Certificados
Notarizados emitidos



MÓDULO CADASTRO ÚNICO DE CLIENTES DO NOTARIADO

53,5 milhões

CPFs cadastrados

*Até novembro de 2021

248 mil

validações de perfis realizadas pela integração com a base de dados Denatran

Módulo de consulta e emissão de Certidões

61,3 mil

certidões de atos físicos emitidas

840

certidões de atos eletrônicos emitidas



Central Notarial de Autenticação Digital (CENAD)

Módulo autorizado pelo Art.22 do Provimento nº100/2020, do CNJ. Permite a realização de autenticações digitais por formato PDF, em documentos físicos ou online.

281,5 mil

documentos autenticados

864,8 mil

páginas autenticadas

1.250

cartórios cadastrados

MÓDULOS E-NOTARIADO

Reconhecimento de Firma por Autenticidade pelo e-Notariado

Módulo previsto pelo artigo 23, inciso IV do Provimento nº 100/2020, do CNJ, institui o Termo de confirmação de Identidade, Capacidade e a Autoria (TEC), assinado com certificado digital pela parte interessada em conjunto da realização de videoconferência para manifestação da vontade. Início das operações em outubro de 2021.



1.642

Reconhecimentos de Firma por Autenticidade realizados pelo e-Notariado



352

cartórios cadastrados

Autorização Eletrônica de Viagem (AEV)

Módulo autorizado pelo Provimento nº 103/2020 do CNJ permite que cartórios cadastrados emitam Autorizações de Viagem para Menores de forma totalmente digital e remota. As operações tiveram início em julho de 2021.



695

AEVs emitidas



776

cartórios cadastrados

SERVIÇOS ELETRÔNICOS

Atos Eletrônicos por Estado pela Plataforma e-Notariado

UF	AEV	Escritura	Procuração	Total Geral
AC		61	50	111
AL	5	115	36	156
AM	15	1232	826	2073
AP		71	22	93
BA	46	5901	2184	8131
CE	24	1556	1067	2647
DF	63	7580	2398	10041
ES	7	3420	1404	4831
GO	25	6247	3456	9728
MA	7	705	305	1017
MG	54	13634	5372	19060
MS		1294	289	1583
MT	39	4747	1215	6001
PA	24	1684	808	2516

UF	AEV	Escritura	Procuração	Total Geral
PB	22	894	257	1173
PE	30	1756	1061	2847
PI	5	195	42	242
PR	38	9960	2927	12925
RJ	34	7065	3616	10715
RN	3	869	539	1411
RO	13	883	858	1754
RR		127	88	215
RS	23	8267	2579	10869
SC	20	9574	1870	11464
SE	4	506	206	716
SP	194	51609	10372	62175
TO		700	278	978

*até novembro de 2021

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

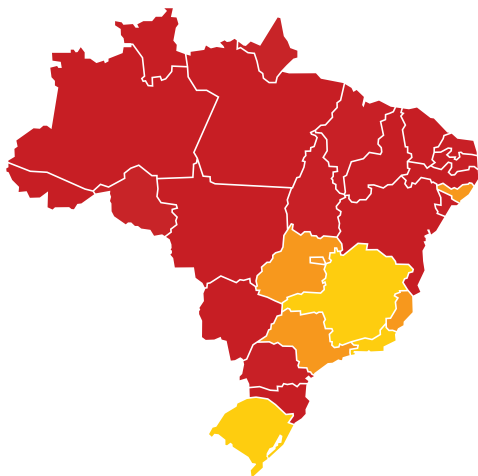


IRTPJ BRASIL

Instituto de Registro de Títulos e Documentos
e de Pessoas Jurídicas do Brasil

REDESIM

Criada pela Lei nº 11.598/07, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSIM) permite que o cidadão abra ou regularize seu negócio de forma simplificada e sem burocracia. Em 2015, foi iniciada a integração da RedeSIM com os Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas. O objetivo da integração é permitir a realização de todo o processo de criação de um CNPJ por meio de uma entrada única de dados. Assim, as solicitações de cadastro nos cartórios podem ser concluídas sem necessidade de comparecimento à Receita Federal para a realização dos deferimentos e indeferimentos de solicitações.



Estados integrados à Redesim por meio da Central RTDPJBrasil:

Alagoas e São Paulo. Os estados do Espírito Santo e de Goiás estão em fase de integração (assinatura de convênio entre IRTDPJBrasil, Receita Federal e Juntas Comerciais).

Estados integrados à Redesim por meio de sistemas próprios:

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.



Receita Federal



O tempo médio de abertura de empresas e demais PJ no Brasil é de

3 dias e **17** horas.

CENTRAL NACIONAL RTDPJBRASIL



Nova plataforma lançada em dezembro de 2019

Em 16 de dezembro de 2019, foi lançada a nova plataforma www.rtdbrasil.org.br, que oferece serviços eletrônicos dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A criação da Central visou atender às disposições dos artigos 37 a 39 da Lei nº 11.977/2009, tendo sido posteriormente normatizada com a edição do Provimento nº 48 do CNJ. A Central RTDPJBrasil atua nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Administração: **Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil (IRTDPJBrasil)**

URL: www.rtdbrasil.org.br

Marco Legal: **Provimento nº 48/2016**

Finalidades:

- Facilitar o atendimento aos usuários;
- Agilizar a formalização de empresas;
- Modernizar os serviços;

Dados da nova Central em menos de dois anos*:

131.742 mil – Usuários cadastrados*
(pessoas físicas e jurídicas)

2.765 – Cartórios integrados em
todos os estados brasileiros

1.947.335 – Acessos à plataforma

320.847 – Pedidos realizados
(solicitações de RTD e de RCPJ)

*15/12/2019 a 30/11/2021

Em menos de dois anos, são 131.742 mil usuários cadastrados – entre pessoas físicas e jurídicas – na nova Central RTDPJBrasil. Mais de 81% dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Brasil são atuantes no portal, possibilitando a integração de todas as regiões do país.

Serviços prestados na Central

- Pessoa Física



a) Registro de Documentos Eletrônicos

Possibilita que o usuário faça upload de seu documento, assine, envie, acompanhe e pague o registro de um documento eletrônico através da Central RTDPJBrasil.



b) Registro de Documento Físico

O usuário tem acesso a todos os seus documentos físicos registrados em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil pela internet. Também possibilita o envio de notificações extrajudiciais.



c) Averbação de Documento Eletrônico

É possível acompanhar e pagar a averbação de um documento em papel por meio da Central RTDPJBrasil. Mesmo que o original do documento seja físico, a averbação pode ser eletrônica.



d) Averbação de Documento Físico

Também é possível solicitar por meio da Central RTDPJBrasil a averbação de um documento físico. O usuário solicita, paga e faz o rastreamento do processo por meio da Central.



e) Notificação extrajudicial

O usuário pode criar sua notificação extrajudicial e enviar eletronicamente para qualquer local do País. Além disso, também é possível acompanhar todo o andamento do processo e receber o resultado como documento eletrônico. Caso o usuário tenha diversas notificações, ele tem a opção de criar um lote, com a possibilidade de cadastro de notificações modelo, e envio automático para todo o País.



f) Pedido de Certidões

Possibilita ao usuário, que sabe em que cartório está seu documento, que solicite a sua 2ª via ou certidão.

- Pessoa Jurídica



a) Autenticação de livros contábeis

Autenticação do SPED de forma 100% eletrônica desde que já tenha sido transmitido à RFB.



b) Registro de Documentos Eletrônicos

Possibilita que o usuário faça upload de seu documento, assine, envie, acompanhe e pague o registro de um documento eletrônico através da Central RTDPJBrasil.



c) Registro de Documento Físico

O usuário tem acesso a todos os seus documentos físicos registrados em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil pela internet. Também possibilita o envio de notificações extrajudiciais.



d) Averbação de Documento Eletrônico

É possível acompanhar e pagar a averbação de um documento em papel por meio da Central RTDPJBrasil. Mesmo que o original do documento seja físico, a averbação pode ser eletrônica.



e) Averbação de Documento Físico

Também é possível solicitar por meio da Central RTDPJBrasil a averbação de um documento físico. O usuário solicita, paga e faz o rastreamento do processo por meio da Central.



f) Certidões

Possibilita que o usuário solicite uma certidão de documentos de sua sociedade registrados em um Cartório de Títulos e Documentos.



g) Busca de Nome

Caso o usuário não saiba em qual Cartório de Títulos e Documentos sua empresa está registrada, a Central RTDPJ Brasil possibilita a busca eletrônica do registro por CPF e por CNPJ. *(Módulo em Desenvolvimento).*

591.053 mil

extratos de registros foram enviados, de dezembro de 2019 até 30 de novembro de 2021, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), instituído pelo Decreto 8.764/2016, via Central RTPJBrasil, que permite aos cartórios desta especialidade a remessa por meio de módulo específico, desenvolvido em parceria e homologado pela Receita Federal.



Receita Federal

Cada extrato enviado pode conter de:

1 a 1.000 atos

TABELIONATO DE PROTESTO

TABELIONATO DE PROTESTO

O protesto de um título é o meio mais rápido e eficaz para a recuperação de crédito. Com amparo legal e fiscalização do poder público, os Tabelionatos de Protesto tornam públicas as dívidas e garantem segurança para que os valores sejam pagos. Mais de 60% dos títulos e documentos enviados a protesto são solucionados em até três dias úteis nos mais de 3.760 cartórios presentes em todas as regiões do Brasil. Podem ser encaminhados a protesto todos os títulos de crédito, títulos executivos judiciais e extrajudiciais, entre outros documentos de dívida - cheques, duplicatas, notas promissórias e cédulas de crédito.



RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

- Títulos Recuperados

996 milhões

de títulos públicos foram recuperados pelos Cartórios de Protesto nos últimos 30 meses

Títulos enviados a Protesto em **2019**

1.511.131

Títulos

R\$ 242.769.532.972,43

119.341

(7,8%) Títulos Recuperados

R\$ 6.715.181.028,94

1.391.790

(92,2%) Títulos Protestados

R\$ 236.054.351.943,49

Títulos enviados a Protesto em **2020**

1.496.793

Títulos

R\$ 33.178.839.585,73

151.452

(10,1%) Títulos Recuperados

R\$ 452.320.554,41

1.345.341

(89,9%) Títulos Protestados

R\$ 32.726.519.031,32

Títulos enviados a Protesto em **2021***

1.583.154

Títulos

R\$ 19.587.563.477,95

138.401

(8,7%) Títulos Recuperados

R\$ 239.861.546,57

1.444.753

(91,3%) Títulos Protestados

R\$ 19.347.701.931,38

*Até 30 de novembro de 2021

Período	Quantidade Recebidos	Valor Total Recebidos	Quantidade Recuperados	Valor Total Recuperados
201801	185949	R\$ 1.881.814.057,86	898764	R\$ 1.585.854.442,39
201802	31844	R\$ 232.553.858,87	636155	R\$ 1.152.697.619,85
201803	52723	R\$ 903.949.758,04	673162	R\$ 1.218.745.613,76
201804	18821	R\$ 36.501.883,82	699372	R\$ 1.260.421.819,67
201805	19108	R\$ 32.513.533,86	725036	R\$ 1.340.384.455,10
201806	71332	R\$ 737.101.026,32	710070	R\$ 1.318.743.706,87
201807	242460	R\$ 2.375.810.594,54	675852	R\$ 1.200.418.923,68
201808	287381	R\$ 2.369.802.043,95	642404	R\$ 1.181.039.318,81
201809	233930	R\$ 1.742.007.013,88	574266	R\$ 1.072.622.614,81
201810	126980	R\$ 962.119.791,91	684134	R\$ 1.248.411.491,00
201811	191234	R\$ 1.786.718.942,88	748920	R\$ 1.347.493.621,31
201812	235053	R\$ 1.879.313.278,98	646687	R\$ 1.150.539.148,61
201901	140702	R\$ 1.221.634.671,23	943549	R\$ 1.728.453.601,14
201902	104872	R\$ 1.267.105.689,23	614590	R\$ 1.151.403.984,92
201903	97837	R\$ 1.010.764.423,11	735518	R\$ 1.355.448.594,50
201904	67701	R\$ 528.167.857,67	714360	R\$ 1.336.658.820,40
201905	68094	R\$ 734.055.754,26	780707	R\$ 1.471.878.954,78
201906	16542	R\$ 330.510.611,41	654208	R\$ 1.259.770.065,27
201907	9974	R\$ 1.207.649.056,36	772120	R\$ 1.480.884.675,45
201908	53307	R\$ 67.922.037.771,41	658817	R\$ 1.252.943.427,92
201909	60763	R\$ 1.312.823.378,41	625693	R\$ 1.355.023.291,84
201910	46304	R\$ 1.698.263.625,30	701238	R\$ 1.280.062.934,06
201911	195662	R\$ 117.863.234.796,31	665044	R\$ 1.244.220.590,83

Período	Quantidade Recebidos	Valor Total Recebidos	Quantidade Recuperados	Valor Total Recuperados
201912	652423	R\$ 47.690.229.785,29	634917	R\$ 1.140.975.531,68
202001	248893	R\$ 17.424.675.129,21	881010	R\$ 1.615.963.938,69
202002	158469	R\$ 2.068.236.620,45	551601	R\$ 1.013.695.118,58
202003	113140	R\$ 3.531.098.803,54	772102	R\$ 1.457.189.251,34
202004	179	R\$ 1.508.333,65	825155	R\$ 1.751.151.127,36
202006	3	R\$ 34.215,57	369277	R\$ 867.425.569,94
202007	316	R\$ 65.646.760,36	320108	R\$ 693.462.211,41
202008	38	R\$ 34.127.505,91	305182	R\$ 610.182.733,19
202009	33	R\$ 159.645.991,14	330285	R\$ 733.399.954,38
202010	4071	R\$ 121.684.903,81	340034	R\$ 699.421.954,02
202011	2400	R\$ 117.848.636,66	345482	R\$ 714.912.692,39
202012	2559	R\$ 100.272.493,74	388242	R\$ 841.654.940,94
202101	2920	R\$ 129.685.413,89	478214	R\$ 987.100.751,22
202102	4081	R\$ 212.562.254,77	363019	R\$ 802.908.556,83
202103	4425	R\$ 160.126.016,37	468151	R\$ 1.018.556.892,17
202104	3877	R\$ 399.615.626,11	440562	R\$ 1.011.891.633,18
202105	4649	R\$ 144.595.016,59	397774	R\$ 987.213.487,40
202106	4131	R\$ 204.489.612,69	437278	R\$ 1.033.102.874,84
202107	5492	R\$ 150.508.633,90	410534	R\$ 1.078.490.362,93
202108	4875	R\$ 195.331.211,58	416823	R\$ 1.111.317.558,39
202109	18038	R\$ 9.345.494.274,47	432577	R\$ 1.131.536.064,24
202110	4922	R\$ 293.189.264,43	444486	R\$ 1.101.989.587,57
202111	23092	R\$ 496.663.157,62	471729	R\$ 1.179.234.676,71
202112	34531	R\$ 2.666.562.618,78	34356	R\$ 107.954.157,46
Total	3.856.130	R\$ 295.750.285.700,14	27.039.564	R\$ 53.684.853.343,83



Em 12 meses, **1.595.470 títulos** são enviados a Protesto **média mensal de 132.955** totalizando **R\$ 261 bilhões 21 bilhões** ao mês.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

- Títulos Privados

45 bilhões

bilhões de títulos privados foram recuperados pelos Cartórios de Protesto nos últimos 30 meses.

Títulos enviados a Protesto em **2019**

14.811.684

Títulos

R\$ 28.721.670.890,58

9.466.061

(63,9%) Títulos Recuperados

R\$ 18.023.398.604,99

5.345.623

(36,1%) Títulos Protestados

R\$ 10.698.272.285,59

Títulos enviados a Protesto em **2020***

15.751.795

Títulos

R\$ 26.349.395.428,58

8.103.675

(51,5%) Títulos Recuperados

R\$ 14.994.771.616,46

7.648.120

(48,5%) Títulos Protestados

R\$ 11.354.623.812,12

Títulos enviados a Protesto em **2021***

13.101.656

Títulos

R\$ 23.827.711.941,79

6.565.533

(50,1%) Títulos Recuperados

R\$ 13.362.605.659,75

6.536.123

(49,9%) Títulos Protestados

R\$ 10.465.106.282,04

*Até 30 de novembro de 2021

• Títulos Recuperados

Período	Quantidade Recebidos	Valor Total Recebidos	Quantidade Recuperados	Valor Total Recuperados
201801	1378534	R\$ 2.466.251.247,57	898748	R\$ 1.585.841.719,64
201802	1009250	R\$ 1.915.688.606,23	636143	R\$ 1.152.684.774,68
201803	1068730	R\$ 2.003.280.945,63	673152	R\$ 1.218.735.813,14
201804	1089341	R\$ 2.026.794.410,18	699366	R\$ 1.260.419.291,41
201805	1125312	R\$ 2.145.872.442,17	725024	R\$ 1.340.365.698,56
201806	1093465	R\$ 2.115.404.172,11	710059	R\$ 1.318.734.641,46
201807	1053148	R\$ 1.968.260.454,61	675843	R\$ 1.200.411.149,27
201808	1004309	R\$ 1.923.661.028,90	642393	R\$ 1.181.035.960,81
201809	887956	R\$ 1.708.052.610,13	574260	R\$ 1.072.619.601,31
201810	1066428	R\$ 1.995.024.817,86	684120	R\$ 1.248.405.565,20
201811	1163148	R\$ 2.159.764.662,37	748909	R\$ 1.347.489.536,00
201812	1044118	R\$ 1.924.243.989,11	646675	R\$ 1.150.523.495,03
201901	1476837	R\$ 2.758.533.391,49	943529	R\$ 1.728.418.011,43
201902	1015105	R\$ 1.959.401.994,79	614575	R\$ 1.151.349.663,90
201903	1173629	R\$ 2.169.527.023,65	735505	R\$ 1.355.420.404,58
201904	1158466	R\$ 2.242.284.189,07	714349	R\$ 1.336.651.367,55
201905	1256844	R\$ 2.434.547.389,52	780684	R\$ 1.471.831.475,97
201906	1055590	R\$ 2.075.300.807,47	654194	R\$ 1.259.750.844,70
201907	1253979	R\$ 2.450.061.641,48	772103	R\$ 1.480.787.316,45
201908	1083249	R\$ 2.101.589.373,52	658797	R\$ 1.252.398.735,59
201909	1020043	R\$ 2.268.692.857,36	625676	R\$ 1.354.994.259,48
201910	1133915	R\$ 2.164.246.259,44	701223	R\$ 1.280.046.544,85
201911	1064142	R\$ 2.037.729.025,48	665012	R\$ 1.244.166.087,88
201912	1078108	R\$ 1.970.769.789,29	634891	R\$ 1.140.938.776,99
202001	1420841	R\$ 2.668.329.656,21	880974	R\$ 1.615.892.581,66
202002	938274	R\$ 1.755.467.332,19	551575	R\$ 1.013.592.708,61

Período	Quantidade Recebidos	Valor Total Recebidos	Quantidade Recuperados	Valor Total Recuperados
202003	1273380	R\$ 2.458.406.604,88	772065	R\$ 1.457.162.611,20
202004	1272499	R\$ 2.739.737.741,25	825120	R\$ 1.751.120.413,89
202005	1001888	R\$ 2.654.288.127,45	508756	R\$ 1.239.551.475,30
202006	672529	R\$ 1.725.592.944,14	369265	R\$ 867.405.309,95
202007	605946	R\$ 1.380.018.097,95	320095	R\$ 693.443.410,17
202008	578564	R\$ 1.223.080.112,21	305166	R\$ 610.164.696,72
202009	574752	R\$ 1.402.663.146,16	330270	R\$ 733.375.937,54
202010	608256	R\$ 1.310.481.480,48	340011	R\$ 699.398.020,69
202011	623151	R\$ 1.387.135.598,65	345464	R\$ 714.888.339,20
202012	714707	R\$ 1.623.677.611,78	388190	R\$ 841.425.113,85
202101	875.770	R\$ 1.803.249.741,58	478.171	R\$ 986.923.334,48
202102	684.638	R\$ 1.519.178.822,58	362.945	R\$ 802.782.800,29
202103	902.289	R\$ 2.277.915.623,21	468.073	R\$ 1.018.190.216,30
202104	808.981	R\$ 1.875.368.952,54	440.479	R\$ 1.011.813.753,37
202105	744.902	R\$ 1.975.025.134,65	397.686	R\$ 987.044.741,19
202106	811.648	R\$ 2.516.863.657,70	437.192	R\$ 1.032.978.253,81
202107	774.167	R\$ 2.212.739.532,97	410.450	R\$ 1.078.268.357,13
202108	802.414	R\$ 2.155.578.984,88	416.715	R\$ 1.111.037.282,12
202109	809.271	R\$ 2.250.328.166,26	432.440	R\$ 1.131.187.555,43
202110	840.304	R\$ 2.189.840.620,27	444.220	R\$ 1.100.996.080,42
202111	929.668	R\$ 2.678.788.184,51	462.385	R\$ 1.160.806.564,16
202112	300.685	R\$ 972.249.204,11	22.328	R\$ 77.566.016,11
202110	46.323.170	R\$ 97.740.988.208,04	27.525.265	R\$ 54.871.036.309,47
202111	929.668	R\$ 2.678.788.184,51	462.385	R\$ 1.160.806.564,16
202112	300.685	R\$ 972.249.204,11	22.328	R\$ 77.566.016,11
Total	46.323.170	R\$ 97.740.988.208,04	27.525.265	R\$ 54.871.036.309,47

Em 12 meses, 13 milhões de títulos são enviados a Protesto **média mensal de 1,1 milhão** totalizando **R\$ 27,9 bilhões 2 bilhões** ao mês.

TABELIONATO DE PROTESTO SERVIÇOS ELETRÔNICOS

TABELIONATO DE PROTESTO

Administração: **IEPTB/BR – Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil**

URL: site.cenprotnacional.org.br

Marco Legal: **Provimento nº 87/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça**

Finalidades:

- Disponibilizar aos usuários a utilização dos serviços dos cartórios de protesto do Estado de São Paulo de forma eletrônica.
- Dentro da Central, o usuário pode:
 - Efetuar consultas sobre a existência de protesto em desfavor de pessoas físicas ou jurídicas;
 - Obter instrumentos eletrônicos de protesto;
 - Emitir declarações de anuência para o cancelamento do protesto;
 - Fazer pedidos de cancelamento de protesto, entre outros serviços.

CENPROT
CENTRAL DE PROTESTO

Número de pesquisas realizadas na CENPROT

101.883.642

(janeiro/2019 a novembro/2021)

Número de pedido de certidões pela CENPROT

9.432.674

(janeiro/2019 a novembro/2021)

Número de cancelamentos eletrônicos realizados na CENPROT

3.254.421

(janeiro/2019 a novembro/2021)

Número de contatos pelo Fale Conosco no CENPROT

1.432.126

(abril/2019 a novembro/2021)

CENPROT NACIONAL

A Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos (Cenprot) reúne uma série de serviços eletrônicos disponíveis a pessoas físicas e jurídicas, que podem utilizar seus módulos sem a necessidade de qualquer deslocamento.

Conheça os módulos:

CENPROT
CENTRAL DE PROTESTO

Central de Duplicatas



Visando cumprir a Lei Federal 13.775/2018, que dispõe sobre a emissão da duplicata eletrônica, esse serviço permite ao usuário fazer a escrituração e emissão de duplicatas em uma Central.

Central de Recebimento de Arquivos



A Central de Recebimento de Arquivos (CRA) é o sistema que realiza o gerenciamento de documentos e a comunicação entre credores e os Cartórios de Protesto. A CRA permite acompanhar a situação de cada documento protestado através de relatórios.

Consultas Gratuitas de Protesto



Consulta pública e gratuita. Consulte quais títulos protestados em seu documento já podem ser cancelados, fazendo seu login.



Instrumento de Protesto



Acesso ao Instrumento de Protesto eletrônico. Confirmação de autenticidade do IP eletrônico.

Anuência e Cancelamento



Declaração de anuência eletrônica. Pedido de cancelamento de Protesto. Cancele o seu protesto com autorização para o cancelamento. Se você negociou ou pagou alguma dívida protestada, mas ainda não cancelou o protesto no cartório, você poderá fazê-lo agora.

Certidão



É possível solicitar uma certidão digital de protesto para qualquer cartório do Brasil. Rápido, seguro e sem intermediários.

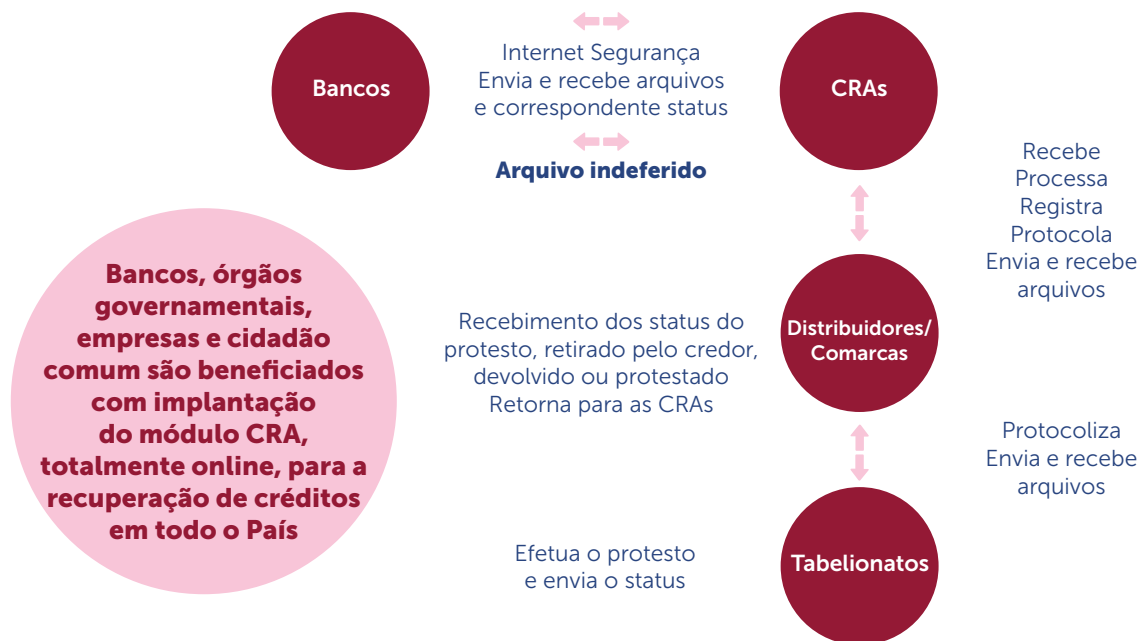
CENTRAL DE REMESSAS DE ARQUIVOS (CRA)

Administração: Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-BR)

URL: www.protestodetitulos.org.br

Finalidades:

- Facilitar o processo de cobrança e recuperação de créditos por meio de plataforma de serviços eletrônicos aos usuários apresentantes de títulos;



CONSULTA NACIONAL DE PROTESTOS (CNP)

Administração: **Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-BR)**

URL: site.cenprotnacional.org.br

Finalidades:

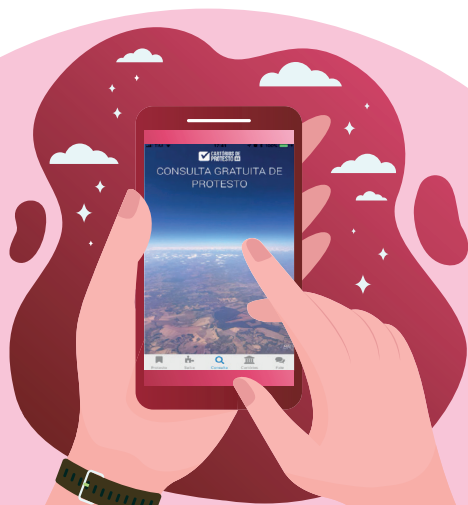
- O banco de dados possui informações de protesto em todo o país. Por meio da pesquisa é possível verificar de forma gratuita e ilimitada se um CPF/CNPJ possui ou não protestos. O resultado é indicativo, ou seja, informa se o CPF/CNPJ está ou não protestado. Se constar alguma ocorrência será informado o Cartório de Protesto onde foi apresentado e os contatos do tabelionato.

Consultas gratuitas realizadas

101.883.642 milhões

CENPROT
CENTRAL DE PROTESTO

A consulta também está disponível no celular via app.



REGISTRO DE IMÓVEIS



Instituto de Registro
Imobiliário do Brasil





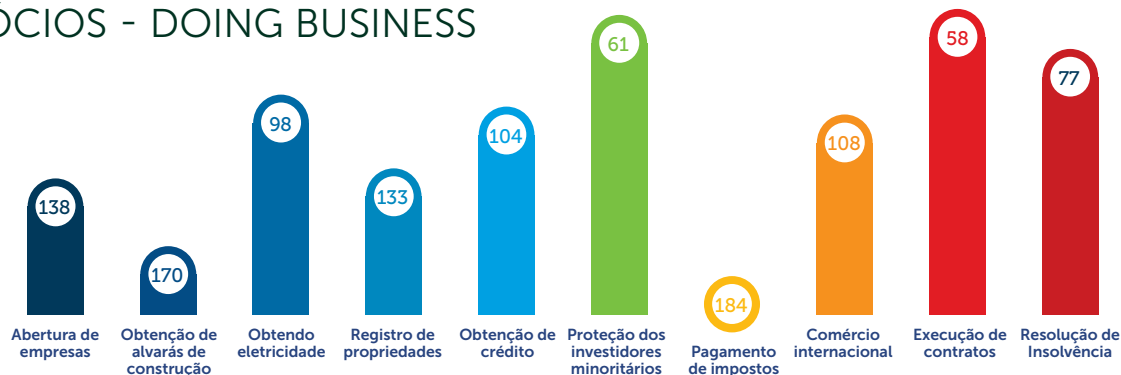
REGISTRO DE IMÓVEIS

O Cartório de Registro de Imóveis contribui para o ambiente de negócios, a circulação do crédito e o desenvolvimento econômico do Brasil. Deve ser procurada uma das 3.297 unidades, distribuídas em todo território nacional, para realizar o registro da compra e venda de terrenos e imóveis, ou qualquer circunstância que afete a propriedade registrada, como uma hipoteca ou penhora, ou o casamento de seu proprietário. Após firmar o ato em um Registro de Imóveis, o cidadão passa a ter a segurança e validade jurídica em todos as ações que envolvam o bem imóvel.

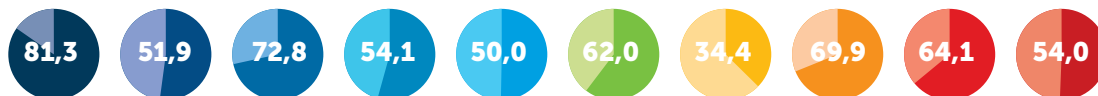
AMBIENTE DE NEGÓCIOS - DOING BUSINESS

2.2

pontos percentuais de melhoria em relação ao ano anterior no tópico registro de propriedades foi o grande destaque do Brasil no ranking Doing Business 2020, estudo promovido pelo Banco Mundial com o objetivo de avaliar a facilidade em fazer negócios em 190 países do mundo. O item é um dos 10 avaliados pela instituição internacional para a confecção do ranking mundial.



Brasil – Facilidade de Fazer Negócios em tópicos



Tópicos	DB 2020 Classificação	DB 2020 Pontuação	DB 2019 Pontuação	Mudança na pontuação (pontos percentuais)
Global	124	59.1	58.6	0.5
Abertura de empresas*	138	81.3	80.3	1
Obtenção de alvarás de construção	170	51.9	52.1	0.2
Obtendo eletricidade	98	72.8	72.8	..
Registro de propriedades*	133	54.1	51.9	2.2
Obtenção de crédito	104	50.0	50.0	..
Proteção dos investidores minoritários	61	62.0	62.0	..
Pagamento de impostos	184	34.4	64.4	..
Comércio internacional	108	69.9	69.9	..
Execução de contratos	58	64.1	64.1	..
Resolução de Insolvência	77	50.4	48.5	1.9

O que levou à melhoria dos Indicadores Imobiliários



1. Divulgação mensal de estatísticas do mercado imobiliário;



2. Divulgação de estatísticas do Poder Judiciário (número de ações de disputas de terras e tempo de prolação de sentença de primeiro grau), a partir de dados coletados na base do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);



3. Divulgação de estatísticas do desempenho do Registro de Imóveis no atendimento a pedidos de certidão e de registro eletrônico;



4. Criação de um mecanismo de reclamação *online* do atendimento dos Registros de Imóveis disponíveis no portal www.registroleimoveis.org.br



5. Adoção da certidão eletrônica pelos Registros de Imóveis do Rio de Janeiro, na esteira do que já era feito em São Paulo.

Indicador	São Paulo	América Latina & Caribe	OCDE alta renda	Melhor Desempenho
Procedimentos (número)	14	7.4	4.7	1 (5 Economias)
Duração (dias)	24.5	63.7	23.6	1 (2 Economias)
Custo (% do valor do imóvel)	3.6	5.9	4.2	0.0 (Arábia Saudita)
Índice de qualidade da administração fundiária (0-30)	16.5	12.0	23.2	None in 2018/19

AMBIENTE DE NEGÓCIOS - DOING BUSINESS

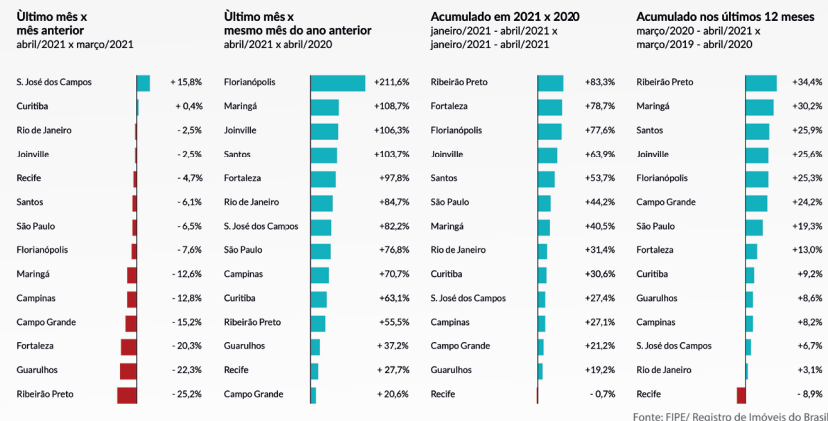
14 CIDADES

contribuíram para que a parceria entre a Fipe e o RIB facilitasse a pesquisa do Banco Mundial, através de acesso à indicadores, tecnologia e transparência.

Confira a variação dos registro de transparência totais por município e período



Confira a variação dos registro de operações de compra e venda por município e período



DOING BUSINESS SUBNACIONAL BRASIL 2021

21 DIAS

é o tempo necessário para se registrar um imóvel no estado de São Paulo, o que faz dele o melhor ambiente de negócios do Brasil, de acordo com a Doing Business Subnacional Brasil de 2021. O relatório, produzido pelo Banco Mundial, compara o ambiente de negócios para empresas nacionais em 27 localidades brasileiras com o de outras 190 economias.

O registro de imóveis é um dos fatores analisados para os resultados do relatório. Veja como é medida a eficiência do registro de propriedades:



Registro de Propriedades: como é medida a eficiência?

PRÉ-REGISTRO	ÓRGÃO
<ol style="list-style-type: none"> Realizar diligência prévia <ul style="list-style-type: none"> *Obter Certidão(ões) de Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívida *Obter Certidão(ões) da Justiça Estadual *Obter Certidão(ões) da Justiça Federal *Obter Certidão de Ações Trabalhistas *Obter Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas *Obter Certidão(ões) de Matrícula do Imóvel e de Ônus Reais *Obter Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão de Cadastro Imobiliário *Obter Certidão Negativa de Débitos Estaduais *Obter Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários e Federais e à Dívida Ativa da União *Obter Certidão de Regularidade do FGTS *Obter Certidão Simplificada da Empresa Pagar imposto de transferência (ITBI) Lavrar escritura pública 	<ul style="list-style-type: none"> ◀ Tabelionato de Protesto de Títulos ◀ Tribunal de Justiça Estadual ◀ Tribunal Regional Federal ◀ Tribunal Regional do Trabalho ◀ Tribunal Superior do Trabalho ◀ Cartório de Registro de Imóveis ◀ Secretaria Municipal de Finanças ◀ Secretaria Estadual de Finanças ◀ Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ◀ Caixa Econômica Federal ◀ Junta Comercial ◀ Secretaria Municipal de Finanças ◀ Tabelionato de Notas
PRÉ-REGISTRO	ÓRGÃO
<ol style="list-style-type: none"> Registrar escritura pública 	<ul style="list-style-type: none"> ◀ Cartório de Registro de Imóveis
PÓS-REGISTRO	ÓRGÃO
<ol style="list-style-type: none"> Atualizar o cadastro fiscal de contribuintes 	<ul style="list-style-type: none"> ◀ Secretaria Municipal de Finanças

* Simultâneo com o procedimento anterior
 ◆ Ocorre em 15 das 27 localidades ◀ Procedimentos online na maioria das localidades ◀ Órgãos federais ◀ Órgãos estaduais ◀ Órgãos municipais

Fonte: Banco Mundial/ Doing Business Subnacional Brasil 2021

Para analisar a facilidade em relação ao registro, calcula-se a quantidade de procedimentos necessários, o tempo de processamento, os custos e a qualidade da administração fundiária.

68 dias

é o tempo que se leva, em média, para registrar um imóvel em Macapá, no Amapá. Em São Paulo, uma média de

21 dias.



Registro de propriedades. Onde é mais fácil registrar?

Localidade	Classificação	Pontuação em registro de propriedades (0-100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do valor do imóvel score (0-100))	Índice de qualidade da administração fundiária (0-30)
Média BRICS		68,0	6,7	26,6	4,7	18,8
Média ALC		55,7	7,2	64,8	5,5	12,1
Média das economias de alta renda da OCDE		77,3	4,6	23,7	4,2	23,3
Média Brasil		52,4	5,4	38,6	3,2	13,9
São Paulo (São Paulo)	1	65,8	8	21	3,6	16,5
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	2	57,4	11	41,5	3,7	17
Goiás (Goiânia)	3	55,8	15	22	2,8	15,5
Santa Catarina(Florianópolis)	4	55,6	17	30,5	2,3	15,5
Espírito Santo (Vitória)	5	54,9	16	34,5	2,7	16
Mato Grosso do Sul (Campo Grande)	6	54,7	17	29,5	2,9	15,5

Localidade	Classificação	Pontuação em registro de propriedades (0-100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do valor do imóvel score (0-100))	Índice de qualidade da administração fundiária (0-50)
Alagoas (Maceió)	7	53,8	15	37	1,1	12
Amazonas (Manaus)	8	53,6	14	26	4,3	16,5
Pará (Belém)	9	53,5	16	23,5	3,3	14
Distrito Federal (Brasília)	10	53,3	14	34	3,1	15
Roraima (Boa Vista)	11	53,3	16	38	1,9	13
Minas Gerais (Belo Horizonte)	12	53,3	14	27,5	3,6	15
Tocantins (Palmas)	13	52,8	16	26,5	2,7	12,5
Paraná (Curitiba)	14	52,5	16	53	3,0	16,5
Ceará Fortaleza)	15	52,4	15	37	2,5	13
Mato Grosso (Cuiabá)	16	51,9	14	43,5	2,6	13,5
Rondônia Porto Velho)	17	51,3	16	30,5	3,3	12,5
Sergipe (Aracaju)	18	51,3	15	32	3,3	12,5
Pernambuco (Recife)	19	50,3	16	55,5	2,6	13,5

Registro de propriedades. Onde é mais fácil registrar?

Localidade	Classificação	Pontuação em registro de propriedades (0-100)	Procedimentos (número)	Tempo (dias)	Custo (% do valor do imóvel score (0-100))	Índice de qualidade da administração fundiária (0-30)
Maranhão (São Luís)	20	50,2	16	39	3,7	13
Piauí (Teresina)	21	49,7	18	62,5	2,3	13
Bahia (Salvador)	22	49,4	15	44,5	4,0	13,5
Paraíba (João Pessoa)	23	49,0	15	30,5	4,5	12
Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	24	49,0	18	51,5	3,5	13
Acre (Rio Branco)	25	48,3	18	66,5	3,1	13,5
Rio Grande do Norte (Natal)	26	45,5	16	35,5	6,0	11,5
Amapá (Macapá)	27	45,2	19	68	3,8	11,5

Fonte: Banco Mundial/ Doing Business Subnacional Brasil 2021

DOING BUSINESS SUBNACIONAL BRASIL 2021

Contribuem para a conclusão dos índices a qualidade da infraestrutura, transparência das informações, cobertura geográfica, resolução de disputas fundiárias e igualdade dos direitos de propriedade. Porém, outros fatores alheios ao registro também impactam a pontuação final, como a carga tributária.



Onde é mais fácil fazer negócios no Brasil?

Location	Rank	Aggregate score (0-100)	Starting a business score (0-100)	Starting a business rank	Dealing with construction permits score (0-100)	Dealing with construction permits score	Registering property score (0-100)	Registering property rank	Paying taxes score (0-100)	Paying taxes rank	Enforcing contract score (0-100)	Enforcing contract rank
São Paulo (São Paulo)	1	59,1	81,7	14	48,9	15	65,8	1	33,9	19	65,4	3
Minas Gerais (Belo Horizonte)	2	58,3	82,0	12	61,6	3	53,3	12	34,0	17	60,7	8
Roraima (Boa Vista)	3	58,3	76,9	25	63,7	1	53,3	11	34,0	18	63,6	5
Paraná (Curitiba)	4	57,3	84,5	2	57,5	7	52,5	14	34,4	4	57,7	12
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	5	57,1	83,2	6	57,2	8	57,4	2	33,7	25	53,9	18
Tocantins (Palmas)	6	56,8	77,8	23	59,3	5	52,8	13	34,1	15	59,8	9
Mato Grosso do Sul (Campo Grande)	7	56,7	77,8	22	62,4	2	54,7	6	34,3	8	54,3	17
Sergipe (Aracaju)	8	56,3	81,5	15	45,5	24	51,3	18	33,7	24	69,7	1
Ceará (Fortaleza)	9	56,3	82,0	13	60,1	4	52,4	15	33,9	21	53,2	19
Piauí (Teresina)	10	56,0	84,5	3	52,8	10	49,7	21	33,8	23	59,1	11

Location	Rank	Aggregate score (0-100)	Starting a business score (0-100)	Starting a business rank	Dealing with construction permits score (0-100)	Dealing with construction permits score	Registering property score (0-100)	Registering property rank	Paying taxes score (0-100)	Paying taxes rank	Enforcing contracts score (0-100)	Enforcing contracts rank
Goiás (Goiânia)	11	55,9	72,2	27	57,7	6	55,8	3	34,4	6	59,6	10
Distrito Federal (Brasília)	12	55,8	75,9	26	47,2	19	53,3	10	34,3	9	68,4	2
Rondônia (Porto Velho)	13	55,5	82,2	10	45,5	23	51,3	17	34,5	2	63,8	4
Acre (Rio Branco)	14	54,9	77,6	24	51,7	11	48,3	25	33,8	22	62,9	6
Maranhão (São Luís)	15	54,4	83,4	5	42,0	27	50,2	20	34,2	10	62,3	7
Amazonas (Manaus)	16	54,4	79,5	18	49,5	14	53,6	8	34,3	7	54,8	15
Paraíba (João Pessoa)	17	53,9	79,1	20	55,5	9	49,0	23	34,1	14	51,7	20
Alagoas (Maceió)	18	53,8	82,8	8	48,0	16	53,8	7	34,5	3	49,6	22
Mato Grosso (Cuiabá)	19	53,5	78,5	21	47,6	17	51,9	16	34,1	16	56,0	14
Santa Catarina (Florianópolis)	20	53,2	83,9	4	47,5	18	55,6	4	34,2	13	44,8	26
Rio Grande do Norte (Natal)	21	53,1	80,4	16	50,6	13	45,5	26	34,2	11	54,7	16
Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	22	52,9	83,0	7	46,5	20	49,0	24	34,2	12	51,7	21
Pará (Belém)	23	52,7	84,7	1	44,5	25	53,5	9	33,0	27	47,8	24
Bahia (Salvador)	24	52,5	79,6	17	51,5	12	49,4	22	33,2	26	48,9	23
Amapá (Macapá)	25	52,3	79,5	19	46,2	21	45,2	27	34,4	5	56,5	13
Espírito Santo (Vitória)	26	51,7	82,5	9	45,8	22	54,9	5	34,9	1	40,4	27
Pernambuco (Recife)	27	51,0	82,1	11	42,3	26	50,3	19	33,9	20	46,6	25

DESJUDICIALIZAÇÃO - USUCAPIÃO

9.040

processos de usucapião foram iniciados no Estado de São Paulo entre os anos de 2019 e 2021, desde a normativa que permitiu que a comprovação de posse prolongada e ininterrupta de bens imóveis fosse possível pela via extrajudicial, isto é, via Cartório de Registro de Imóveis. Deste total, 2,9 mil encontram-se em andamento.



Estatísticas de Atendimento do Registro de Imóveis

Prazo mediano de entrega de Certidões do Registro de Imóveis Fonte: Dados Brutos Certidões Registradores SP	São Paulo	1,5 horas
Prazo mediano de entrega de Certidões do Registro de Imóveis Fonte: Dados Brutos Certidões Registradores RJ	Rio de Janeiro	10 horas
Prazo médio de entrega de Certidões do Registro de Imóveis Fonte: Central Eletrônica de Registros Imobiliários do Ceará - CERICE	Fortaleza /CE	35 horas
Prazo mediano de Registro Escritura de Compra e Venda Fonte: Dados Brutos Certidões Registradores SP	São Paulo	12 dias
Prazo médio de entrega de Certidões do Registro de Imóveis Os Oficiais de Registro de Imóveis se comprometem a entregar as escrituras de compra e venda, sem exigências, em prazo de até cinco dias úteis, conforme Ata de Reunião Associação de Registradores de Imóveis do Rio de Janeiro em 11/02/2020.	Rio de Janeiro	5 dias úteis
Prazo médio de Registros Fonte: Central Eletrônica de Registros Imobiliários do Ceará - CERICE	Fortaleza /CE	15 dias

Atendimento eletrônico na cidade de São Paulo

ANO	QUANTIDADE DE REGISTRO/AVERBAÇÃO	REGISTROS SEM EXIGÊNCIA	% DE REGISTRO/AVERBAÇÃO NO PRIMEIRO ATO	MEDIANA DE TEMPO DO PEDIDO ATÉ A INF. DO VALOR (DIA)	MEDIANA DE TEMPO DE REGISTRO APÓS PGTO. (DIA)
2015	2.924	2.398	82,01%	4	3
2016	4.038	3.354	83,06%	5	3
2017	6.082	4.904	80,63%	5	4
2018	7.473	6.022	80,58%	6	4
2019	8.965	7.184	80,13%	7	5
2020	30.825	24.132	78,29%	8	6

INDICADORES DO REGISTRO IMOBILIÁRIO

7

Estados brasileiros já congregam o projeto coordenado pelos Cartórios de Registro de Imóveis do Brasil, que firmaram parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para a divulgação dos dados estatísticos do registro de propriedades no Brasil, uma das métricas dos indicadores avaliados pelo Banco Mundial, que objetiva dar ampla publicidade, transparência e acessibilidade às informações estatísticas do registro imobiliário aos órgãos públicos, ao mercado e à sociedade civil.



fipe

Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

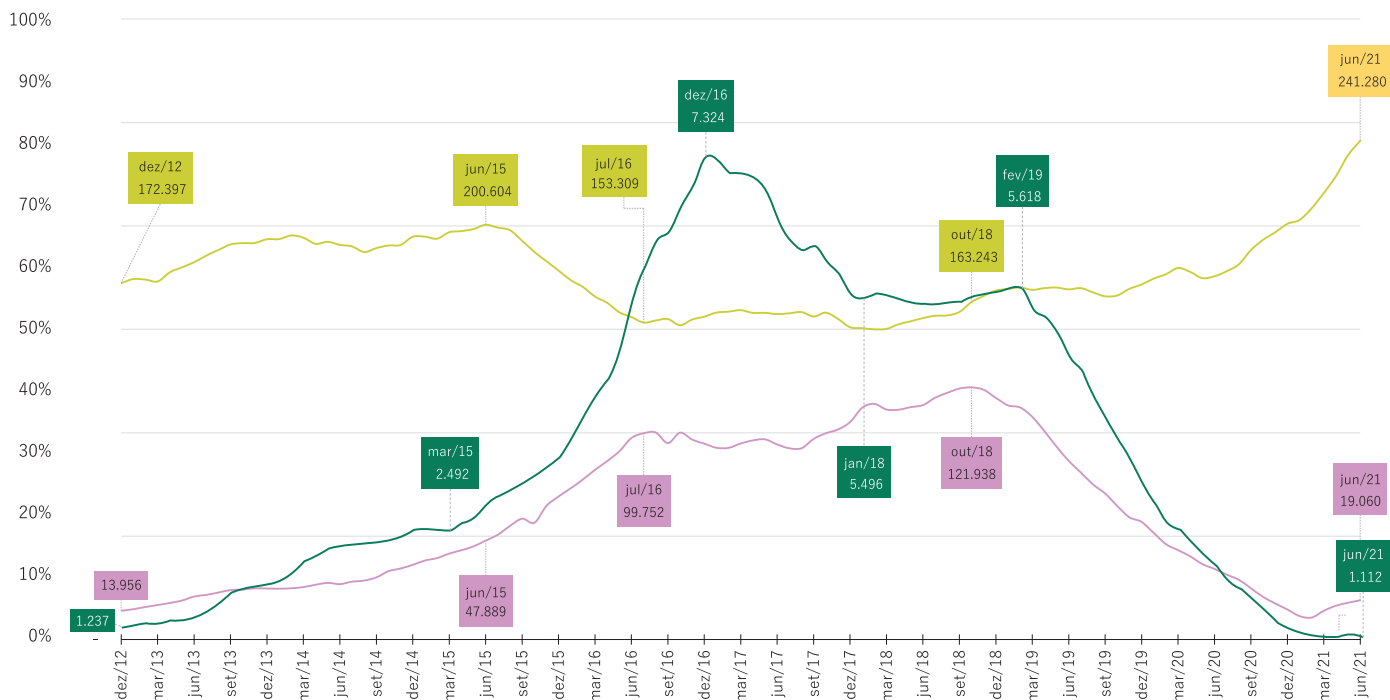
Tipos de Negócios compreendidos no estudo



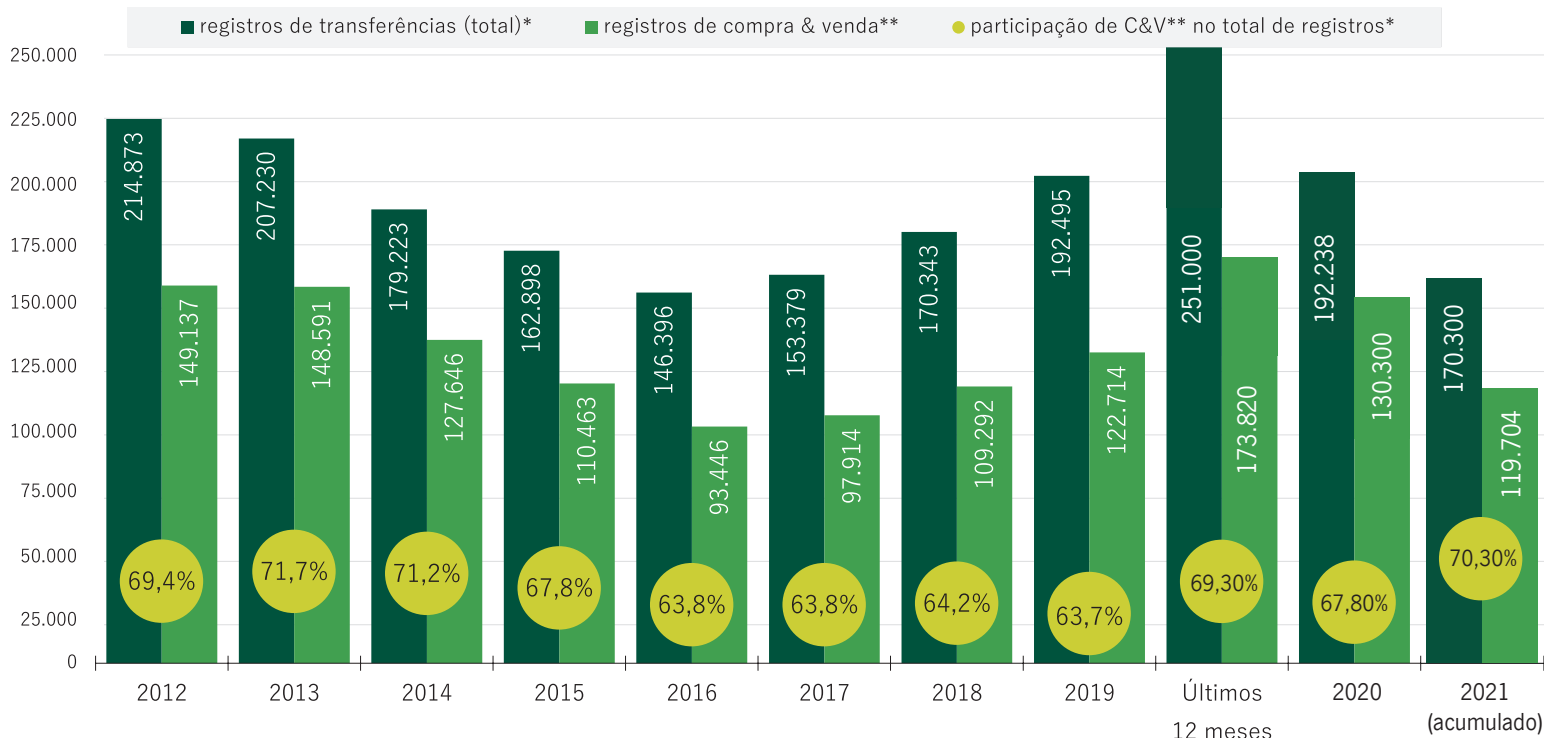
- Compra e Venda
- Herança, Legado ou Meação
- Partilha amigável ou litigiosa
- Adjudicação
- Dação em Pagamento
- Doação
- Integralização/Subscrição de capital
- Permuta
- Cessão de Direitos
- Arrematação em Hasta Pública
- Incorporação e loteamento
- Desapropriação
- Promessa de Compra e Venda
- Procuração em Causa Própria
- Promessa de Cessão de Direitos
- Dissolução de Sociedade
- Distrato de Negócio
- Doação em adiantamento da legítima
- Retorno de Capital próprio
- Outros tipos de registro

Participações Relativas / Alienação Fiduciária, Execuções e Consolidações (%)

O financiamento imobiliário por meio da Alienação Fiduciária tem se mostrado um instrumento cada vez mais importante para aquisição de imóveis habitacionais no Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, o Registro de Imóveis se mostra cada vez mais eficiente na recuperação de créditos por meio do processo de execução extrajudicial, com um percentual de 95% de pagamento ou renegociação da dívida por parte do adquirente inadimplente.



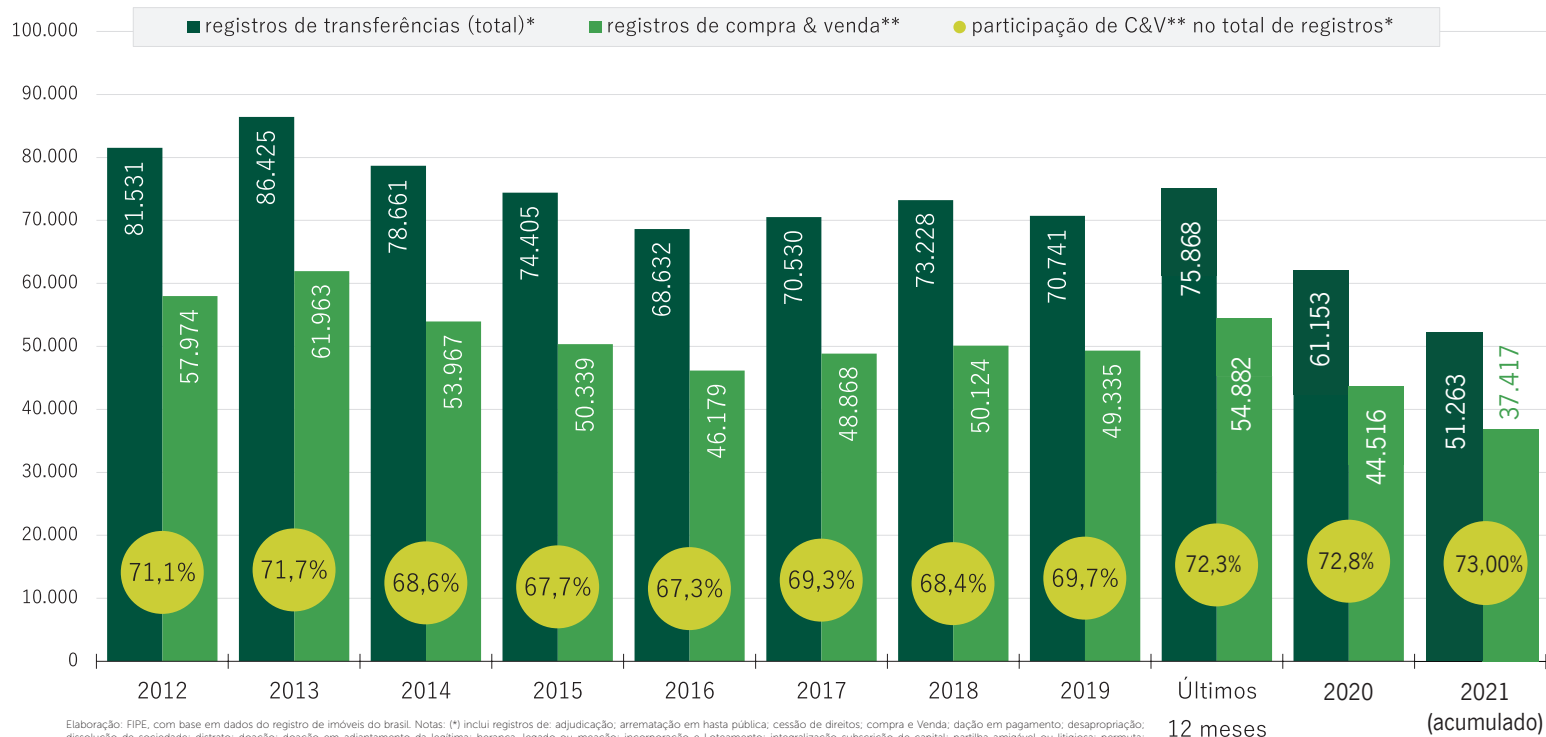
VOLUME ANUAL DE REGISTROS



Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

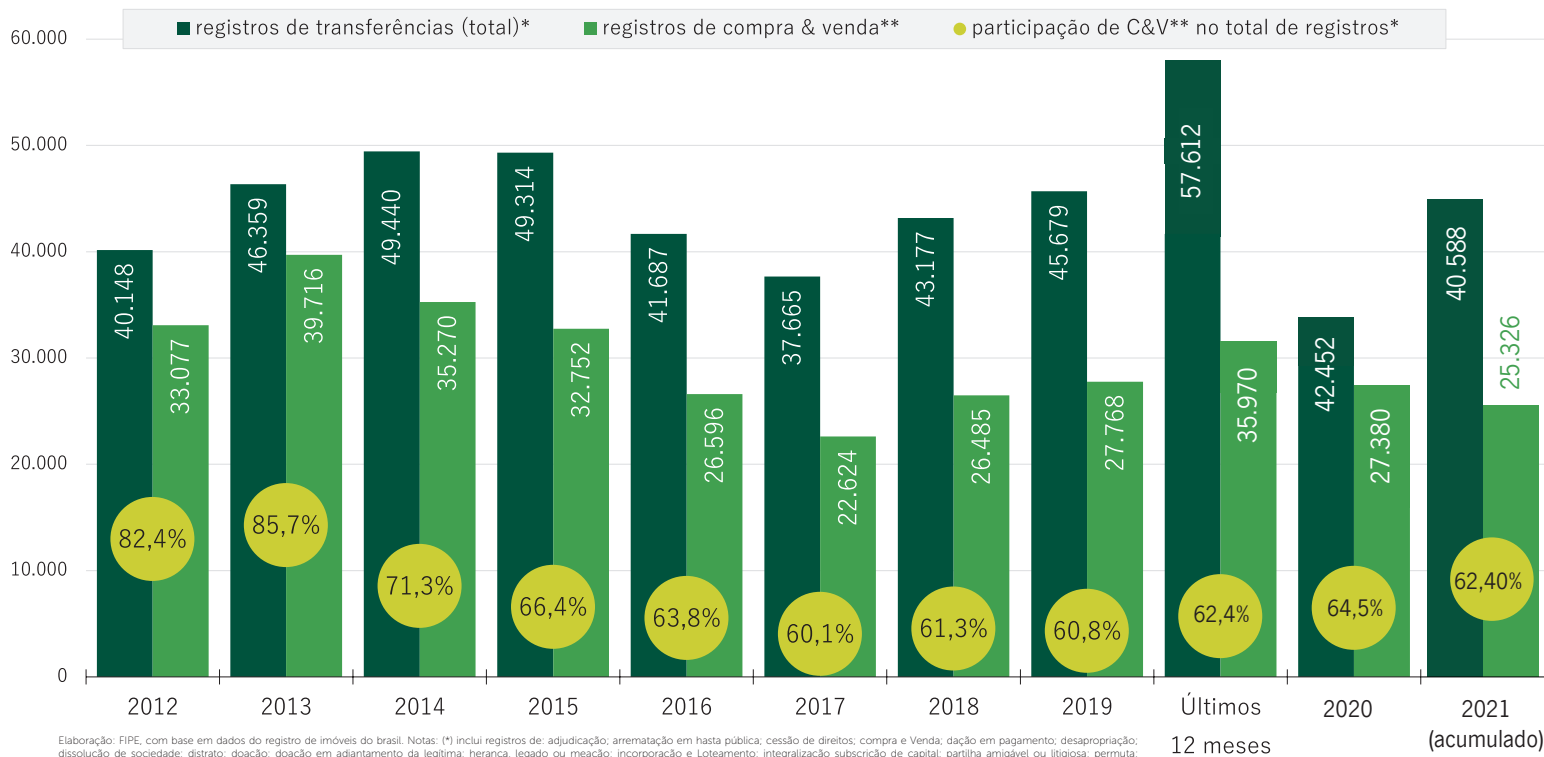
INDICADORES DO REGISTRO IMOBILIÁRIO | RIO DE JANEIRO (RJ)

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



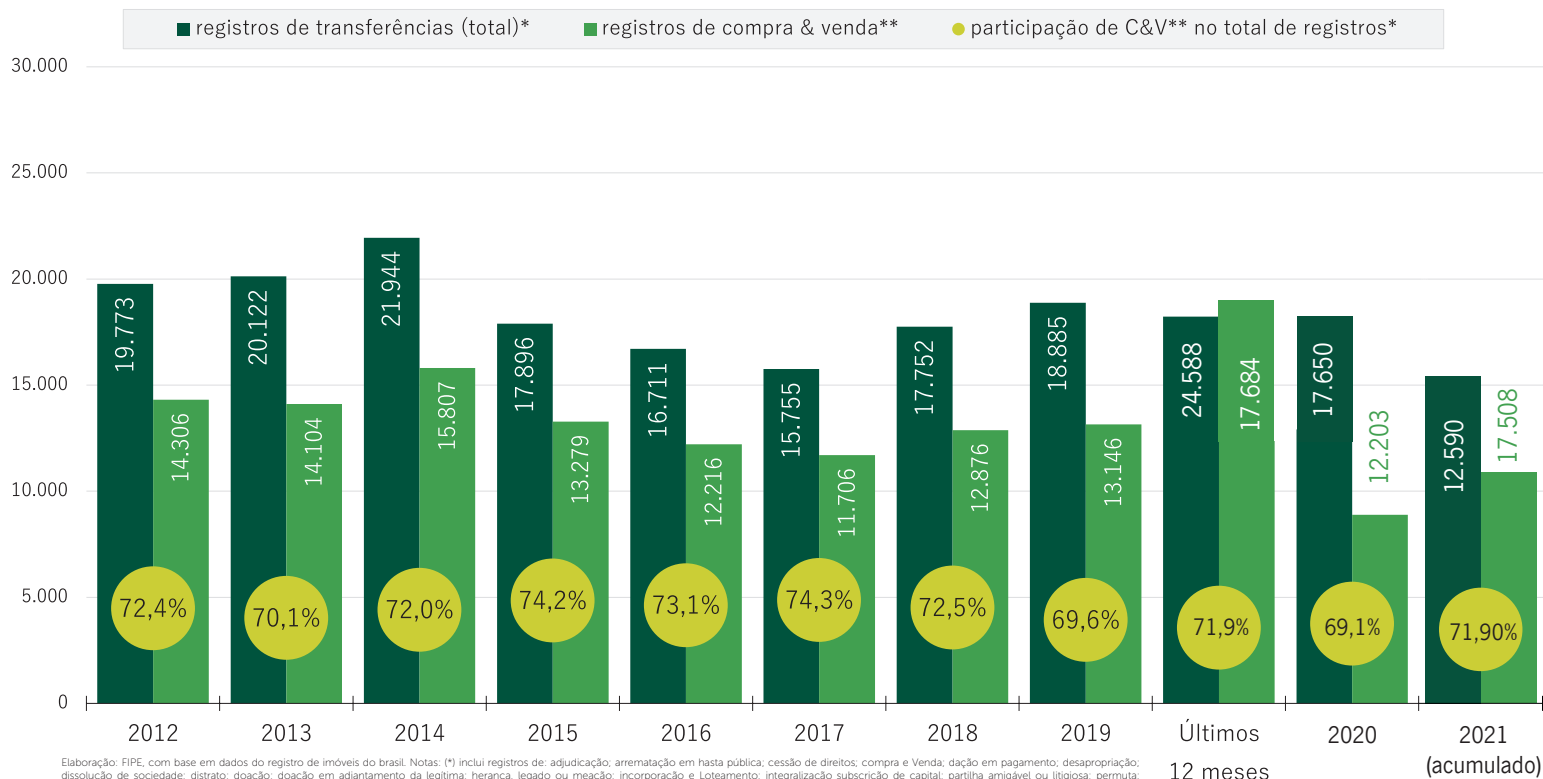
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio, outros. (**) inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) Inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança, legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procaução em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) Inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

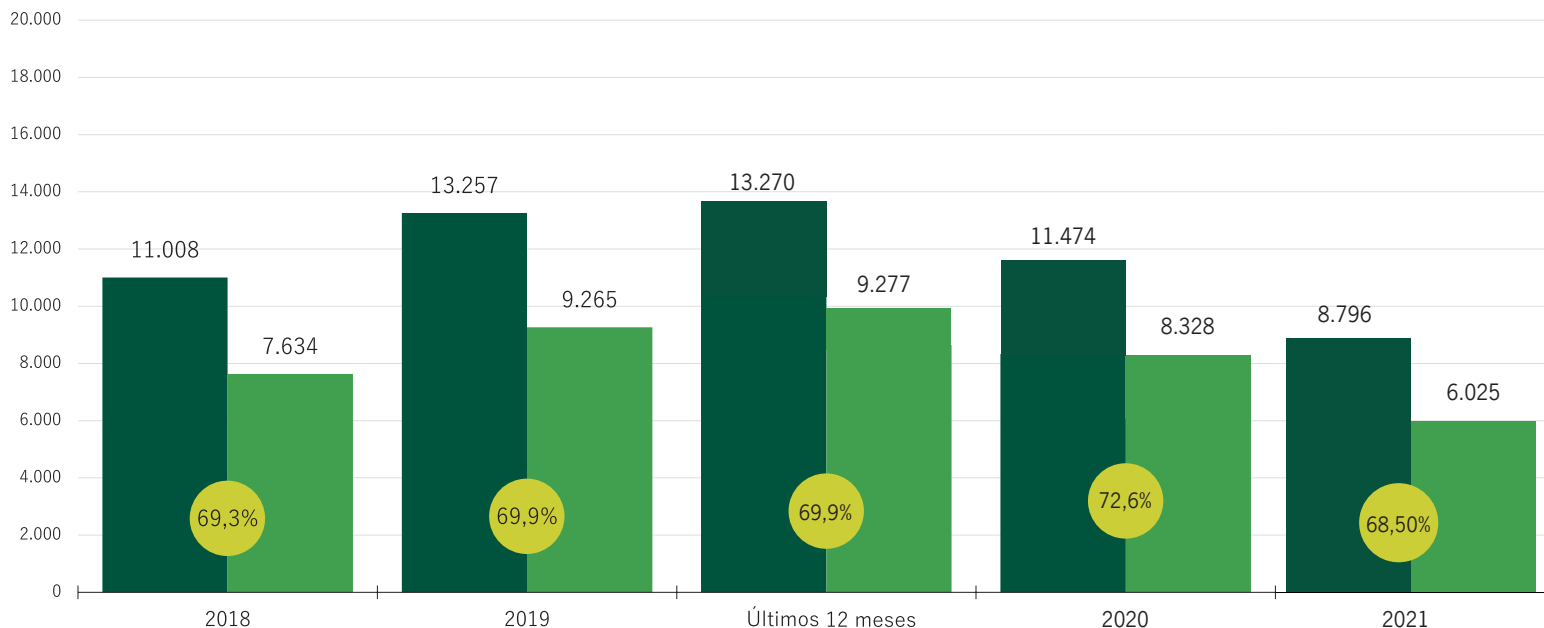
VOLUME ANUAL DE REGISTROS



Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) Inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procaução em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) Inclui registros de compra e venda; permuta; cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

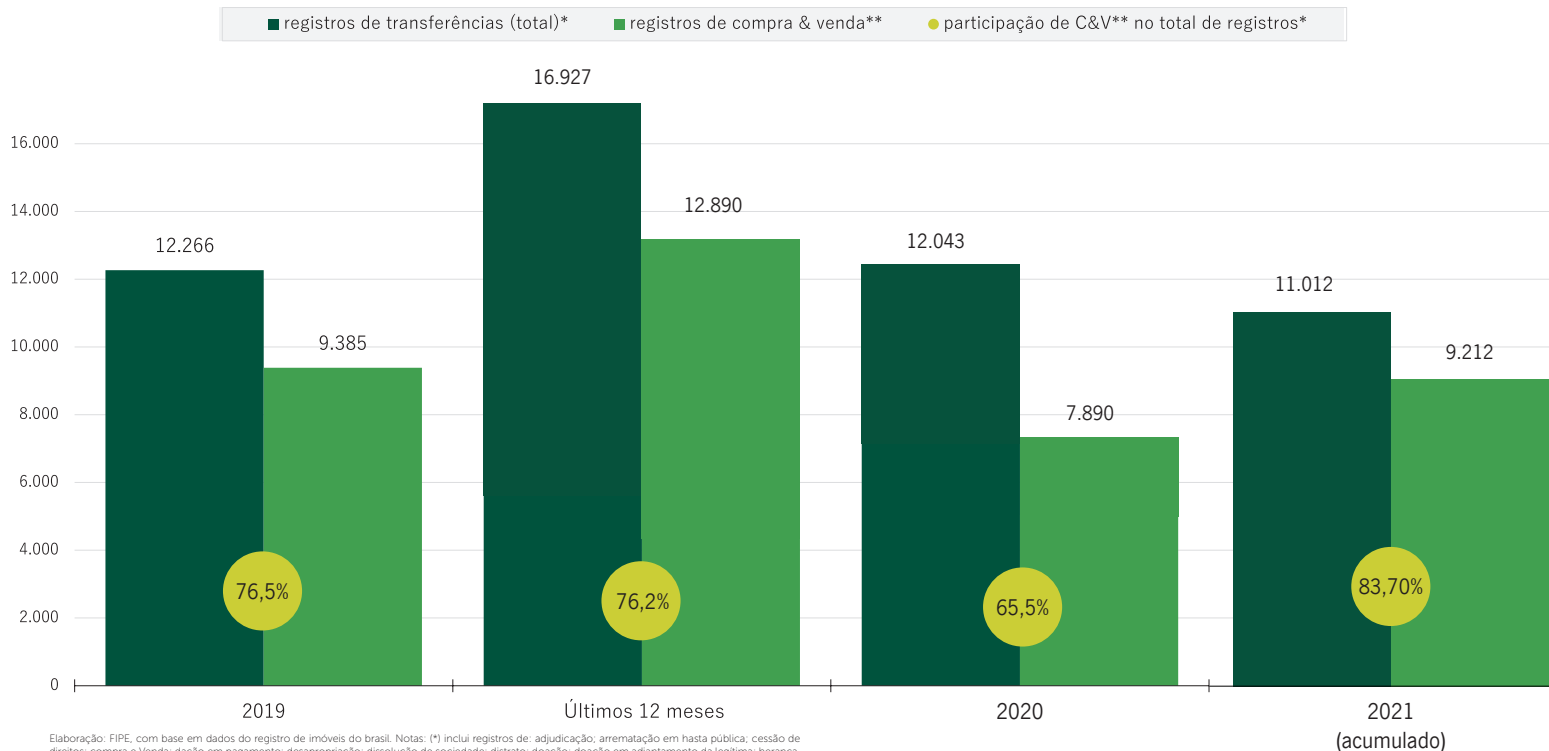
VOLUME ANUAL DE REGISTROS

■ registros de transferências (total)* ■ registros de compra & venda** ● participação de C&V** no total de registros*



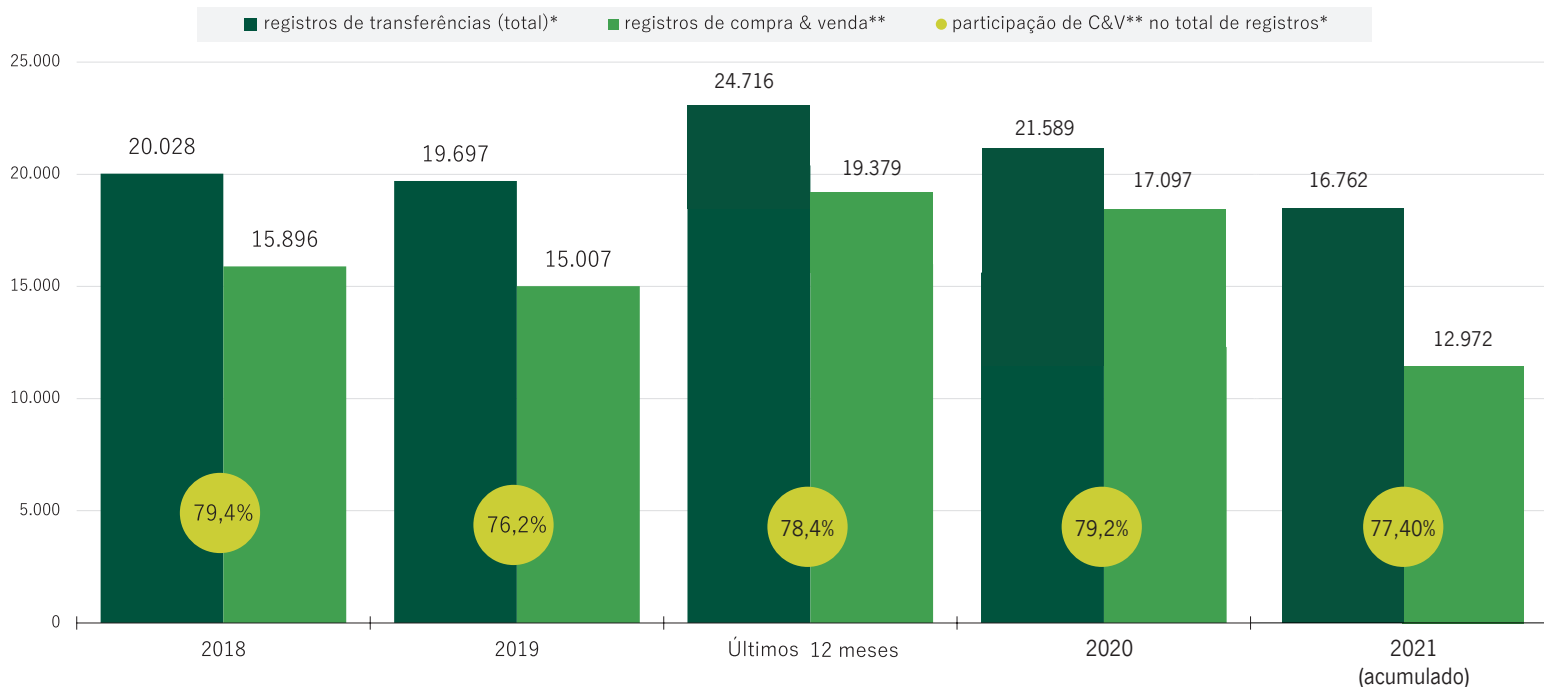
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de adjudicação, arrematação em hasta pública, cessão de direitos, compra e venda; dação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança, legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



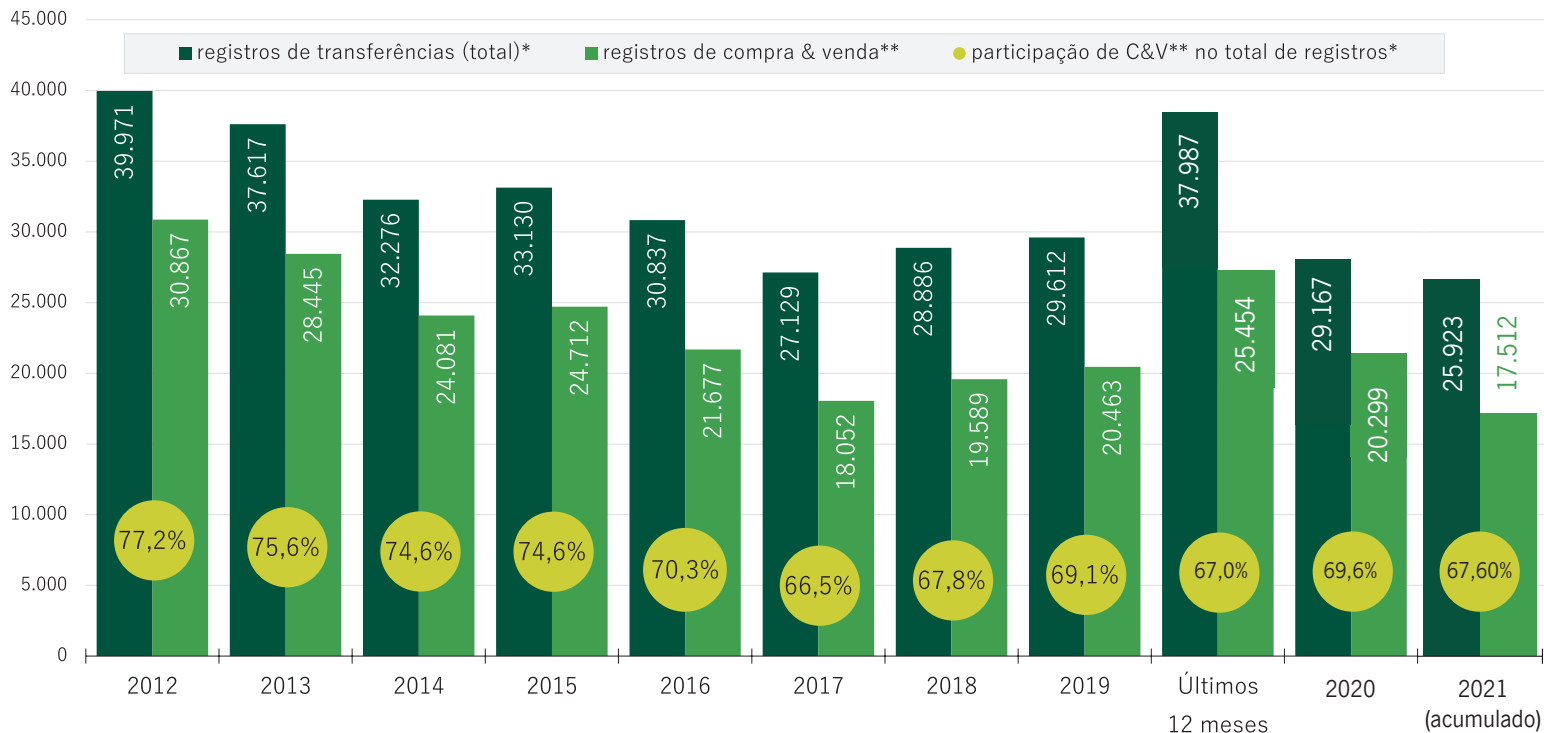
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



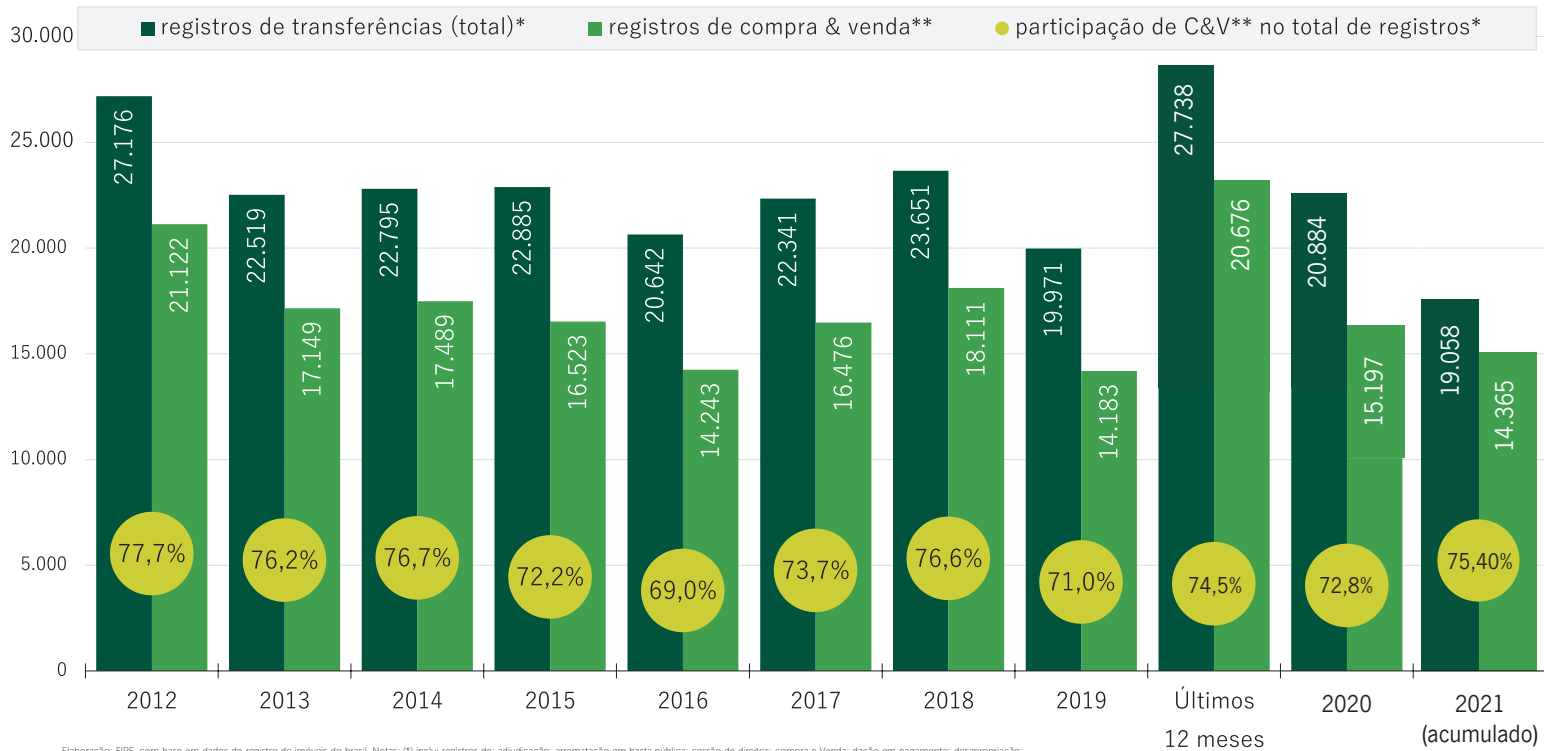
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou rmeação; incorporação e Loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



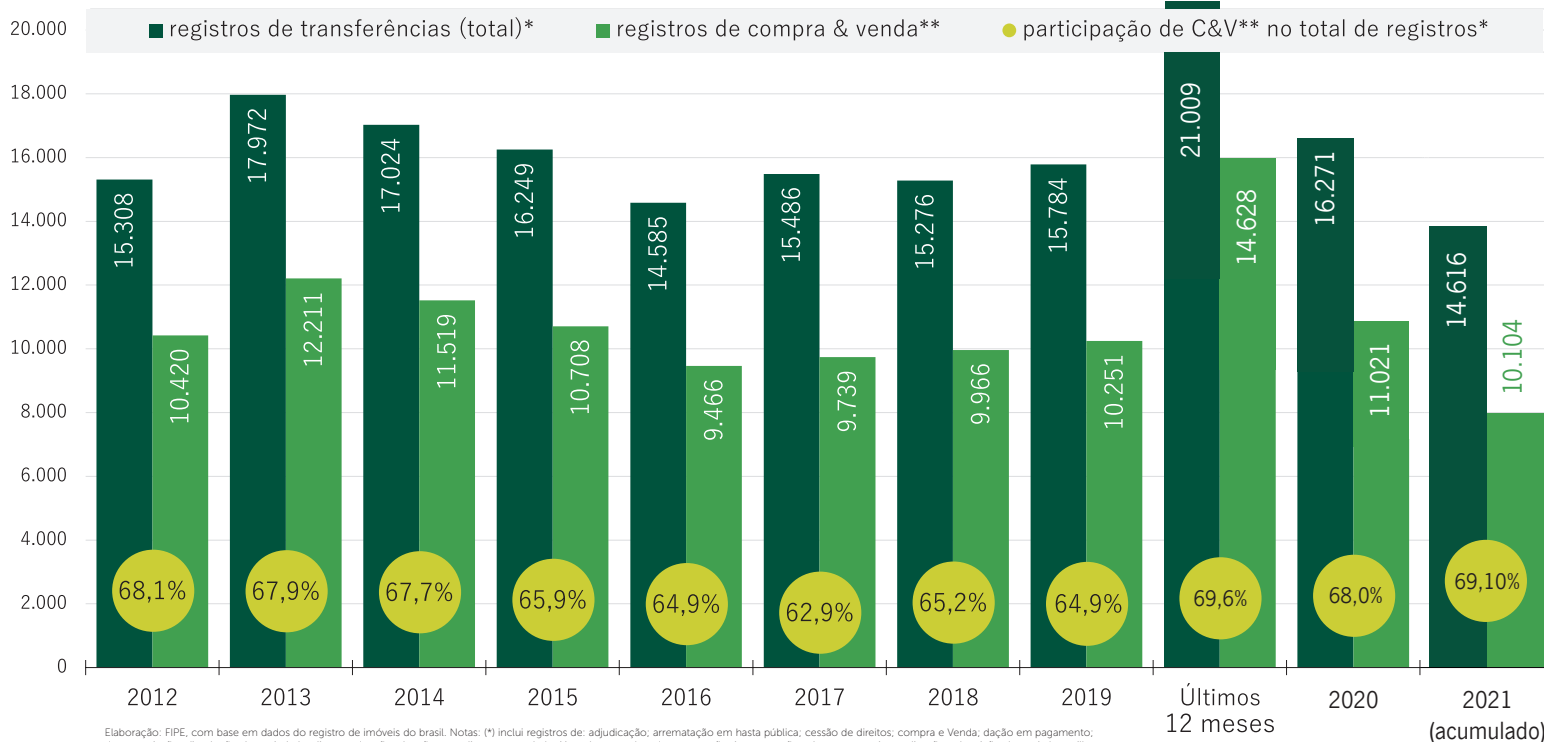
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



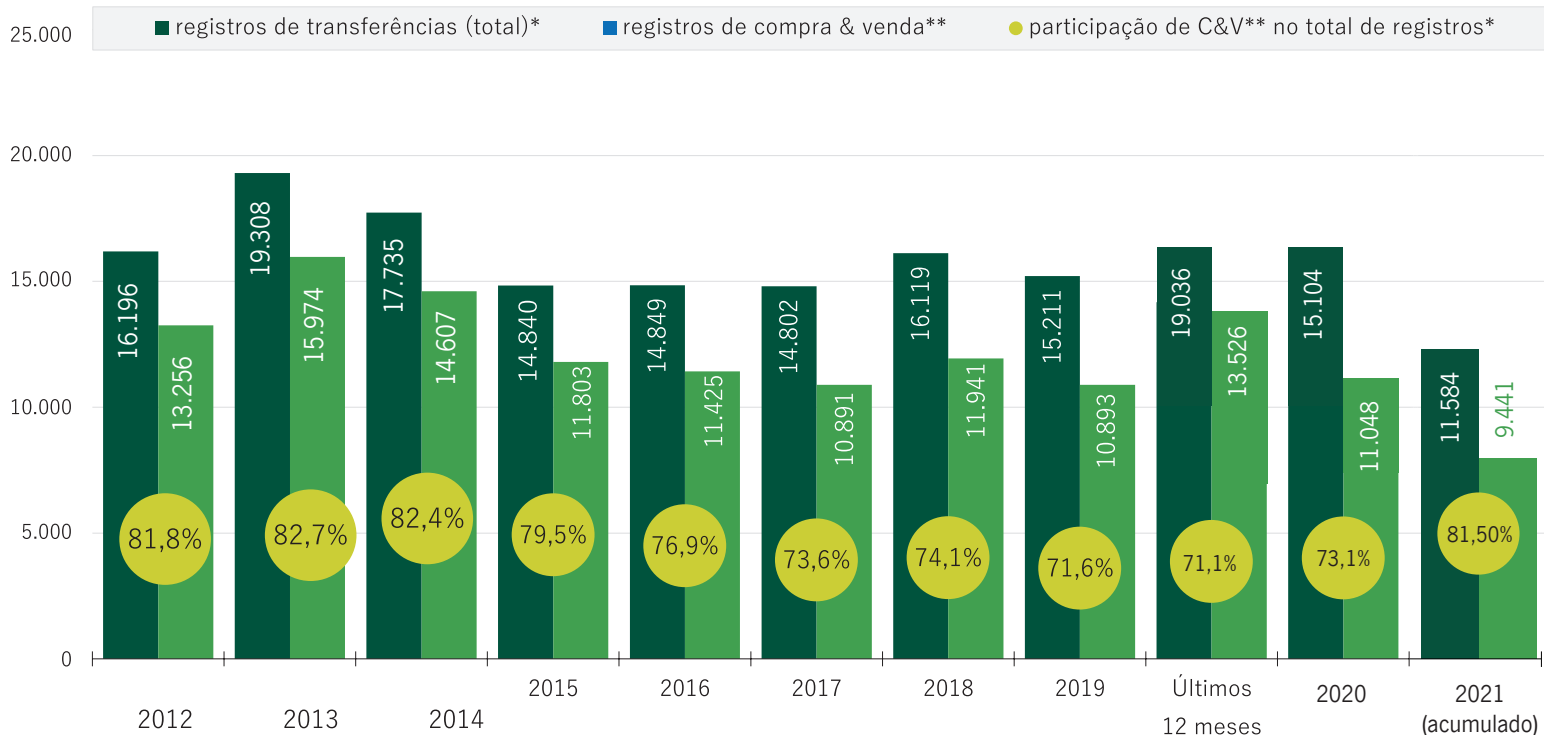
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; dação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação em adiantamento da legítima; herança, legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda; permuta; cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



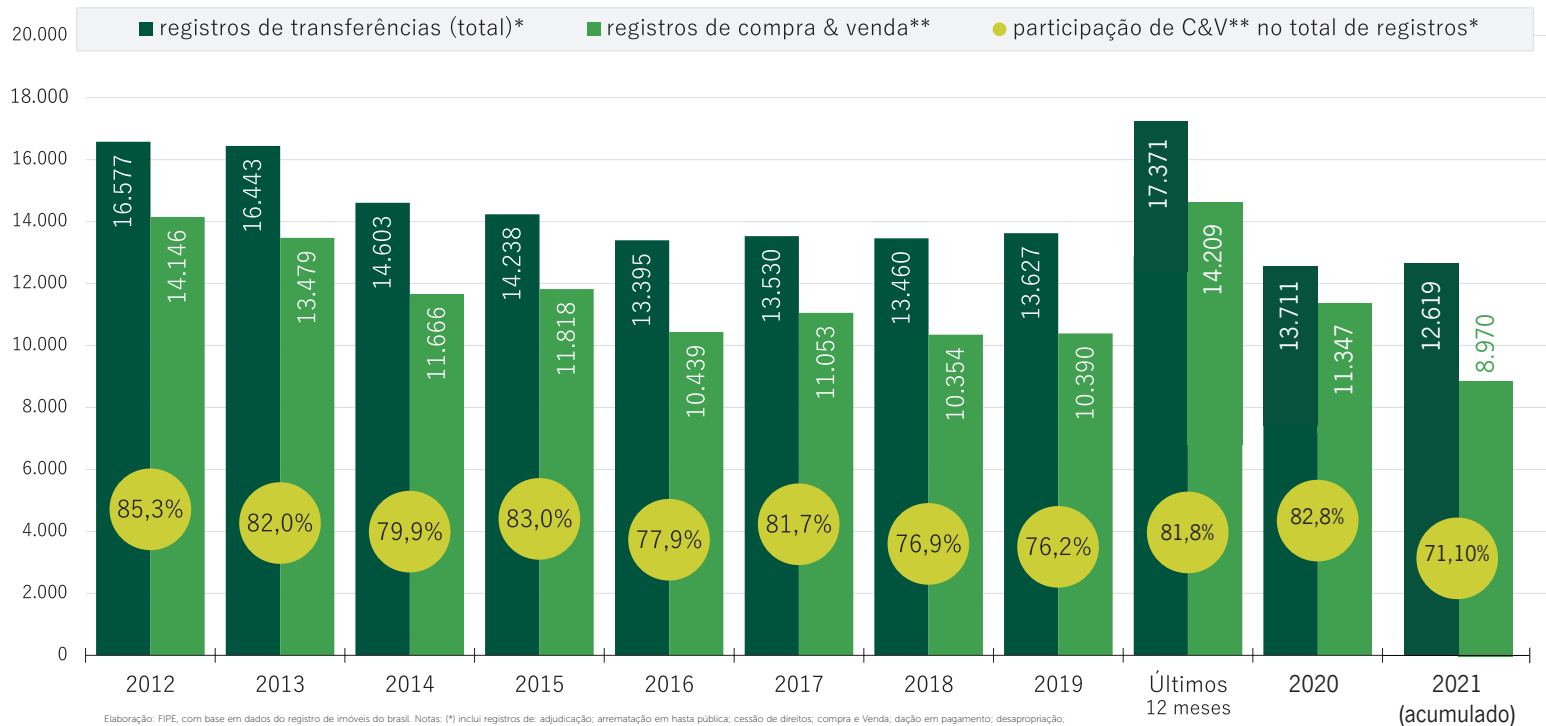
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda; permuta; cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



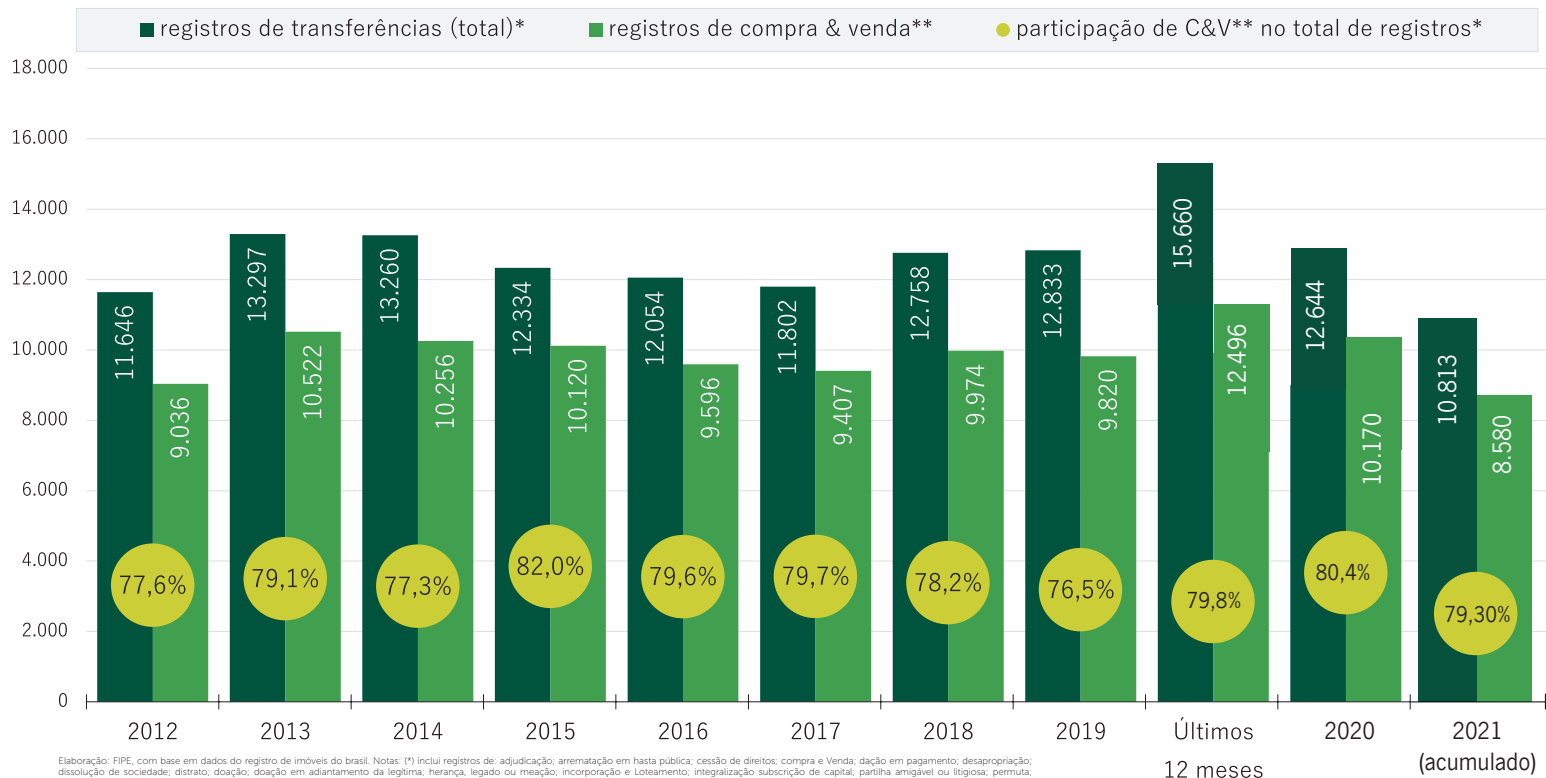
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; dação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança, legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procaução em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda, permuta, cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



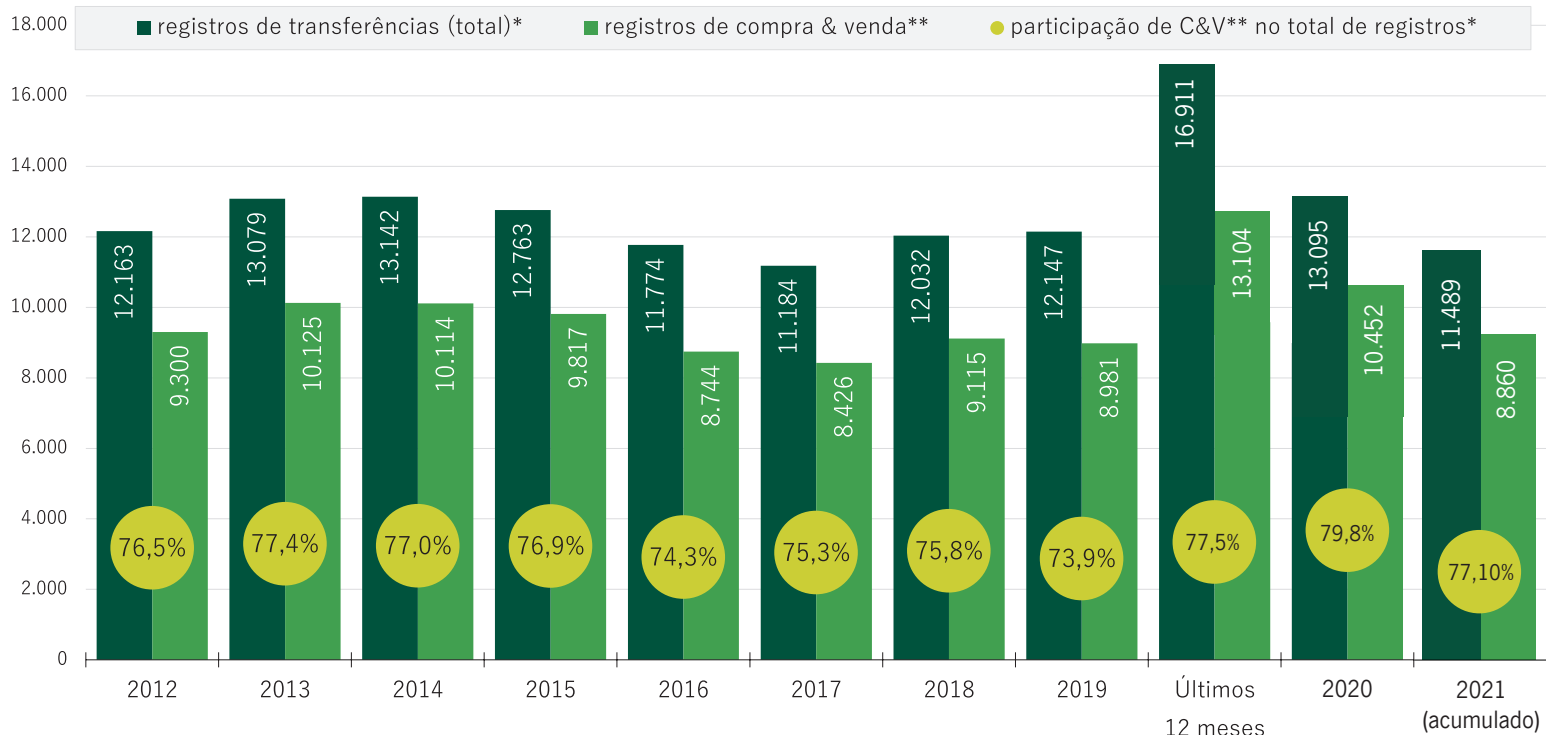
Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; doação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda; permuta; cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; dação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e Loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração; em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda; permuta; cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

VOLUME ANUAL DE REGISTROS



Elaboração: FIPE, com base em dados do registro de imóveis do Brasil. Notas: (*) inclui registros de: adjudicação; arrematação em hasta pública; cessão de direitos; compra e venda; dação em pagamento; desapropriação; dissolução de sociedade; distrato; doação; doação em adiantamento da legítima; herança; legado ou meação; incorporação e loteamento; integralização subscrição de capital; partilha amigável ou litigiosa; permuta; procuração em causa própria; promessa de cessão de direitos promessa de compra e venda; retorno de capital próprio; outros. (**) inclui registros de compra e venda; permuta; cessão de direitos e arrematação em hasta pública.

REGISTRO DE IMÓVEIS

SERVIÇOS ELETRÔNICOS



OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE IMÓVEIS



Marco Legal: **Lei nº 13.465/2017 e Provimentos nºs 89/2019 e 109/2020 da Corregedoria Nacional de Justiça**

URL: <https://www.registrodeimoveis.org.br/onr>

O Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR) é responsável por implementar e operar, em âmbito nacional, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), na forma do artigo 76 da Lei 13.465/2017, mediante integração das unidades registras brasileiras. O operador é constituído como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob a forma de serviço social autônomo. Sua sede e foro são na cidade de Brasília, mas poderão ser abertos escritórios, filiais, agências e representações em todo país. Foi lançado em 21 de setembro de 2021.

NÚMEROS ONR NO PRIMEIRO MÊS DE OPERAÇÃO

SETEMBRO DE 2021

ONR

861.000 mil
solicitações em 30 dias, vindas
dos 17 estados inscritos no ONR

336.000 mil
matrículas online

294.000 mil
certidões digitais

174.000 mil
pesquisas de bens

57.000 mil
pedidos de ofício



**SERVIÇOS
GRATUITOS**

SERVIÇOS GRATUITOS

O ONR tem por finalidade proporcionar um canal único de contato na Internet para fins de solicitação eletrônica de serviços a qualquer cartório de registro de imóveis do país. É no mesmo sistema que estão disponibilizados, ainda, os serviços gratuitos destinados ao Poder Público. Também dentro do sistema da ONR, cada um tem seu endereço eletrônico:

Ofício Eletrônico

<https://oficioeletronico.com.br/>

Correição Online

<https://oficioeletronico.com.br/>

Penhora Online

<https://indisponibilidade.org.br/autenticacao/>

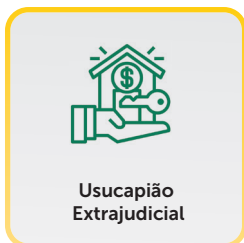
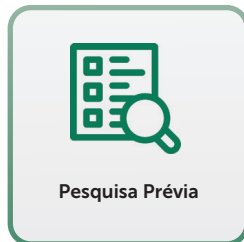
Indisponibilidade de Bens

<https://indisponibilidade.org.br/autenticacao/>



SERVIÇOS PRIVADOS

É através do SAEC, Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado, que o ONR reúne todos os cartórios de Registro de Imóveis do Brasil em um só lugar. Os serviços privados oferecidos online são:

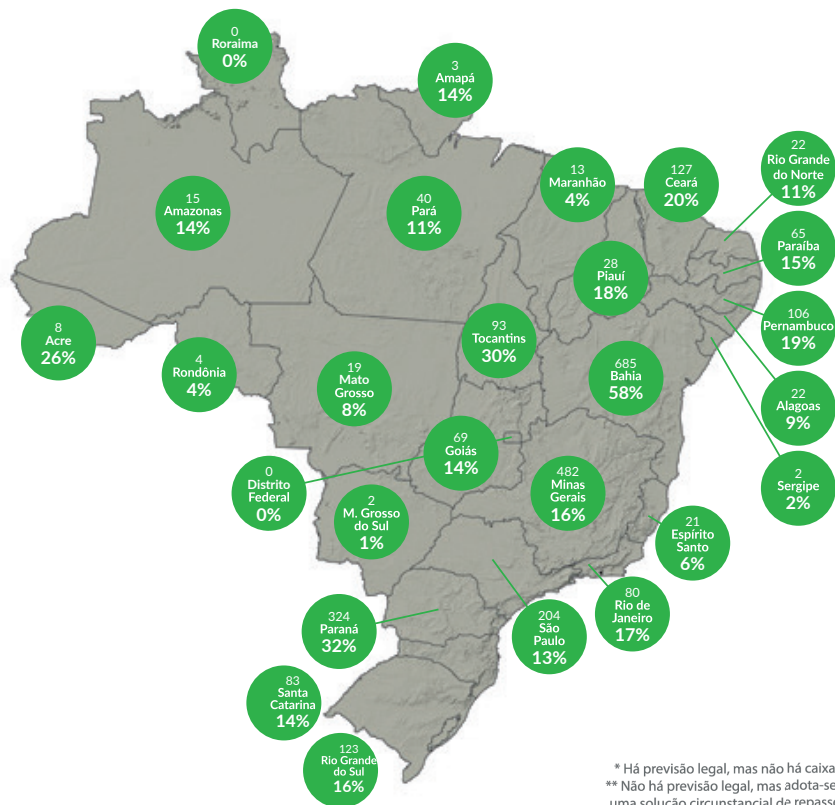


CARTÓRIOS
DEFICITÁRIOS E
RENDA MÍNIMA

DEFICITÁRIOS

2.640

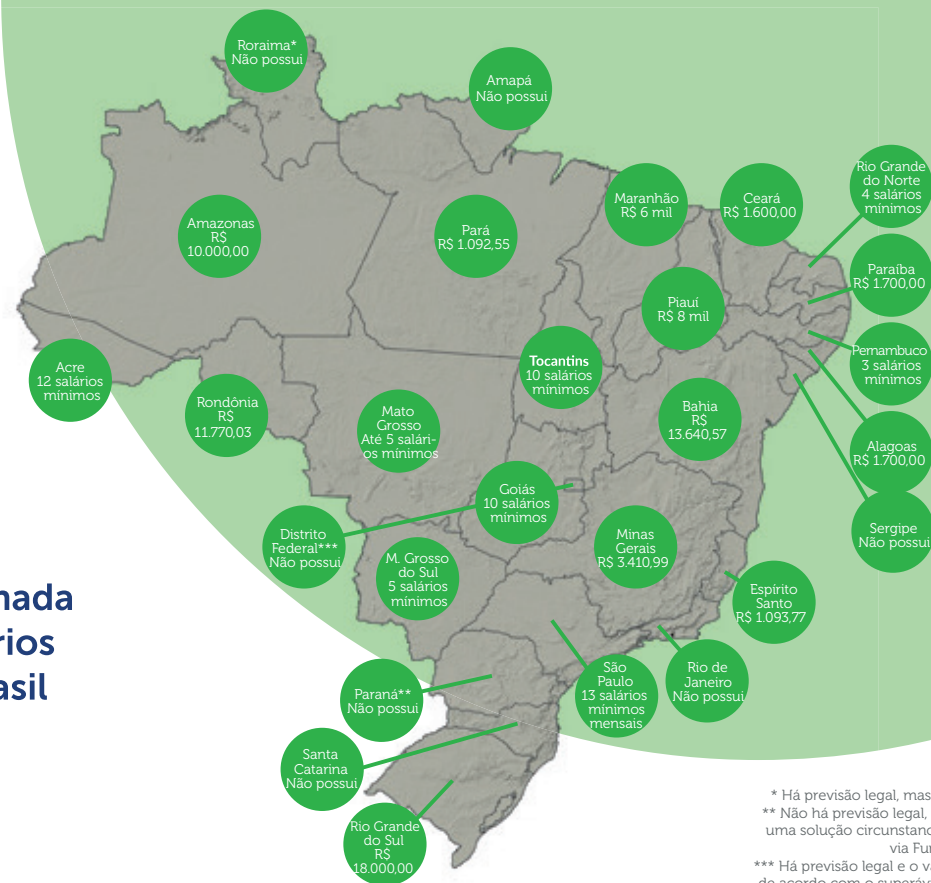
é o número de Cartórios Deficitários - que não se sustentam com os recursos próprios - e que estão distribuídos por **2.592 municípios** brasileiros para conferir cidadania à população



* Há previsão legal, mas não há caixa
 ** Não há previsão legal, mas adota-se uma solução circunstancial de repasse via Fundo Gestor
 *** Há previsão legal e o valor é variável de acordo com o superávit do Fundo de Compensação dos Atos Gratuitos

Fonte: Panorama Nacional Fundo de Apoio ao Registro Civil/ Presidentes Anoregs e Arpens

RENDA MÍNIMA



A Renda Mínima destinada aos Cartórios Deficitários em cada Estado do Brasil

* Há previsão legal, mas não há caixa
** Não há previsão legal, mas adota-se uma solução circunstancial de repasse via Fundo Gestor
*** Há previsão legal e o valor é variável de acordo com o superávit do Fundo de Compensação dos Atos Gratuitos

Fonte: Panorama Nacional Fundo de Apoio ao Registro Civil/ Presidentes Anoregs e Arpens

FATURAMENTO

Deste valor devem ser ainda deduzidas as Despesas Legais + Despesas de Funcionamento + Imposto de Renda + ISS



	Renda Bruta Mensal	Quantidade	% percentual
R\$	0,00 a 500,00	530	3,9%
R\$	500,1 a 1.000,00	423	3,1%
R\$	1.001,00 a 5.000,00	2,045	15,2%
R\$	5.001,00 a 10.000,00	1411	10,5%
R\$	10.001,00 a 50.000,00	4032	31,9%
R\$	50.001,00 a 100.000,00	1474	10,9%
R\$	100.001,00 a 500.000,00	2085	15,5%
R\$	500.001,00 a 1.000.000,00	355	2,6%
R\$	1.000.001,00 a 2.000.000,00	144	1,1%
R\$	acima de 2 milhões	49	0,4%

PARA ONDE VAI O DINHEIRO PAGO AOS CARTÓRIOS BRASILEIROS?

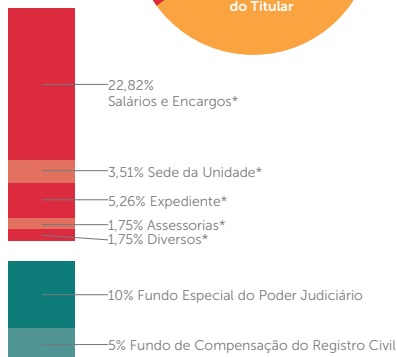
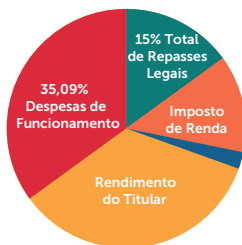


DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasses e despesas Acre



ACRE
Lei Estadual
2534/2011

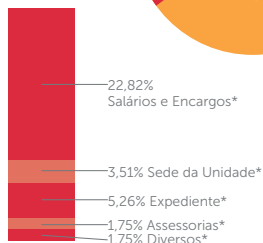
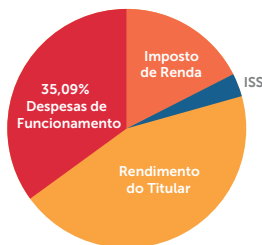


*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasses e despesas Alagoas



ALAGOAS
Lei Estadual
5763/1995



*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

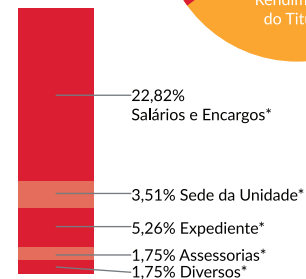
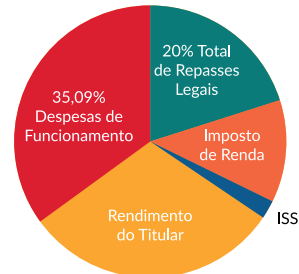
Valor da divisão do selo comprado pelos cartórios



Repasses e despesas Amapá



AMAPÁ
Lei Estadual
2.130/2016



*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

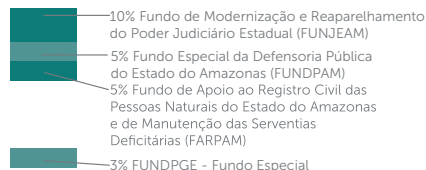
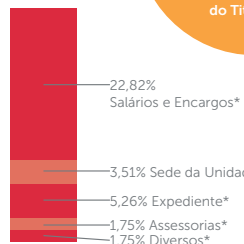
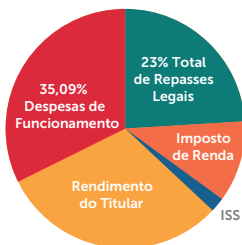
pela Revista Cartórios com Você

DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasses e despesas Amazonas



AMAZONAS
Lei Estadual
2751/2002,
4108/2014 e
4.503/2017

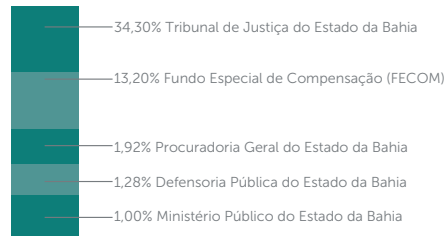
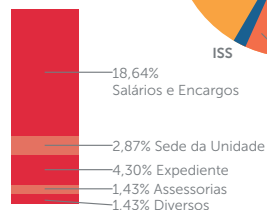
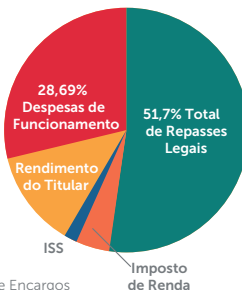


*Média de estudo encomendado ela Revista Cartórios com Você

Repasses e despesas Bahia



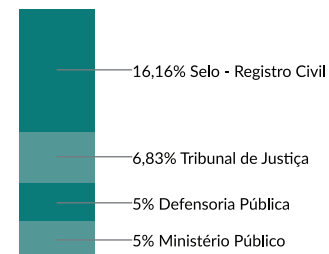
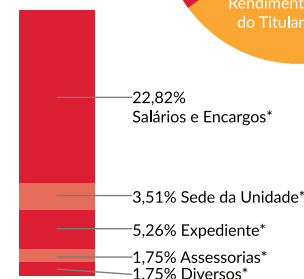
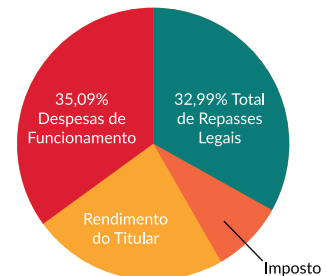
BAHIA
Lei Estadual
14.025/2018



Repasses e despesas Ceará



CEARÁ
Leis Estaduais
14283/2008,
11891/1991
e 13080/2000



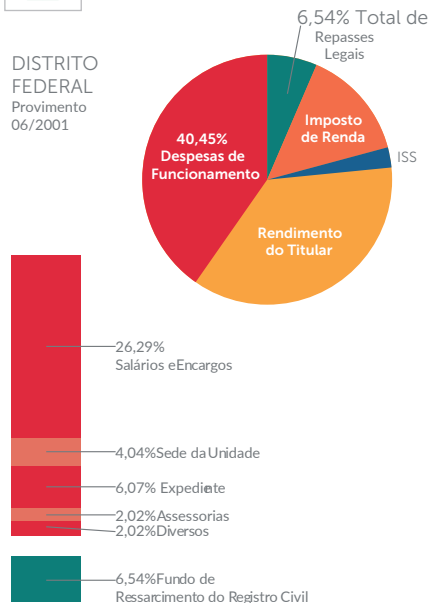
*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasse e despesas Distrito Federal



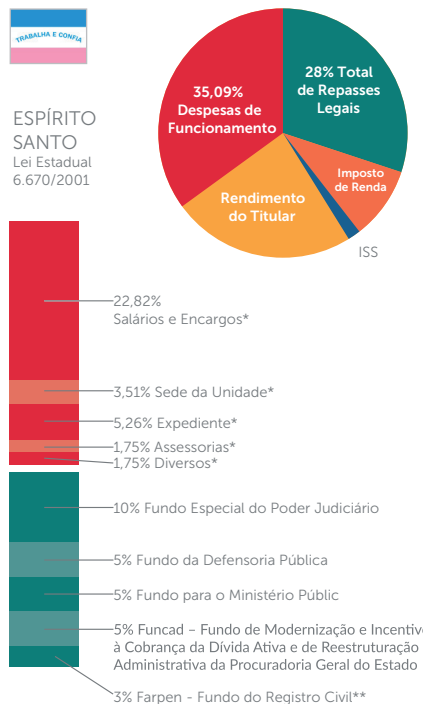
DISTRITO FEDERAL
Provimento 06/2001



Repasse e despesas Espírito Santo



ESPIRITO SANTO
Lei Estadual 6.670/2001

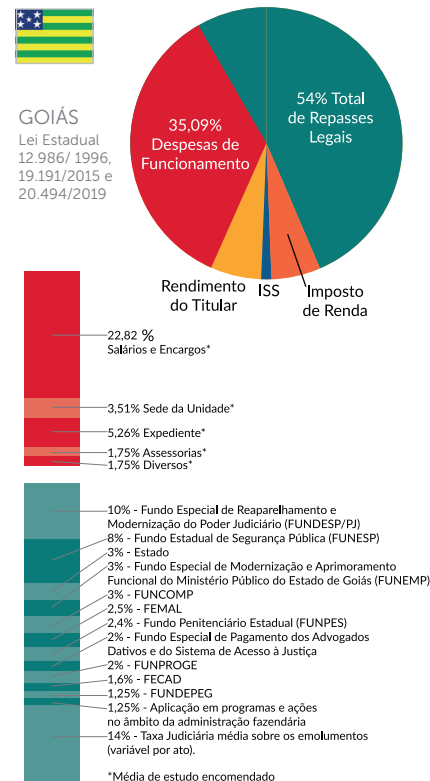


*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você
** Valor médio - O valor do Farpem é fixo sobre cada ato praticado e só incide sobre atos lançados em livros de notas e registros

Repasse e despesas Goiás



GOIÁS
Lei Estadual 12.986/1996, 19.191/2015 e 20.494/2019



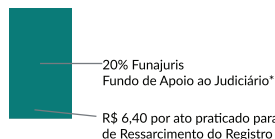
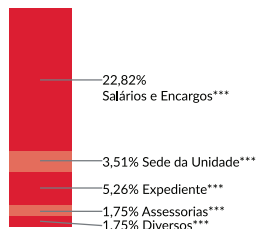
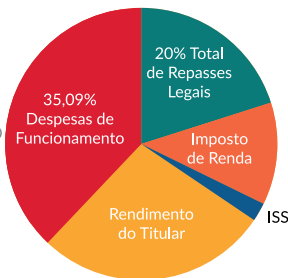
*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você
**Média de valor conforme o ato ou valor do ato

DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasse e despesas Mato Grosso



MATO GROSSO
Lei Estadual
7550/2001

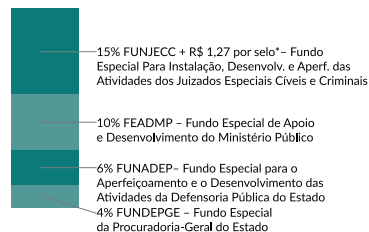
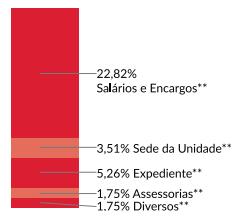
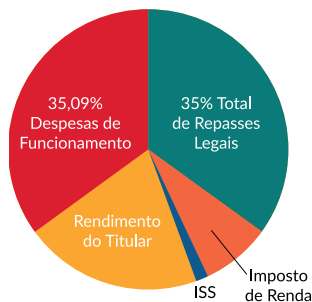


*Os recolhimentos para o Poder Judiciário variam de acordo com a faixa de renda dos cartórios
**O valor recolhido para o fundo do Registro Civil é fixo, exceto para os atos gratuitos
***Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasse e despesas Mato Grosso do Sul



MATO GROSSO DO SUL
Lei Estadual
3003/2005

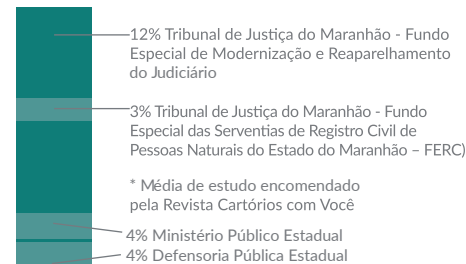
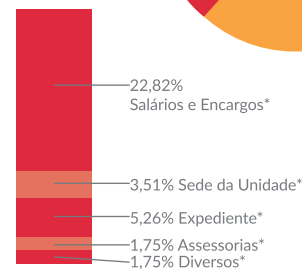
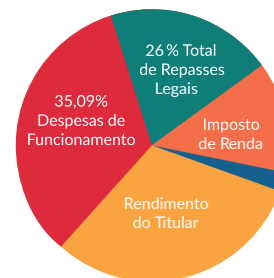


* R\$ 0,50 por ato para custear renda mínima (Registro de Imóveis e Notas)
** Despesas de R\$ 1,50 e R\$ 10,00 com a utilização de selos
* Registro de Imóveis repassa 0,8% da arrecadação ao ONR
* Valor de R\$ 1,27 é acrescido ao ato praticado
** Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasse e despesas Maranhão



MARANHÃO
Lei Estadual
9109/2009



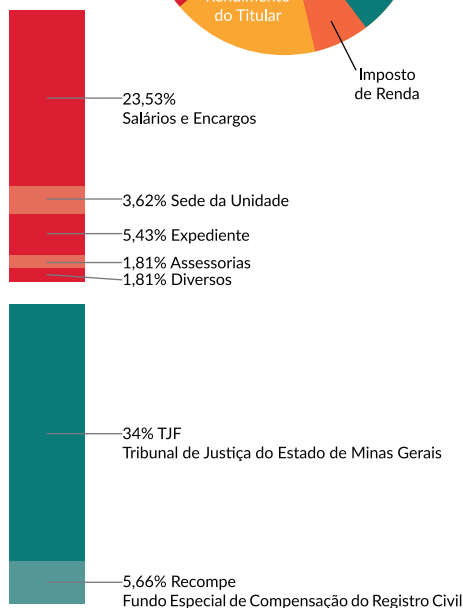
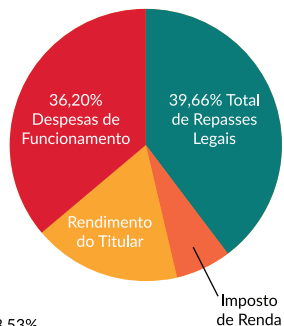
* Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasses e despesas Minas Gerais



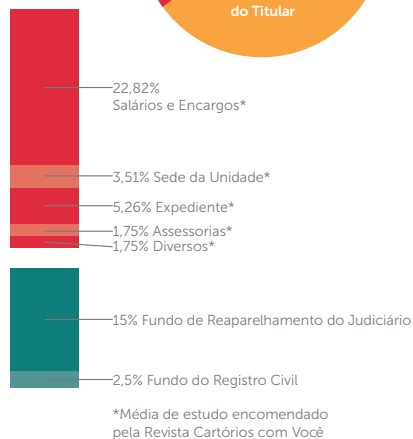
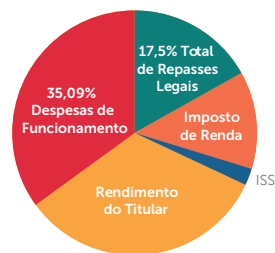
MINAS GERAIS
Lei Estadual
15.424/2004



Repasses e despesas Pará



PARÁ
Lei Estadual
8331/2015

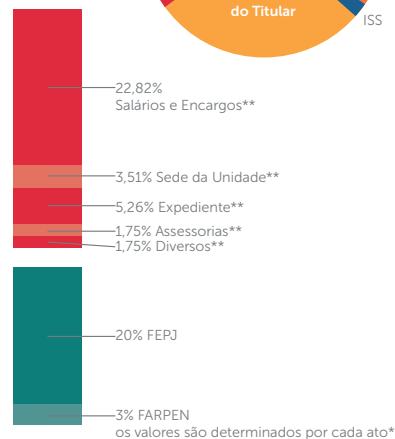
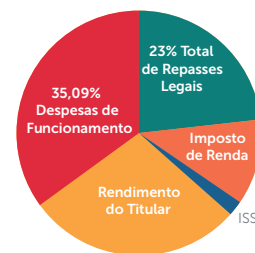


*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasses e despesas Paraíba



PARAÍBA
Lei Estadual
5672/1992



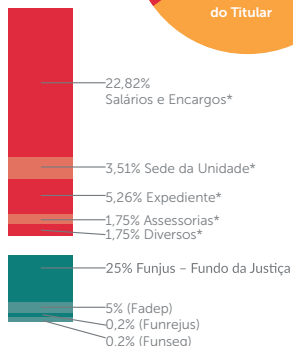
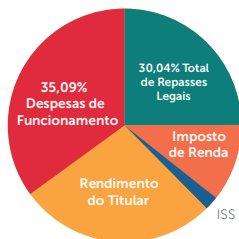
*Valor dos selos por tipo de serventias destinado ao fundo do registro civil
**Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasses e despesas Paraná



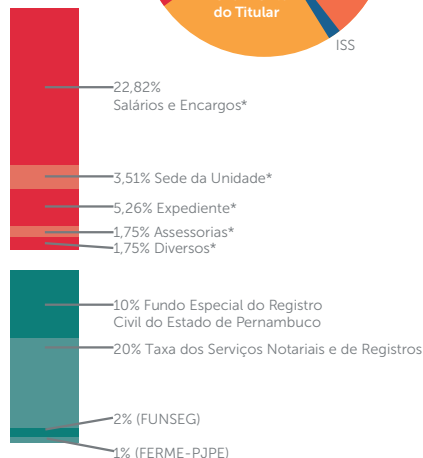
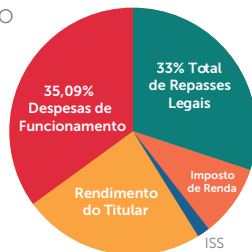
PARANÁ
Leis Estaduais
6.149/1970,
19.350/2017
e 20.115/2019



Repasses e despesas Pernambuco



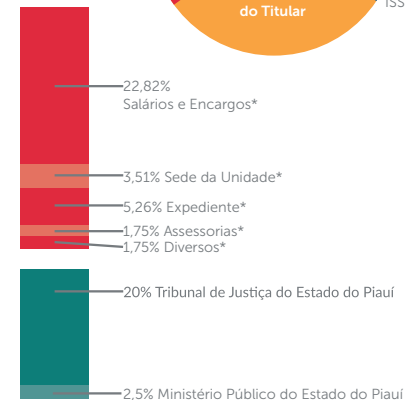
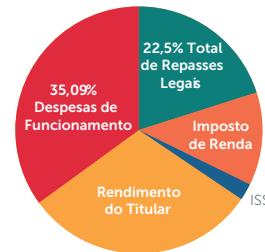
PERNAMBUCO
Lei Estadual
11.404/1996,
16.521/2018 e
16.522/2018



Repasses e despesas Piauí



PIAUÍ
Lei Estadual
6.881/2016 e
7.082/2017



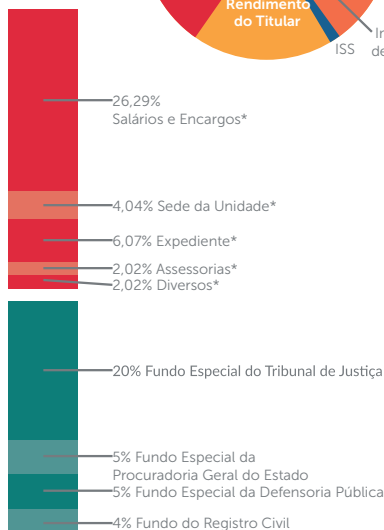
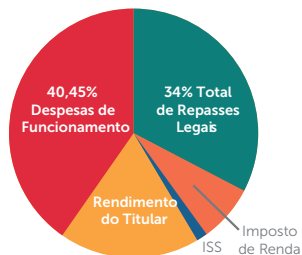
*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasses e despesas Rio de Janeiro



RIO DE JANEIRO
Lei Estadual
3350/1999
e 6370/2012

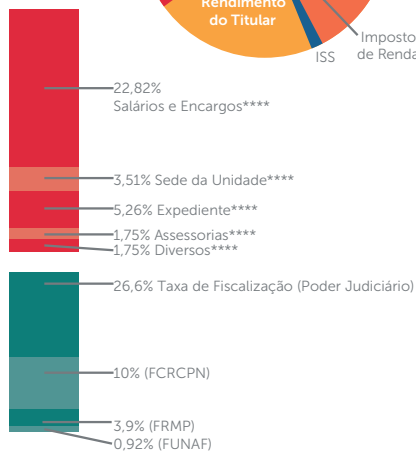
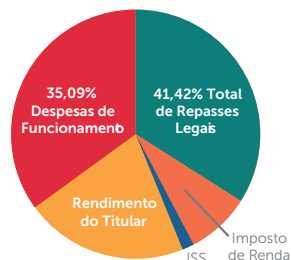


*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasses e despesas Rio Grande do Norte



RIO GRANDE DO NORTE
Lei Estadual
9278/2009

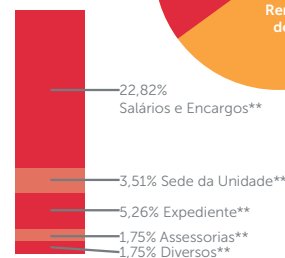
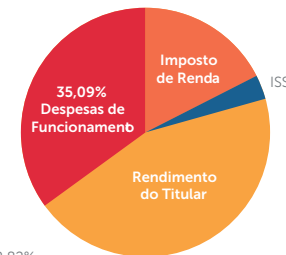


* Variável conforme o ato
** Variável conforme o ato
*** Variável conforme o ato
**** Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasses e despesas Rio Grande do Sul

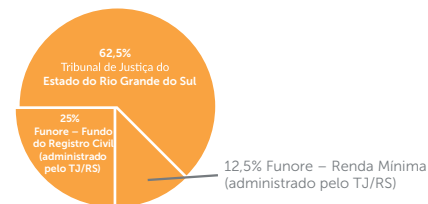


RIO GRANDE DO SUL



* Pagamento do Selo para os atos destinados ao Poder Judiciário
** Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Lei Estadual 12.692/2016 – alterada por julgamentos de ações de inconstitucionalidade do TJ/RS Instituiu o Selo de Fiscalização pago pelo usuário ao cartório e repassado:

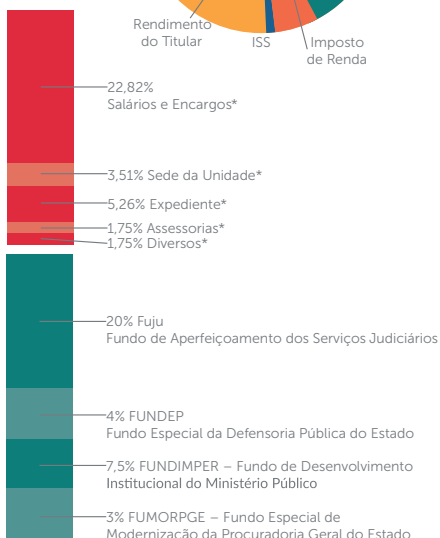
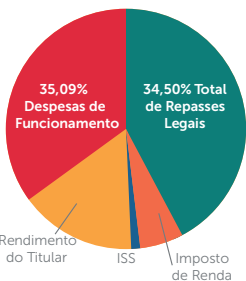


DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasse e despesas Rondônia



RONDÔNIA
Lei Estadual
4.577/2019 e
4.578/2019

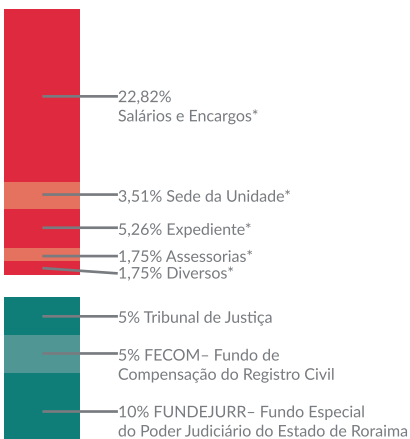
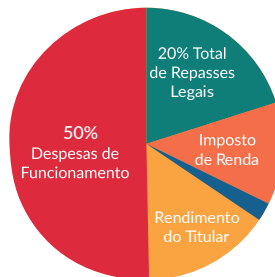


*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasse e despesas Roraima



RORAIMA
Lei Estadual
1157/2016

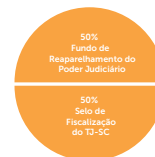
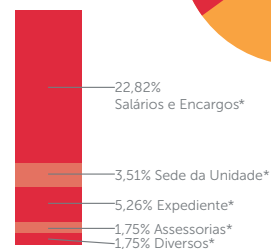
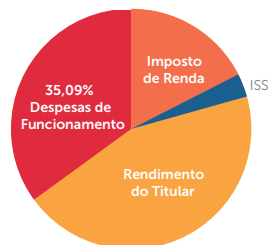


*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasse e despesas Santa Catarina



SANTA CATARINA
Lei Complementar
Estadual
756/2019



*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Lei Complementar Estadual nº 175/98 – Selo de Fiscalização
Lei Complementar Estadual nº 265/2006 – Selo de Fiscalização
Lei Complementar Estadual nº 219/2001 – Selo de Fiscalização
Lei Estadual nº 8.067/1990 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ
Lei Estadual nº 8.362/991: Modifica a Lei nº 8.067 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e dá outras providências.

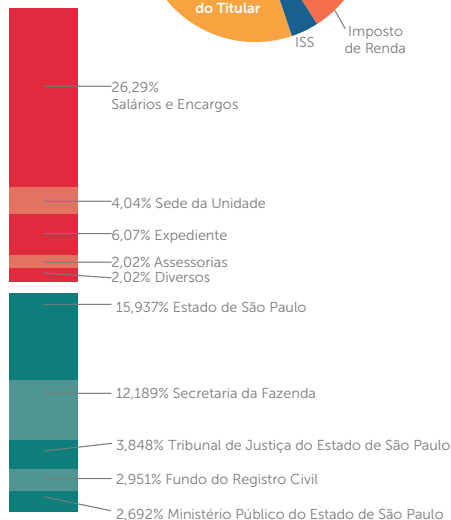
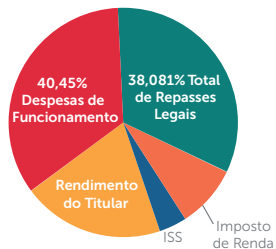
Sobre os valores arrecadados pelo Cartório incidem percentuais que variam conforme cada ato, que por sua vez possuem base de cálculo não vinculada aos emolumentos.

DESPESAS LEGAIS E DE FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS EM CADA UM DOS 27 ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Repasses e despesas São Paulo



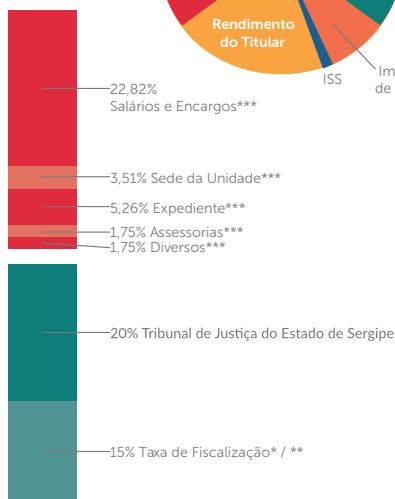
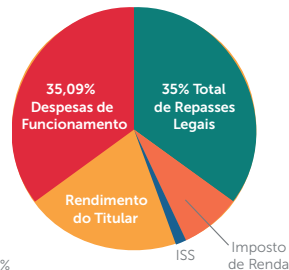
SÃO PAULO
Lei Estadual
11.331/2002
15.855/2015



Repasses e despesas Sergipe



SERGIPE
Lei Estadual
6310/2007

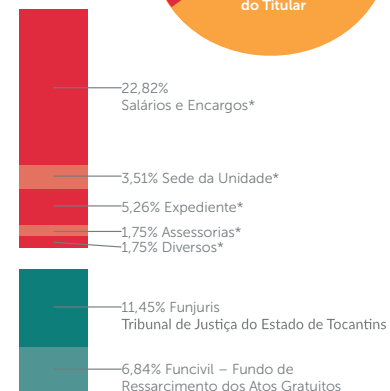
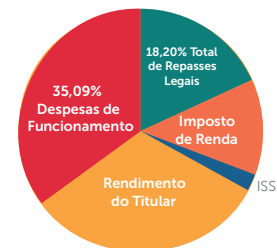


*90% da Taxa de Fiscalização é destinada ao Tribunal de Justiça de Sergipe
** 10% é destinado ao Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais
***Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você

Repasses e despesas Tocantins

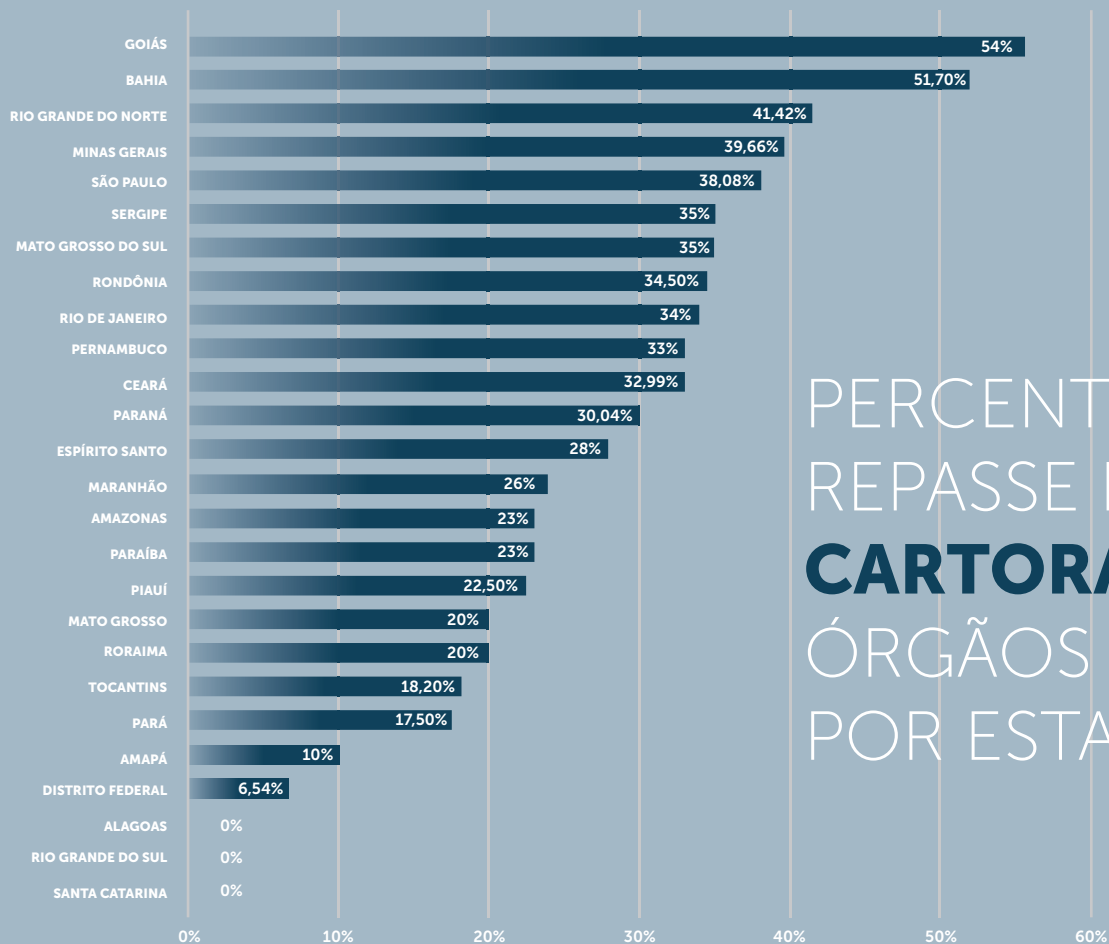


TOCANTINS
Lei Estadual
3.408/2018



*Média de estudo encomendado pela Revista Cartórios com Você





PERCENTUAL DE
REPASSE DAS **TAXAS**
CARTORÁRIAS A
ÓRGÃOS PÚBLICOS
POR ESTADO



Associação dos Notários e Registradores do Brasil

CARTÓRIO EM NÚMEROS

é o principal documento de publicidade e transparência dos Cartórios Extrajudiciais brasileiros. Produzido pela **Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR)**, consolida em uma única publicação dados gerais da atuação do segmento extrajudicial e abrange informações relativas os serviços de Registro Civil, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, Tabelionatos de Notas e Tabelionatos de Protesto por meio de uma vasta gama de atos extrajudiciais que mensuram o nível de atuação de notários e registradores brasileiros.



SINOREG SP

Sinoreg/SP: Largo São Francisco, 34 - 8º andar, Centro, São Paulo - SP
Cep: 01005-010 - Tel: (11) 3106-6946
Site: www.sinoregsp.org.br

Presidente:
Cláudio Marçal Freire



Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo

Anoreg/SP: Rua Quintino Bocaiúva, 107 - 8º andar, Centro, São Paulo - SP
Cep: 01004-010 - tel: (11) 3105-8767
Site: www.anoregsp.org.br

Presidente:
Giselle Oliveira de Barros

Anoreg/BR: SRTVS Quadra 701, Lote 5, Bloco A, Sala 221 - Centro Empresarial Brasília CEP: 70.340-907 - Brasília - DF
Site: www.anoreg.org.br

Presidente:
Cláudio Marçal Freire

Superintendente:
Fernanda Abud Castro

Produção:
Infographya Comunicação
(www.infographya.com.br)
contato@infographya.com.br
(11) 3116-0020

Coordenação Geral e Edição:
Alexandre Lacerda Nascimento

Edição Adjunta:
Frederico Guimarães

Redação:
Elaine Brazão, Frederico Guimarães, Thais Pacheco, Vinicius Oka

Projeto Gráfico e editoração:
Thais Alves e Tiago Colombari



Associação dos Notários e Registradores do Brasil